

JULIANO SILVEIRA

**DESENVOLVIMENTO HUMANO, RESPONSABILIDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO
NO CAPITALISMO: INVESTIGANDO O PROGRAMA “EDUCAÇÃO PELO
ESPORTE” DO INSTITUTO AYRTON SENNA**

**FLORIANÓPOLIS
FEVEREIRO / 2007**

JULIANO SILVEIRA

**DESENVOLVIMENTO HUMANO, RESPONSABILIDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO
NO CAPITALISMO: INVESTIGANDO O PROGRAMA “EDUCAÇÃO PELO
ESPORTE” DO INSTITUTO AYRTON SENNA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre, pelo curso de Pós-graduação em Educação Física – Mestrado, do Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Maurício R. da Silva

**FLORIANÓPOLIS
FEVEREIRO / 2007**

AGRADECIMENTOS

Agradeço em especial à minha amada esposa Marília, por ter encarado ao meu lado todos os desafios que nos acompanharam durante esses dois anos de mestrado, sempre me ajudando e motivando com seu carinho, paciência e amor.

Ao meu Orientador e amigo Maurício por ter aceitado o desafio de me orientar, apostando sempre no meu sucesso e me auxiliando com sua experiência, ensinamentos e dedicação.

Gostaria de agradecer aos meus pais, irmão e amigos por terem suportado as minhas ausências e o estresse, o mau humor, a distância, enfim, as conseqüências que a produção do conhecimento exercem sobre nossas vidas.

A todos os colegas do mestrado pelas trilhas partilhadas ao longo desses dois anos que se encerram, pelos ensinamentos e pelas discussões que sempre nos engrandeceram.

Gostaria de agradecer a todos os professores e professoras que vieram a contribuir com a minha formação acadêmica e humana por meio das disciplinas cursadas no mestrado e, é claro, em muitos outros momentos.

Também gostaria de agradecer aos membros da banca de argüição de minha dissertação - Prof. Dr. Paulo Carrano, Prof. Dr. Giovani De Lorenzi Pires, Prof. Dr. Edgard Matiello Júnior - por terem aceitado o convite para participar da mesma e pelas suas contribuições para este trabalho.

E a todos, que por ventura não tenham sido citados nesta breve lista de agradecimentos, fica aqui o meu muito obrigado.

Aula de vôo

O conhecimento caminha lento feito lagarta.
Primeiro não sabe que sabe
E voraz contenta-se com o cotidiano orvalho
Deixado nas folhas vividas das manhãs.

Depois pensa que sabe e se fecha em si mesmo:
Faz muralhas, cava trincheiras, ergue barricadas.
Defendendo o que pensa saber
Levanta certezas na forma de muro,
Orgulhando-se de seu casulo.

Até que maduro explode em vôos
Rindo do tempo que imaginava saber
Ou guardava preso o que sabia.
Voa alto sua ousadia
Reconhecendo o suor dos séculos
No orvalho de cada dia.

Mesmo o vôo mais belo
Descobre um dia não ser eterno.
É tempo de acasalar:
Voltar à terra com seus ovos
À espera de novas e prosaicas lagartas.

O conhecimento é assim:
Ri de si mesmo e de suas certezas.
É meta da forma
Metamorfose
Movimento
Fluir no tempo
Que tanto cria como arrasa.

A nos mostrar que para o vôo
É preciso tanto o casulo como a asa.

Mauro L. Iasi

SUMÁRIO

RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
INTRODUÇÃO: DELIMITAÇÃO E RELEVÂNCIA DO PROBLEMA	01
1. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	16
1.1 APRESENTAÇÃO DO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO.....	16
1.1.1 Desenvolvimento humano e tecnologias sociais.....	18
1.1.2 Os programas.....	19
1.1.3 Educação pelo esporte.....	23
1.2. OS CAMINHOS DA PESQUISA.....	24
1.3 MODOS DE ABORDAR A REALIDADE E AS CATEGORIAS DE ANÁLISE (TEÓRICAS E EMPÍRICAS).....	28
1.4 QUADRO DE CATEGORIAS EMPÍRICAS.....	33
2. CAPITALISMO E DESENVOLVIMENTO HUMANO	36
2.1 O MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO DA VIDA HUMANA.....	37
2.1.1 As dinâmicas do Estado capitalista.....	43
2.2 O DESENVOLVIMENTO HUMANO NO ÂMBITO DO INSTITUTO AYRTON SENNA.....	51
2.3 A INFÂNCIA E A JUVENTUDE NO PROGRAMA EDUCAÇÃO PELO ESPORTE.....	59
2.3.1 Notas sobre os conceitos de infância e juventude.....	59
2.3.2 A infância e a juventude no programa Educação pelo Esporte.....	68
2.4 SÍNTESE: CAPITALISMO E DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	70
3. AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS E A ÉTICA DA CO-RESPONSABILIDADE SOCIAL	74
3.1 AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS.....	74
3.1.1 Natureza, origem e desenvolvimento das ONGs no Brasil.....	82
3.2 A ÉTICA DA CO-RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	87
3.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL, ONGS E ESTADO: IMPLICAÇÕES SOBRE A CIDADANIA.....	93
4 ESPORTE E EDUCAÇÃO	103
4.1. O ESPORTE NA CONTEMPORANEIDADE.....	103

4.2. ESPORTE E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	112
4.2.1. Os objetivos sociais do esporte.....	119
4.3. AS RELAÇÕES ENTRE ESPORTE E EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO INSTITUTO AYRTON SENNA.....	125
5. CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS.....	134
REFERÊNCIAS.....	142
ANEXOS.....	148

DESENVOLVIMENTO HUMANO, RESPONSABILIDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO NO CAPITALISMO: INVESTIGANDO O PROGRAMA “EDUCAÇÃO PELO ESPORTE” DO INSTITUTO AYRTON SENNA

RESUMO

A presente pesquisa tem como eixo orientador as relações estabelecidas entre o esporte e uma organização não governamental – o Instituto Ayrton Senna. Podemos afirmar que se trata de um processo de compreensão/esclarecimento acerca das relações estabelecidas entre o esporte e as ONGs na esfera da sociedade capitalista contemporânea. Para tal, adotamos como objeto de estudo o programa “Educação pelo esporte” da citada ONG. Nossa pergunta de partida foi a seguinte: quais os pressupostos político-pedagógicos que permeiam os projetos esportivos/sociais voltados para a infância e juventude no âmbito do Instituto Ayrton Senna? Buscamos, assim, abordar os fundamentos, finalidades, aspectos pedagógicos e sociais do esporte, e as implicações de tais aspectos no que se refere ao cumprimento dos objetivos da citada ONG face aos aspectos contemporâneos que englobam a sociedade capitalista. No que tange aos pressupostos teórico-metodológicos, adotamos a análise documental de caráter qualitativo, tendo como principais fontes: 1) o site do Instituto Ayrton Senna e 2) o livro “Educação pelo esporte”, publicado pelo mesmo Instituto. Como ferramenta metodológica, a escolha recaiu sobre a hermenêutica-dialética, propondo, dessa maneira, um diálogo entre as categorias teóricas (capitalismo; organizações não governamentais; esporte e cidadania); e as categorias empíricas (desenvolvimento humano; infância e juventude; co-responsabilidade social; esporte/educação). Sobre os resultados da presente investigação, podemos afirmar que os pressupostos político-pedagógicos adotados pelo Instituto Ayrton Senna estão expressos na proposta de educação para o desenvolvimento humano e na ética da co-responsabilidade social. No que diz respeito ao desenvolvimento humano, podemos dizer que tal proposta é fundamentada na concepção de educação da UNESCO, expondo uma tendência neoliberal de educação, voltada para a adequação dos sujeitos ao projeto neoliberal de sociabilidade, sendo marcada por características como o individualismo, a auto-responsabilização, o pluralismo indiferente às diferenças de classe e a insensibilidade com relação ao atual mundo do trabalho. No que tange a co-responsabilidade social, implicitamente, as ações do Instituto corroboram para que, gradativamente, as questões sociais sejam deslocadas da esfera pública para o campo das empresas privadas e organizações da sociedade civil. Assim, os direitos sociais a serem assegurados pelo Estado, passam a ser serviços prestados no âmbito da sociedade civil organizada ou, talvez, mercadorias a serem consumidas, acarretando em uma espécie de banalização da cidadania. Também pudemos destacar que os objetivos sociais do esporte propalados por ONGs, e mesmo pelo Estado, deixam de considerar uma série de questões pertinentes no que se refere à cidadania, saúde, profilaxia ao uso de drogas, inclusão social, entre outros. Nossa hipótese é que tais projetos acabam, mais, mistificando os processos sociais e banalizando os mesmos, e menos contribuindo efetivamente para seus objetivos propostos.

Palavras-chave: Esporte, Educação, Desenvolvimento Humano, Co-responsabilidade social.

HUMAN DEVELOPMENT, SOCIAL RESPONSIBILITY AND SPORT ON CAPITALISM: RESEARCHING THE PROGRAM “EDUCATION FOR SPORT FROM INSTITUTE AYRTON SENNA

ABSTRACT

The present research has as conductor axle the relations established between the sport and a not governmental organization - the Institute Ayrton Senna. We can affirm that clarification concerning the relations established between the sport and the NGOs in the sphere of the capitalist society is about an understanding process contemporary. For such, we adopt as study object the program “Education for the sport” of the cited NGO. Our question of departure was the following one: which the politician-pedagogical estimated ones that permeate social the sportive projects directed toward infancy and youth in the scope of the Institute Ayrton Senna? We search, thus, to approach the pedagogical and social beddings, purposes, aspects of the sport, and the implications of such aspects as for the fulfillment of the objectives of the cited NGO face to the aspects contemporaries who comprise the capitalist society. In what it refers to estimated the theoretician-methodological, we adopt the documentary analysis of qualitative character, having as main sources: the 1) site of the Institute Ayrton Senna and 2) the book “Education for the sport”, published for the same Institute. As methodological tool, the choice fell again on the hermeneutics-dialectic, considering, in this way, a dialogue between the theoretical categories (capitalism; not governmental organizations; sport and citizenship); and the empirical categories (human development; infancy and youth; social co-responsibility; sport/education). On the results of the present inquiry, we can affirm that the politician-pedagogical estimated ones adopted by the Institute Ayrton Senna are express in the proposal of education for the human development and in the ethics of the social co-responsibility. In what it says respect to the human development, we can say that such proposal is based on the conception of education of UNESCO, displaying a neoliberal trend of education, directed toward the adequacy of the citizens to the neoliberal project of sociability; being marked for characteristics as the Individualism, the self responsibility, indifferent pluralism to the classroom differences and the insensitive with regard to the current world of the work. In what it refers to the social co-responsibility, implicitly, the actions of the Institute corroborate so that, gradual, the social matters are dislocated from the public sphere for the field of the private companies and organizations of the civil society. Perhaps thus, the social rights to be assured for the State, start to be services given in the scope of the organized civil society or, merchandises to be consumed; causing a species of banalization of the citizenship. Also we could detach that the social objectives of the sport divulged by same NGOs and for the State, leave to consider a series of pertinent questions as for the citizenship, health, Prophylaxis to the use of drugs, social inclusion, among others. Our hypothesis is that such projects finish more, mystifying the social processes and banalizing the same ones, and less contributing effectively for its considered objectives.

Key-words: Sport, Education, Human Development, Social co-responsibility.

INTRODUÇÃO

DELIMITAÇÃO E RELEVÂNCIA DO PROBLEMA

Primeiramente é necessário salientar que, quando anunciamos no título da presente dissertação que a pesquisa foi realizada tomando como base o Programa Educação pelo Esporte, é preciso esclarecer que nossa análise se deu sobre os pressupostos político-pedagógicos presentes nos documentos referentes ao citado Programa. Compreendemos que para, efetivamente, investigarmos o Programa em si, seria necessário recorrer a outras fontes de pesquisa que contemplassem a totalidade do Programa. Poderíamos incluir nessas fontes: as práticas pedagógicas cotidianas, as percepções das crianças e jovens participantes do Programa e mesmo de seus pais, as opiniões dos coordenadores e bolsistas das universidades e também os gestores em nível nacional. No entanto, o recorte da presente investigação representa sim uma análise do Programa Educação pelo Esporte, ainda que a mesma seja restrita aos documentos que o embasam.

Feito isso, iniciamos a abertura dessas páginas partindo do pressuposto de que existem temas de pesquisa referentes à determinadas áreas do conhecimento, incluindo aqui os chamados temas transdisciplinares, que são abordados exaustivamente em diversos trabalhos acadêmicos; no entanto, tais abordagens, por mais rigorosas e dedicadas que possam parecer, voltam-se somente para o plano das aparências, na esfera da pseudoconcreticidade. O mundo ou esfera da pseudoconcreticidade, de acordo com Karel Kosik (1976, p.11),

é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário.

A razão para o predomínio de incursões investigativas que não atinjam mais do que a aparência manifesta nos fenômenos pode estar relacionada às escolhas políticas dos pesquisadores, presentes nos pressupostos teórico-metodológicos adotados. Todavia, partimos do princípio de que todos os temas de pesquisa, sobretudo, aqueles de cunho social, político, econômico, inerentes ao modo de produção social no qual a humanidade se encontra inserida em sua quase totalidade, podem ser explorados por trás de sombras, mas também podem e devem ser compreendidos em ruas mais claras.

Sendo assim, se é verdade que tais temas são passíveis de desmistificação, de esclarecimento, de compreensão em um âmbito concreto, é necessário elencar elementos que revelem a não imediatividade desses processos. Para tal, é preciso adentrar à lógica que envolve a pesquisa de cunho acadêmico na esfera do modo de produção capitalista, a fim de revelar suas contradições, diretamente relacionadas ao papel da pesquisa e à produção acadêmica em geral. É possível afirmar que as pesquisas acerca de temas complexos, como cidadania, inclusão/exclusão social, capitalismo, políticas sociais, etc., conformem-se em se abrigar em sombras temendo opor-se à escuridão que lhes permite existir. Em outras palavras, tais pesquisas precisam se ater a argumentos pseudoconcretos uma vez que são as aparências benéficas da ciência capitalista que precisam ser sustentadas, em nome do desenvolvimento e evolução do próprio capitalismo. Isso porque, talvez a luz que clareia as discussões a respeito de tais temas oponha-se à lógica que envolve os curtos prazos, o incentivo ao produtivismo, o sucumbir da qualidade perante os “lattes recheados”, os financiamentos e apoios à pesquisa, à própria vida dos pesquisadores. Assim sendo, para quê o esclarecimento quando o que deve prevalecer são argumentos pseudoconcretos? Por que ser crítico, quando o conformismo deve reinar em favor do sistema? Para quê investir na qualidade, quando os números falam mais alto? Para quê insistir na desmistificação da realidade, quando parece estar tudo em ordem?

A resposta para tais questões é simples, porém dotada de complexidade face ao contexto no qual a mesma deve ser proferida. É necessário compreender que o reino da democracia, da liberdade, das livres idéias é cerceado por uma “mão invisível”¹ perante os olhos mais desatentos. Uma “mão” que reza pelo ótimo funcionamento do seu sistema, e que, em nome da evolução, progresso e desenvolvimento do modo de produção capitalista, acabou por tornar-se uma ameaça à própria espécie humana, diga-se de passagem, sua criadora. Ou como afirma Mauro Iasi (2002, p.26), “a reprodução do capital já é incompatível com a sobrevivência da espécie”. Assim, não é exagerado, anacrônico ou mesmo risível afirmar que o tempo urge e é necessário se opor a essa lógica, é de suma importância incentivar as atitudes investigativas dotadas de crítica à mesma, é preciso revolucionar². É necessário superar a pseudoconcreticidade, revelando a essência dos fenômenos que nos são apresentados cotidianamente como naturais, senão por que se propor uma pesquisa de caráter crítico?

¹ Para Adam Smith (1723-1790), “existe uma lógica própria e funcional no mercado de forma que qualquer intervenção externa seria dispensável. Não caberia ao Estado, portanto, interferir na produção dos produtos, na qualidade, quantidade, preços, etc; uma vez que o lema da economia liberal era o ‘laissez-faire’, pela atuação natural de uma mão invisível e reguladora” (PADILHA, 2004).

² “Não por qualquer busca de alguma essência que poderia ter permanecido adormecida, não pela preferência abstrata por uma ou outra corrente de pensamento, (...) mas porque ‘há algo de podre’ no reino do capital, porque este transformou numa poderosa força contra a humanidade” (IASI, 2002, p. 21).

Como afirmou Kosik (1976, p.13), “se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis”.

Mesmo imersos entre tantos que se conformam em seguir incontestemente os ditames do produtivismo, da competição capitalista, desfrutando dos seus aparentes benefícios meritocráticos, propomos aqui um desafio. Isto é, tentar realizar mudanças, mesmo tendo que operar dentro da lógica a qual pretendemos negar. Nessa perspectiva, as linhas que dão seqüência a esses escritos são fruto da realização de reflexões críticas, na perspectiva do rompimento com a esfera da pseudoconcreticidade e esclarecimento, tendo como objeto o esporte como carro-chefe de projetos de cunho social no âmbito de uma organização não governamental – o Instituto Ayrton Senna. Primeiramente apresentaremos a problemática na qual o problema de pesquisa está inserido e, para tal, é necessário frisar que, não podemos compreender o esporte no âmbito das ONGs, sem compreender as dinâmicas do esporte na sociedade contemporânea. Também precisamos compreender o contexto do surgimento dessas organizações e o desenvolvimento de suas ações. E, sobretudo, não é suficiente compreender tais instituições (Esporte e ONGs) de uma forma genérica – leia-se a-histórica. Portanto, uma vez sendo fenômenos inerentes ao modo de produção capitalista, é necessário compreender esse (o capitalismo) nas raízes de suas contradições. Sob pena de não irmos além das aparências manifestas nos fenômenos constituintes do objeto de pesquisa.

Devido aos limites de uma dissertação de mestrado, não temos a pretensão de esgotar tais componentes que envolvem o objeto de estudo. Uma discussão detalhada sobre tais elementos será apresentada ao longo dos capítulos. No momento, acreditamos que seja suficiente uma breve apresentação dos mesmos somente com o fim de localizar o problema de pesquisa em seu contexto mais amplo.

Em pleno início do século XXI presenciamos o mais alto estado de desenvolvimento das forças produtivas em nossa sociedade. Os avanços tecnológicos são contabilizados dia após dia, culminando na sensação de que temos solução para todos os problemas. Entretanto, essa sociedade de avanços e conquistas fenomenais que enchem os olhos de seus idealizadores, desponta como algo maravilhoso somente no plano das aparências. Pois, se procura a todos os custos amenizar ideologicamente (principalmente via meios de comunicação de massa) o fato de que o modo de produção social vigente nessa sociedade é marcado por contradições gritantes. Contradições essas que se estendem desde as desigualdades na colheita de seus frutos, até a produção da própria vida humana. A figura apocalíptica do capital marcha pelo mundo carregando consigo uma série de falsas promessas: as inovações tecnológicas, as condições de uma melhor “qualidade de vida” para homens e

mulheres, a circulação permanente de mercadorias como forma de crescimento das nações, a democracia a ser disseminada por todos os continentes, o direito ao voto como forma de emancipação das pessoas, a esperança para os olhos famintos e arrasados daqueles que são “excluídos” dos sabores doce-amargos do capital. Por outro lado, essa figura prossegue em sua marcha contínua dotada de alienação, reificação, estranhamento e destruição da vida humana. Suas tecnologias têm por intuito a reprodução e multiplicação dos lucros para os capitalistas, uma “melhor qualidade de vida” também é tida como uma mercadoria, portanto, quem pode pagar tem, quem não pode fica sem. Aliás, a miséria e a degradação de milhões de homens e mulheres constitui uma espécie de pré-requisito para que uns poucos possam continuar jogando prata no ar. E assim a vida vai seguindo nas linhas férreas do modo capital de produção da vida humana: alguns preocupados em contabilizar seus lucros, muitos preocupados em contar seus mortos.

Não é novidade que essa sociedade, pautada nos princípios da propriedade privada dos meios de produção, impõe limites para que todos os seres humanos possam produzir sua própria existência³, de acordo com seus preceitos. Ou seja, tal modo de produção subtrai dos trabalhadores os meios de produção e lhes apresenta como alternativa a venda de sua força de trabalho. Arelado a esse fato também é possível constatar que, contraditoriamente, não há pleno emprego para todos. Cada vez mais se presencia a precarização dos postos de trabalho, a perda das garantias, o ataque aos direitos oriundos das lutas dos trabalhadores, a flexibilização das jornadas de trabalho, etc. Como afirma Silva (2003, p.25) “as transformações do mundo do trabalho se materializam no cotidiano dos trabalhadores sob a forma de desemprego, precarização das novas formas de produção e relações de trabalho”. Transformações as quais Ricardo Antunes (1997, p.44) denominou “subproletarização do trabalho”⁴.

A necessidade da venda da força de trabalho nessa sociedade é fato. Assim, os trabalhadores precisam fazer investimentos em educação, qualificações, serem competitivos, serem atrativos à classe capitalista, afinal se é concorrente de um exército de vendedores de força de trabalho; e esses podem roubar o seu posto de trabalho, podem lhe tirar o ganha pão, podem impossibilitá-lo de produzir sua própria vida. Os privilegiados que têm sua força de trabalho explorada diariamente precisam suportar jornadas exorbitantes, dormir com medo da

³ “A história da realização do ser social (...) objetiva-se através da produção e reprodução de sua existência, ato social que se efetiva pelo trabalho. (...) o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho” (ANTUNES, 1997, p.121).

⁴ Esse termo se aplica às formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, vinculados a economia informal.

perda do emprego e sobreviver com condições mínimas para poder manter a si mesmo e a sua família vivos⁵.

A miséria humana assume índices nunca antes vistos e os fatos que chocavam e indignavam as pessoas, num piscar de olhos foram transformados em meras banalidades do cotidiano. Isto é, a constante presença das aberrações humanas, oriundas da barbárie proporcionada pelo capital, nos salta aos olhos como um cenário no qual, homens famintos são menos que cães famintos; a decadência humana é um fato “perversamente” naturalizado. De acordo com Gentili e Alencar “a anormalidade torna os acontecimentos visíveis, ao mesmo tempo em que a normalidade costuma ter a capacidade de ocultá-los. O normal se torna cotidiano. E a visibilidade do cotidiano se desvanece (insensível e indiferente) como produto de sua tendencial naturalização” (2003, p.29). Em nome do desenvolvimento e do crescimento da economia estamos deixando de lado nossa própria humanidade. O que Capella (1998) intitulou o progresso tecnológico, indiferente a barbarização social.

A cada novo dia somos expostos a toda sorte com o alto grau de degradação humana que nos assombra. Seja no apelo 24 horas ao consumo de mercadorias, seja pelas imbecilidades presentes nos *mass media*⁶, seja pela submissão do ser humano aos mais baixos níveis de educação, cultura, arte, informação, etc⁷. Esse nível de degradação apenas reflete uma sociedade na qual o homem se encontra abaixo da mercadoria, um mundo de homens degradados pelo trabalho. A degradação humana foi analisada com muita propriedade por Marx em seus estudos sobre a alienação do trabalho. Segundo o autor (2001, p.154),

quanto mais o operário produz, menos tem ele para o consumo; quanto mais ele cria valores, mais ele se desvaloriza e perde sua dignidade; quanto mais forma tem seu produto, mais disforme é sua pessoa; quanto mais alto grau de civilização apresenta o objeto, mais rude torna-se o operário; quanto mais poderoso é o trabalho, mais impotente é seu criador; quanto mais o trabalho se enche de espírito, mais o operário se priva dele e torna-se escravo da natureza.

Assim, a materialidade das relações produtivas, e por que não dizer humanas, no âmbito do capital se apresenta favoravelmente em relação a uma minoria proprietária das fontes da vida e uns poucos favorecidos pela lógica meritocrática do sistema; e

⁵ Afinal, “o valor da força de trabalho corresponde a um determinado quantum de trabalho abstrato socialmente necessário para produzir a massa de meios de subsistência necessária para a produção e reprodução normais da vida do trabalhador e de sua família em sua totalidade – alimentação, moradia, transporte, vestuário, saúde, educação, lazer, etc” (TUMOLO, 2003, p.162).

⁶ “Instrumentos ou aparelhos técnicos mediante os quais se difundem mensagens – pública, indireta e unilateralmente – a um público disperso, denominado audiência” (BELTRÃO; QUIRINO *apud* PIRES, 2002, p.34).

⁷ No entanto é necessário reconhecer uma relação dialética existente nas informações divulgadas pela mídia. Os conteúdos manifestos não podem ser enquadrados unilateralmente como perversos ou mesmos ruins, uma vez que a mídia, ao mesmo tempo em que obscurece, esclarece sobre diversos assuntos.

desfavoravelmente, resultando em desgraças e miséria para uma grande maioria que ainda reza por dias melhores. Na lama podre das contradições e destruições capitalistas encontramos o desemprego, a falta de educação, as portas do tráfico de drogas e do crime em geral, a falta de atendimento médico, condições dignas de vida, a alta taxa de natalidade e também mortalidade, etc. Apenas alguns ingredientes da realidade que os beneficiários da parte ruim do capitalismo, diga-se de passagem, sua grande maioria, vivem diariamente.

É necessário frisar que as forças política e ideologicamente dominantes nesse modo de produção não podem aceitar de maneira alguma que o capitalismo se tornou uma verdadeira ameaça a espécie humana⁸. Sua função é justamente justificar a evolução do capital, até mesmo equiparando suas contradições a meras disfunções do sistema. O poder de tais forças para tentar justificar a ordem social vigente é reacionário a ponto de causar paralisia naqueles que buscam negá-la. Ou seja,

a dominação se revestiu de tal força consubstanciada em frotas e tropas para rápida intervenção em qualquer parte do planeta, em poderosos meios de comunicação de massa, em tal poder econômico nunca antes concentrado em tão poucas mãos, que qualquer argumento contra a ordem cairia na insensatez e na impraticabilidade (IASI, 2002).

Portanto, essas forças precisam buscar saídas para as contradições do sistema ao qual defendem, respeitando a lógica interna do mesmo. As taxas de lucros precisam ser mantidas, a valorização do valor precisa prosseguir independentemente dos problemas que afligem a humanidade.

Frente a esse panorama destrutivo são criadas alternativas para se cobrir os furos oriundos de um modo de produção tão contraditório. O papel dos Estados capitalistas nessa dinâmica (principalmente nos países do terceiro mundo) é propor alternativas que busquem atenuar as mazelas sociais. Isso é realizado através da formulação e implementação de políticas públicas sociais. Tais políticas são dirigidas prioritariamente às parcelas mais pobres e desprovidas da população e possuem fins variados, como o combate à fome, a desnutrição, às doenças de ordens diversas, auxílios referentes à educação, saúde, habitação, entre outros⁹. E, mais do que nunca, a promoção da “inclusão social”, uma vez que se parte do princípio de que as pessoas pertencentes a tal parcela da população estão excluídas da sociedade.

⁸ Embora não sejam incomuns discursos por parte de capitalistas admitindo as atrocidades cometidas contra o planeta em nome da evolução do capitalismo, mesmo que proferidos sob a máscara de um “mal necessário”.

⁹ Incluem-se aqui projetos como o Bolsa Escola, o Bolsa Família, Fome Zero, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, etc.

Nesse cenário de miséria e “exclusão” também entra em ação o Terceiro setor¹⁰, do qual destacaremos as organizações não-governamentais. Essas ONGs atuam com projetos diversos voltados para o atendimento de comunidades “carentes”, com certa tendência voltada para o papel de coadjuvantes ou mesmo substitutas das políticas sociais – responsabilidade do Estado. Segundo Costa (2002, p.45), “a magnitude dos problemas e a escassez dos recursos fazem com que somente a ação do Estado, por mais decidida que possa ser, seja insuficiente, mesmo a longo prazo, para dar conta de seus objetivos”.

É necessário ressalvas quanto ao papel das ONGs na sociedade, uma vez que as mesmas não podem ser consideradas homogêneas no que tange às suas ações. Dessa forma, compreendemos que seja preciso relativizar as considerações a serem feitas sobre as organizações não-governamentais, destacando o importante compromisso de alguns desses organismos na contestação de políticas governamentais, na luta pela democracia, na proteção ao meio ambiente, na formação militante e profissional, entre outras. Por outro lado, a crítica a ser realizada não perde seu mérito, uma vez que é dirigida às ONGs que são concernentes ao projeto neoliberal de educação e transformação social. Projeto esse que apenas visa à manutenção da ordem vigente, afastando qualquer possibilidade de uma real mudança e de uma nova sociedade sem capital.

A presença das ONGs no Brasil pode ser considerado um fato relativamente recente, levando-se em conta sua visibilidade. No entanto essas organizações existem no país há muito tempo, manifestando-se por meio de outras nomenclaturas como Centros de pesquisa, Associações promotoras de educação popular e Entidades de assessoria a movimentos sociais (ABREU, 1997). E mesmo o caráter de suas ações era destacado em um outro âmbito que não o das alternativas de cunho social ligadas às populações desfavorecidas.

A nomenclatura da ONU para representar instituições internacionais não-governamentais foi adotada por organizações civis européias que participaram do esforço de cooperação internacional a partir da década de 60. As ONGs européias geraram ONGs por todo o mundo, através do apoio a projetos e emprestando à todas elas um perfil característico: redes de entidades vinculadas ao circuito dos grandes projetos para o desenvolvimento na cooperação internacional.

¹⁰ De acordo com Pereira (2004, p.222), “são três os setores capazes de estabelecer mudanças na realidade social. O primeiro setor é o Estado, responsável pelo controle coletivo e pela melhoria das condições de vida. O segundo é o mercado que corresponde aos interesses privados, cuja competição, por mais eficaz e racional, visa ao lucro como resultado. E o terceiro é a sociedade civil, formada por comunidades locais, lingüísticas, étnicas, profissionais, religiosas, ou seja, pessoas em situações semelhantes que se unem visando um mesmo objetivo”.

Podemos identificar quatro momentos distintos na evolução do terceiro setor no Brasil:

No primeiro momento que se estende da época da colonização até meados do século XX, a Igreja católica teve uma atuação dominante na prestação de serviços sociais e assistenciais, na área de saúde e na educação. Assim, as chamadas associações voluntárias, nesse período, existiram basicamente no âmbito de atuação da Igreja.

Com o Governo populista de Getúlio Vargas, o Estado toma para si a função assistencial, conferindo-lhe caráter de política pública. Nesse segundo momento, às organizações sem fins lucrativos era atribuído o papel de colaboração nas políticas públicas sociais e esse papel se torna, de certa forma, legitimado.

O autoritarismo dos anos 70 impõe um novo modelo para a atuação do então embrionário Terceiro setor. Nesse contexto destaca-se a presença das instituições de caráter filantrópico e assistencial, as organizações comunitárias e os movimentos sociais. As organizações formadas nesse terceiro momento visavam ser porta-vozes de problemas localizados que se multiplicavam com uma velocidade enorme, como expressão de denúncia da situação de desigualdade social existente no país. É no contexto dessa terceira linha de ação que surgem no Brasil as propriamente ditas Organizações não-governamentais.

Finalmente, o quarto momento na história do Terceiro setor no Brasil é marcado pela redemocratização do país a partir dos anos 80. A questão da cidadania e dos direitos fundamentais passa a ser prioridade nessa nova agenda de atuação. As ONGs perdem o caráter eminentemente contestatório que as caracterizavam na década anterior e se firmam como entidades com existência própria e independente, na defesa da cidadania.

Uma discussão mais específica sobre as organizações não-governamentais será realizada em tópico específico. Particularmente pensamos que uma leitura crítica acerca das mesmas poderia ter espaço nessas linhas introdutórias, porém a mesma será destinada a um momento posterior. No momento, acreditamos que os elementos supracitados sejam suficientes para se ilustrar o objeto dessa pesquisa.

Dentre as ações das ONGs podem ser destacados os projetos esportivos¹¹ desenvolvidos por ex-atletas como, por exemplo: Oscar, Pampa, Raí, Leonardo, Ana Moser, Jaqueline entre outros, que carregam o selo de projetos sociais, uma vez que possuem uma perspectiva de desenvolvimento social por meio do esporte e são voltados para crianças e jovens “carentes” de tal desenvolvimento. Tais projetos compreendem o esporte, dentre outros

¹¹ Existem projetos variados sendo desenvolvidos por ONGs atualmente no Brasil e em todo o mundo, contudo procuro dar destaque aos projetos de cunho esportivo, pois estes compõe o objeto da presente pesquisa.

fins, como uma ferramenta fundamental para se promover a “inclusão social” e garantir a cidadania daqueles que participam dos mesmos.

Essa perspectiva do esporte como objeto de diversos projetos sociais no âmbito de Organizações não-governamentais, pode ser considerada como a mola propulsora de nossos esforços teóricos. Isto porque, cada vez mais se tornam freqüentes os projetos ou programas presentes no Terceiro setor, que buscam utilizar o esporte na perspectiva de se alcançar fins sociais como o combate às drogas e violência, a inclusão social, a promoção da saúde, entre outros. Os exemplos são muitos: desde os Amigos da Escola e Criança Esperança (Rede Globo), até os projetos das ONGs: Instituto Ayrton Senna, Instituto Guga Kuerten, Fundação Gol de Letra, Esporte Clube Cidadão, etc. E, compreendendo que tais ações são representadas em um plano pseudoconcreto no qual o esporte é tido como “uma ferramenta imprescindível” para os malefícios da humanidade, entendemos que seja de suma importância recuperar a concreticidade de tais ações.

O esporte é tido como um agente de socialização entre as pessoas, como um meio para se melhorar a saúde e a qualidade de vida, como um caminho para se oferecer oportunidades de ascensão social às crianças e jovens “carentes”, uma maneira de evitar o seu contato com o crime, com as drogas, entre outros; “educativo” por excelência. Também é visto como uma vitrine muito eficiente para a comercialização de mercadorias, como um fenômeno bastante lucrativo, como um verdadeiro espetáculo institucionalizado. Algo que é disseminado cotidianamente como natural¹² na sociedade contemporânea. Assim, em virtude da multidimensionalidade do fenômeno social esporte e de sua “naturalização”, essa pesquisa caminha na direção de um processo de recuperação da problematidade¹³ (SAVIANI, 1986) e posterior análise dos pressupostos situados na especificidade do papel do esporte vinculado a projetos sociais no âmbito de uma Organização não-governamental.

Com base no quadro acima apresentado, defendemos a relevância e pertinência da problemática em questão para a Educação Física/Ciências do Esporte e meio acadêmico em geral, visto que o trato com a mesma poderá desencadear processos de reflexão crítica sobre o papel das ações esportivas na atenuação de problemas sociais que são inerentes ao próprio capitalismo. Para tal, tomamos como base a produção existente na citada área sobre o tema

¹² “O esporte em nossa sociedade é incorporado a vida das pessoas como se fosse algo natural, isto é, as pessoas nasceriam determinadas a usar a camisa de um clube, a assimilar irrefletidamente os comentários esportivos ‘Galvãoobuenizados’ e a se tornar um consumidor do esporte” (SILVEIRA, 2004, p.37).

¹³ Como uma forma de se romper com o caráter natural atribuído a presença do esporte na sociedade contemporânea, propondo a destruição da pseudoconcreticidade (KOSIK, 1976) que envolve esta manifestação da cultura corporal de movimentos, alcançando assim, a essência do fenômeno estudado e desencadeando processos de reflexão que venham somar esforços nesta tarefa imprescindível à Educação Física.

pesquisado, uma vez que essa fornecerá o pano de fundo implícito nos possíveis avanços que essa pesquisa poderá fornecer.

Uma vez expostas as diversas facetas ligadas à problemática mais ampla e destacando a centralidade do problema de investigação, é necessário anunciar a questão orientadora do processo investigativo, assim formulada: Quais os pressupostos político-pedagógicos que permeiam o Programa Educação pelo Esporte do Instituto Ayrton Senna?¹⁴ Essa questão se volta para uma abordagem dos fundamentos, finalidades, princípios pedagógicos e sociais do esporte, e as implicações desses no que tange ao cumprimento dos objetivos da citada ONG face aos aspectos contemporâneos que englobam a sociedade capitalista.

A pergunta de partida traz em seu bojo outras questões (de ordem específica e ampla) a serem exploradas no decorrer da pesquisa, quais sejam: Quais os conceitos de esporte, infância e juventude presentes no Programa Educação pelo Esporte? Quais os pressupostos político-pedagógicos presentes nas ações esportivas desenvolvidas pelo Programa Educação pelo Esporte? Quais as finalidades do esporte no Programa Educação pelo Esporte? Quais as implicações dos pressupostos político-pedagógicos que embasam as ações esportivas do Programa Educação pelo Esporte para o cumprimento de seus objetivos? (específicas). Que tipo de relações estabelecem as ONGs com o esporte no âmbito da sociedade capitalista? Face as destruições implementadas pelo capitalismo, qual o real papel do desenvolvimento de projetos esportivos/sociais pelas ONGs? (amplas).

Essas questões de pesquisa serão, na medida do possível, respondidas no corpo da pesquisa e, fundamentalmente, nas considerações finais do trabalho, onde procuramos recuperar essas indagações, juntamente com as categorias de análise.

Como é possível perceber, tal discussão abrange com seus tentáculos, o papel do Terceiro setor e suas intervenções sociais na esfera do capital; o esporte contemporâneo como possibilidade de se cumprir com objetivos sociais vinculados a outras instituições; o estudo minucioso da forma social de produção capitalista e suas contradições; e as relações entre Estado, mercado e Organizações não-governamentais nessa perspectiva.

O objetivo central dessa pesquisa é investigar e refletir sobre os pressupostos político-pedagógicos que permeiam o esporte na esfera do Programa Educação pelo Esporte do Instituto Ayrton Senna. Oriundos da pergunta de partida e seus desdobramentos hipotéticos (questões de pesquisa) estão os seguintes objetivos específicos: investigar e refletir sobre os conceitos de esporte, infância e juventude presentes no Programa Educação pelo Esporte;

¹⁴ Mais adiante, ainda nas linhas introdutórias desta dissertação, será apresentada a justificativa de nossa opção pelo Instituto Ayrton Senna.

analisar os princípios pedagógicos presentes nas ações esportivas desenvolvidas pelo Programa Educação pelo Esporte; investigar as finalidades do esporte no Programa Educação pelo Esporte; refletir acerca das implicações dos pressupostos político-pedagógicos que embasam as ações esportivas do Programa Educação pelo Esporte, levando em consideração o cumprimento de seus objetivos; compreender as relações estabelecidas entre as ONGs e o esporte, por meio de projetos de cunho social, no âmbito da sociedade capitalista.

Podemos afirmar que o problema de investigação dessa pesquisa é oriundo de nosso contato permanente com as informações divulgadas pela mídia¹⁵ sobre “as diversas maravilhas” que o esporte pode fazer na vida das crianças e jovens “carentes”; assim como, de uma certa esportivização da vida social, econômica, cultural e política brasileira. Tais informações são apresentadas à população em geral sem a menor preocupação em contextualizar o momento histórico no qual os fenômenos sociais ocorrem, sem aprofundar os comentários sobre o papel das ONGs e a utilização do esporte com fins sociais e, sobretudo, sem mencionar os por quês das crianças e jovens se encontrarem em tal situação de “carência”.

Percebendo esse processo de fornecimento de soluções imediatistas e paliativas para problemas sociais com raízes históricas muito mais profundas, que apenas banalizam e naturalizam o sofrimento humano, uma vez que a mídia se constitui em um sistema de dominação espetacular que trata a notícia como espetáculo e como mercadoria (SILVA, 2003), compreendemos como de suma importância propor o esclarecimento sobre tal relação.

Assim, ressaltamos que o problema social do qual emerge o problema de investigação está diretamente relacionado com a perpetuação de “idéias” ou produção de subjetividades acerca da relação esporte/ONGs, que não vão além do plano da pseudoconcreticidade, se constituindo em um desserviço para a produção de conhecimentos críticos na área de Educação Física/Ciências do Esporte.

Face ao exposto, é possível afirmar que a relevância teórico-acadêmica do problema que essa pesquisa busca abordar, é decorrente do fato de que a produção teórica da área de Educação Física não contempla o mesmo dentro da perspectiva aqui apresentada. Ou seja, existe uma “lacuna nos conhecimentos” (LAVILLE; DIONNE, 1999) na área de Educação Física que precisa ser preenchida. Isto pôde ser comprovado após um breve olhar sobre a

¹⁵ É interessante notar que a própria mídia não faz a mínima questão de mascarar os problemas sociais e mesmo uma perspectiva utilitarista do esporte. A triste realidade vivida por crianças e jovens é concebida como algo natural em nossa sociedade. E assim, são apresentadas com certo glamour as histórias de vida de crianças que migraram da região norte ou nordeste, trilharam caminhos difíceis para tentar uma chance de “vencer” no esporte. A mídia expõe o problema, mas não vai além. O problema social é naturalizado. Por isso, compete à academia propor o esclarecimento acerca das relações entre o esporte e os problemas sociais.

produção recente na área, especificamente com base nos anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE), nas edições de 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005. Também realizamos uma busca nas publicações presentes na Revista Brasileira de Ciências do Esporte desde o ano de 2000 até 2006. Outra fonte de suma importância foram os anais do Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL), nas edições de 1997, 2000, 2002 e 2003.

Nessas produções foi possível constatar a presença do esporte em diversos contextos: no que tange ao rendimento de alto nível, como fator de promoção à saúde, conteúdo historicamente produzido por homens e mulheres, constituindo-se assim num elemento passível de socialização; bem cultural vivenciado nos momentos de lazer e mesmo como integrante de políticas públicas. No entanto, registramos apenas a presença de um texto, de autoria de Adriana Correia e Monique Assis¹⁶, que analisava projetos sociais vinculados às Organizações não-governamentais, mesmo assim, especificamente voltado para a dança.

Devido à amplitude da problemática em questão, também foi necessário verificar a produção existente nas ciências sociais, tomando como fonte principal o periódico Revista Brasileira de Ciências Sociais, nas edições de 1987 a 2000. Nesse periódico poucas vezes foram citadas as ditas Organizações não-governamentais, e não foi maior a presença do esporte na mesma perspectiva. Em outras fontes como teses e dissertações ou mesmo periódicos e livros, foi possível constatar abordagens diferentes com relação às Organizações não-governamentais: no que tange à contestação de políticas públicas brasileiras¹⁷, como complemento de gestão à administração pública¹⁸, ou mesmo na perspectiva da análise da formação de redes¹⁹. Também nessas produções o esporte permaneceu intocado. Mesmo não fazendo parte da lista supracitada, é necessário citar o estudo de Alba Zaluar²⁰, no qual essa autora dedica seus esforços a uma investigação sobre o PRIESP, da Fundação Roberto Marinho, dando ênfase ao impacto dos projetos de iniciação esportiva desenvolvidos pelo mesmo em comunidades “carentes” do Rio de Janeiro. Outra fonte verificada foi o artigo de Maurício Roberto da Silva²¹, no qual o autor indica alguns aspectos na discussão entre Educação Física e ONGs, mas se atém preponderantemente à análise de movimentos sociais. E, completando as obras consultadas, temos o livro de Marcelo de Paula Melo²². Em sua obra, o autor busca abordar as novas relações entre Estado e sociedade civil no centro da

¹⁶ Ver Assis e Correia (2003).

¹⁷ Ver Vanzin (2002).

¹⁸ Ver Abreu (1997).

¹⁹ Ver Sell (1997).

²⁰ Ver Zaluar (1994).

²¹ Ver Silva (1999).

²² Ver Melo (2005).

redefinição do novo projeto de sociabilidade neoliberal, tendo a Vila olímpica da Maré - RJ como uma das expressões concretas disto.

Essa incursão à produção existente nas duas áreas mostrou que o tema aqui apresentado ainda pode ser considerado como abordado de forma insuficiente. É importante frisar que a atuação das Organizações não-governamentais (ao menos com essa nomenclatura) se constitui numa prática relativamente recente. Também é preciso fazer ressalvas quanto à quantidade de fontes pesquisadas. Todavia, o CONBRACE pode ser considerado como o maior evento nacional na área de Educação Física, e a Revista Brasileira de Ciências Sociais como um ícone na respectiva área, por isso a ausência do tema nesses meios pode ser considerada como o indicativo de uma certa carência de pesquisas referentes ao mesmo.

Com base nessa constatação, é possível afirmar que tal carência na produção acadêmica, por si só, já serve como justificativa para o desenvolvimento dessa pesquisa. Então, com a realização da mesma, somar esforços aos autores que se debruçaram sobre o tema na área de Educação Física/Ciências do Esporte, na perspectiva da continuidade das reflexões acerca do esporte e sua utilização na sociedade contemporânea, adotando como pano de fundo a permanente e incansável luta por mudanças.

A opção por pesquisar uma Organização não-governamental recai sobre o fato dessas organizações estarem em ascensão desde o final do século XX, somando-se atualmente no Brasil cerca de 250.000 ONGs²³, atuando prioritariamente junto à área social. Tais organizações vêm ganhando importância, principalmente no senso comum, no que tange ao combate aos principais problemas de ordem social que afligem a população.

Também justifica a escolha nossa compreensão de que essas organizações possuem uma relação com o Estado e também com o mercado que carece de esclarecimento, uma vez que as visões hegemônicas sobre as mesmas as consideram unilateralmente como uma peça fundamental para se detectar os problemas e descobrir as potencialidades e soluções inovadoras em lugares em que o Estado não penetra e ao mercado não interessa, porque não gera lucro (PEREIRA, 2004). Em outras palavras, apresentam-nas sob a penumbra obscura da aparência fenomênica, sem mais esclarecimentos sobre os processos subliminares às suas atuações e relações com as citadas instituições.

E, mesmo frente ao crescimento dessas entidades em número e status social, ainda não são verificadas pesquisas de cunho qualitativo e crítico sobre as mesmas, sobretudo no que se refere a utilização do esporte por essas.

²³ Cf ABONG, 2005.

A opção pelo Instituto Ayrton Senna se deu pelo fato dessa ONG ser reconhecida nacionalmente como uma das maiores do Brasil e por seus projetos, em ênfase os esportivos, serem desenvolvidos em onze estados da Federação. Também se justifica essa opção com base no reconhecimento por parte da UNESCO das ações implementadas por essa organização em seus projetos sociais.

Um outro argumento para defender essa opção se encontra no fato da citada ONG ter como símbolo maior a figura de um ex-atleta e todo um processo de mitificação de um ídolo como verdadeiro herói nacional. O que, de certa forma, tende a sacralizar suas ações.

Organização não-governamental sem fins lucrativos, o Instituto Ayrton Senna, presidido por Viviane Senna, foi fundado em novembro de 1994. Desde então, sua meta principal tem sido trabalhar para criar oportunidades de desenvolvimento humano a crianças e jovens brasileiros, em cooperação com empresas, governos, prefeituras, escolas, universidades e outras ONGs.

Tendo como fundamento a vida e os ideais de Ayrton Senna, essa ONG visa contribuir para a criação de condições e oportunidades para que todas as crianças e todos os adolescentes brasileiros possam desenvolver plenamente o seu potencial como pessoas, cidadãos e futuros profissionais.²⁴

Em suma, essa escolha se baseia no status e abrangência dessa Organização não-governamental e também no fato de suas ações serem associadas à imagem de um ex-atleta de prestígio internacional.

Selecionamos uma Organização não-governamental que desenvolve projetos sociais com a utilização do esporte, como citamos anteriormente, devido à disseminação cotidiana entre o senso comum de uma miríade de fins que o esporte promove; tais como: a saúde, a qualidade de vida, a inclusão social, a profilaxia ao uso de drogas e crime em geral, o desenvolvimento humano e, mais recentemente a paz entre os povos. A relação entre o esporte e os fins mencionados pauta a agenda e serve como justificativa para o desenvolvimento dos projetos de diversas ONGs.

Não há dúvidas sobre as boas repercussões recebidas por tais organizações ao apresentar seus projetos esportivos pautados pelos objetivos supracitados, no entanto, é necessário salientar que em momento algum tal associação linear entre o esporte e as ditas pretensões sociais são relativizadas ou mesmo criticadas. Então, é possível afirmar que a motivação pela escolha por uma ONG que utiliza o esporte em seus projetos sociais vai ao

²⁴ Cf <www.ias.org.br>. Acesso em: 21/11/2005.

encontro da desmistificação e de um processo de esclarecimento acerca dessa relação tão presente na contemporaneidade.

Acrescentamos como argumento para justificar essa opção o fato dos ditos projetos que utilizam o esporte como ferramenta para resolver os diversos problemas sociais serem voltados prioritariamente para crianças e jovens. Assim, acreditamos ser necessário indagar o porquê dessa prioridade? De qual infância e de qual juventude se está tratando? Como resolver tais problemas por meio do esporte?

Para darmos conta das discussões anunciadas nessas linhas introdutórias, o corpo do texto está dividido da seguinte forma: no primeiro capítulo serão apresentados os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa, expondo os caminhos trilhados durante o fazer investigativo, a apresentação do campo de pesquisa e as principais categorias de análise.

No segundo capítulo é realizada a discussão acerca das relações entre desenvolvimento humano e capitalismo, tomando como pano de fundo o modo capitalista de produção, as dinâmicas do Estado capitalista, a proposta de desenvolvimento humano do Instituto Ayrton Senna e as questões referentes à infância e à juventude nessa perspectiva.

O terceiro capítulo comporta as discussões referentes às ONGs e a ética da corresponsabilidade social, na qual destacamos o papel do Terceiro setor e do mercado como substitutos das ações estatais em vista dos ajustes às políticas neoliberais; e as implicações de tal perspectiva no que tange à cidadania.

O quarto capítulo é dedicado às relações entre esporte e educação no âmbito do Instituto Ayrton Senna, abarcando uma contextualização do esporte na contemporaneidade e das políticas públicas para o esporte, tendo destaque as chamadas ações que envolvem o esporte social.

O último momento do texto é dedicado à síntese das discussões realizadas ao longo da pesquisa, a proposição de algumas respostas para as questões de pesquisa anteriormente citadas e nossas considerações finais.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

1.1 APRESENTAÇÃO DO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

Uma vez apresentada a delimitação e a justificativa do problema de pesquisa, o próximo passo é expormos o caminho por meio do qual foi desencadeado e executado o processo de análise, na busca das possíveis respostas para o problema de pesquisa anunciado. Para tal, iniciamos com a apresentação do campo de investigação da presente pesquisa.

Nessa perspectiva, contemplaremos o Instituto Ayrton Senna no que tange à história dessa organização não-governamental, os seus programas, as fontes de recursos financeiros, os objetivos da instituição e, mais detalhadamente uma exposição de sua proposta de “Educação pelo Esporte”. Essa apresentação tem como objetivo destacar, em linhas gerais, as principais características do campo de investigação, proporcionando assim, um contato entre o leitor e o objeto de investigação.

O Instituto Ayrton Senna foi criado no ano de 1994. Logo após o falecimento do piloto no acidente em Ímola (Itália), sua família deu início às primeiras providências legais para a criação do mesmo. O Instituto pode ser considerado como um grande projeto inspirado no sonho do tricampeão de Fórmula 1, que inconformado com a realidade do país, já havia manifestado o desejo de realizar alguma ação concreta para ajudar *crianças e jovens* – segundo o piloto, “as principais vítimas da sociedade desigual” - a desenvolverem-se integralmente.

O Instituto é presidido por Viviane Senna (irmã do ex-piloto) e atua em quase todos os estados do Brasil, 24 no total. Essa Organização não-governamental sem fins lucrativos tem como principal objetivo “trabalhar, por meio de *tecnologias sociais* voltadas às novas gerações, para criar oportunidades de *desenvolvimento humano* a crianças e jovens brasileiros, em cooperação com empresas, governos, prefeituras, escolas, universidades e ONGs”. É possível afirmar que os objetivos do Instituto,

são baseados na história de vida e nos ideais de Ayrton Senna, quais sejam, contribuir para a criação de condições e oportunidades para que todas as crianças e todos os adolescentes brasileiros possam desenvolver plenamente o seu potencial como pessoas, cidadãos e futuros profissionais”. Isto porque, o piloto alimentava a crença de que “se a gente quiser modificar alguma coisa, é pelas crianças que se deve começar” (IAS, 2004, p.26).

A ação dessa ONG é justificada por seus idealizadores tomando como base o que chamam de diferença entre um Brasil econômico e um Brasil social. Ou seja,

o Brasil é a 14ª potência econômica do mundo, embora se encontre entre os países com os maiores níveis de *exclusão e desigualdade social*: no ranking de Desenvolvimento Humano, ocupa o 72º lugar. Esta diferença entre o Brasil econômico e social aponta a necessidade primordial de trabalhar para o desenvolvimento humano das novas gerações.

Também defendem a transformação do país por meio de uma atuação de co-responsabilidade entre os três setores, quais sejam, o Estado, o Mercado e as Organizações da Sociedade civil. Por meio dessa atuação conjunta pretende-se a implementação de políticas públicas que, atuando em escala, favoreçam as crianças e adolescentes, interferindo positivamente nas suas realidades. Dessa maneira, visa contribuir para que esses sujeitos se tornem *cidadãos íntegros, autoconfiantes, autônomos, competentes e orgulhosos do país* que têm e que ajudam a construir.

A diretoria do Instituto Ayrton Senna é formada pela família do piloto, sendo que Viviane Senna é a presidente do IAS, desde a fundação em 1994. O conselho consultivo do Instituto é formado por: Antonio Carlos Gomes da Costa - Educador e Pedagogo; Carlos Ermírio de Moraes – Empresário; Chico Pinheiro - Jornalista e Apresentador; Ives Gandra - Advogado Tributarista; Juscelino Fernandes Martins – Empresário; Osmar Zogbi – Empresário.

Os recursos financeiros do Instituto são oriundos de duas principais fontes: 1) o Instituto conta com 100% dos royalties do licenciamento das marcas Senna, Senninha, Senninha Baby e imagem de Ayrton Senna doados pela família do piloto e 2) o investimento das alianças estratégicas com empresas e “organizações socialmente responsáveis” que dizem querer ajudar a mudar o cenário brasileiro. Conta, também, com parceiros e colaboradores que colocam seu tempo e sua expertise à disposição da causa infanto-juvenil. Isto, tomando como base a perspectiva da co-responsabilidade social que objetiva realizar transformações na realidade de milhões de crianças e jovens.

Devido às suas ações na área social, seu trabalho na criação, implementação, avaliação e disseminação em larga escala de tecnologias sociais para o desenvolvimento humano, o Instituto Ayrton Senna foi agraciado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) no ano de 2003, com o título de Cátedra²⁵ em Educação e

²⁵ O programa de cátedras da Unesco foi concebido para validar novas áreas de conhecimento no mundo, em geral em universidades e centros de pesquisa. O título é inédito para organizações não-governamentais.

Desenvolvimento Humano. Esse título também está vinculado ao fato do instituto ter se tornado uma referência mundial nessa área como um centro de reflexão, de pesquisa e de produção de conhecimento.

1.1.1 Desenvolvimento humano e tecnologias sociais

O Instituto desenvolve suas ações adotando como pilar duas categorias chaves, que abrangem não somente o seu objetivo principal, como também as ferramentas que são lançadas para o alcance do mesmo. Respectivamente, *desenvolvimento humano e tecnologias sociais*.

De acordo com o Instituto (2005, p.02), “o conceito de Desenvolvimento Humano surgiu em 1990, quando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sugeriu substituir a visão tradicional de desenvolvimento, que o identifica ao crescimento da renda e da produtividade de um país, por um enfoque mais amplo e abrangente”. Sob essa nova ótica, um país tem alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) quando ele oferece as *condições necessárias - econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais - para que todos os indivíduos desenvolvam suas potencialidades e tenham garantidos os direitos plenos da cidadania*.

Para medir o IDH são analisados basicamente três componentes: a longevidade média da população, o nível educacional e o acesso a recursos econômicos (PIB per capita). Talvez refletindo sobre as formas da população alcançar médias altas com relação a esses três componentes, a ONG defende que “o que uma pessoa se torna ao longo da vida depende de duas coisas: das oportunidades que teve e das escolhas que fez. Além do acesso às oportunidades, as pessoas precisam ser preparadas para fazer escolhas” (2005, p.05). E continuando, afirma que “todos nascem com *potenciais* e precisam de oportunidades para desenvolvê-los. São as oportunidades educativas que verdadeiramente cumprem essa tarefa. Por meio delas, *juvens talentos* se aprimoram e podem descobrir suas *competências*, contribuindo ativamente para a melhoria da sociedade” (2005, p.05).

Para cumprir com a tarefa de oferecimento de oportunidades educativas às novas gerações, o Instituto Ayrton Senna orienta seu trabalho baseado no princípio dos Quatro Pilares da Educação para o século 21, do relatório da Unesco Educação - Um Tesouro a Descobrir, organizado por Jacques Delors, e o transforma em Quatro Competências para o Desenvolvimento de Potenciais praticadas no dia-a-dia dos programas e projetos que desenvolve.

Essas quatro competências podem ser assim descritas: a) o *aprender a ser*, isto é, a capacidade que uma pessoa tem de ser ela mesma e construir seu projeto de vida; b) o *aprender a conviver*, ou seja, conviver com as diferenças e com o meio em que vive, cultivando novas formas de participação social; c) o *aprender a fazer*, de forma que a pessoa atue produtivamente para ingressar e permanecer no novo mundo do trabalho; d) o *aprender a conhecer*, visando a apropriação, por parte da pessoa, dos próprios instrumentos de conhecimento e colocando-os a serviço do bem comum.

E, como afirmado no início desse tópico, para o alcance do almejado desenvolvimento humano, são criadas, implementadas, avaliadas e sistematizadas pelo Instituto as tecnologias sociais, isto é, “soluções criativas, flexíveis, eficazes e em escala que geram impacto e transformações permanentes na vida de crianças e jovens, dentro da escola (educação formal) e fora dela (educação complementar)”.

1.1.2 Os programas

Os principais programas do Instituto Ayrton Senna são: Acelera Brasil, Se liga, Circuito campeão, Rede vencer, Sua escola a 2000 por hora, Superação jovem, Educação pelo esporte e Educação pela Arte. Essa exposição dos programas tem por intuito apenas apresentar as ações desenvolvidas pela ONG de forma geral. Uma vez que o foco das atenções é o programa Educação pelo Esporte, o mesmo será detalhadamente apresentado em momento posterior.

O Programa **Acelera Brasil** foi criado no ano de 1997 e tem como principal meta introduzir na rede educacional uma cultura de gestão eficaz, focada em resultados, e que combata os principais problemas do sistema de ensino: os baixos níveis de aprendizagem, a repetência e a distorção idade/série. De acordo com os dados do Instituto, “hoje cerca de 12 milhões de crianças e jovens no país não frequentam a série escolar correspondente a sua idade”. Assim, o Acelera Brasil visa alterar essa realidade, gerando uma grande economia aos cofres públicos e dando a milhares de alunos a oportunidade de experimentar o que é seu direito: aprender e passar de ano. Esse programa é adotado como política pública em cinco estados brasileiros - Goiás, Pernambuco, Tocantins, Paraíba e Sergipe – e “já beneficiou 300.452 crianças em 363 municípios”²⁶. De acordo com dados do Instituto, “a taxa de aprovação dos alunos do Acelera Brasil em 2004 foi de 97,7%, desempenho acima da média

²⁶ Cf www.ias.org.br

nacional no Ensino Fundamental, de 78%”²⁷. No Programa, os alunos lêem em média 45 livros ao ano, enquanto que os brasileiros lêem em média 2 livros ao ano.

O programa **Se liga** tem por objetivo alfabetizar crianças com distorção idade-série, provocando assim mudanças na educação formal. Essa distorção idade-série é resultado do grande índice de repetência escolar presente em nossa realidade. Para o Instituto, “entre 10% e 35% dos alunos de 1ª à 4ª série ainda não sabem ler nem escrever. O analfabetismo é o maior vilão da educação pública no Brasil. Ele pune as crianças com a repetência, o difícil recomeço todos os anos, a insegurança e a baixa auto-estima”. Dessa maneira, a atuação do Programa visa fazer com que as crianças voltem a acreditar que são capazes de aprender.

Esse programa, implantado desde o ano de 2001 “atendeu 243.639 alunos em 519 municípios”²⁸. Hoje é adotado como política pública em cinco estados: Goiás, Pernambuco, Tocantins, Paraíba e Sergipe. Em “2004, o índice de alfabetização alcançado pelo Programa foi de 91%, acima da média nacional da rede regular nos últimos dois anos, de 74,1%”²⁹.

O programa **Circuito campeão** tem por intuito tentar erradicar o analfabetismo e a repetência escolar, introduzindo políticas de alfabetização e de acompanhamento de resultados nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. Com base em dados da ONG “um terço dos alunos de primeira série do ensino fundamental foram reprovados em 2003 ou abandonaram a escola”. O programa é implementado atualmente em Goiás, Pernambuco, Tocantins e Paraíba.

O Circuito Campeão aplica a metodologia de gerenciamento dos Programas Se Liga, de alfabetização, e Acelera Brasil, de aceleração do aprendizado, nas escolas, secretarias municipais e estaduais de ensino, visando garantir o sucesso do aluno na trajetória escolar. De acordo com o Instituto, a título de exemplo “em Goiás a alfabetização na rede regular saltou nos últimos dois anos de 73,9% para 86,2%, acima da média nacional, de 74,1%”.

A **Rede Vencer** reúne as quatro tecnologias sociais desenvolvidas pelo Instituto Ayrton Senna³⁰ visando a superação dos problemas de analfabetismo, distorção idade-série, abandono escolar e melhorando a qualidade da aprendizagem de crianças e jovens. De acordo com a ONG, “são vários os problemas que afetam a rede pública de ensino e desmotivam os alunos. Mas esse quadro é reversível”. A Rede Vencer é adotada como política pública em 37 municípios que estão se destacando no quesito educação. O conjunto das ações da Rede

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

²⁹ Idem.

³⁰ São elas: Se Liga e Acelera Brasil - alfabetização e aceleração da aprendizagem de alunos com distorção idade-série; Circuito Campeão - alfabetização e gerenciamento das quatro primeiras séries do Ensino Fundamental; Gestão Nota 10 - gestão das escolas, secretarias municipais e estaduais de educação.

Vencer possibilitou um crescimento no desempenho das redes regulares dentro dessas prefeituras. Segundo a ONG “em 2004, o desempenho em português nas primeiras séries atingiu o nível 4, numa escala de 1 a 5. Em três anos, a performance em matemática dos alunos de 4º série cresceu 19,2 pontos, resultado superior à média nacional”.

O Programa **Sua Escola a 2000 por hora** foi criado no ano de 1999 e atua na educação formal, utilizando a tecnologia como meio de se proporcionar mudanças na comunidade escolar. Esse programa se fundamenta na utilização de novas maneiras de ensinar e aprender no âmbito das salas de aula, tendo como fortes aliados o computador e a internet. Dessa maneira o Programa tende a oferecer a alunos e professores um espaço no qual o processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma colaborativa descobrindo assim, onde e como acessar as informações necessárias para a construção do conhecimento, num contato criativo e inteligente com o mundo virtual.

O Sua Escola a 2000 por hora foi adotado em 2005 como política pública no estado da Paraíba e, em 2004, nos municípios de Araxá (MG) e Rio das Ostras (RJ). Conforme a ONG, “graças ao Programa, uma nova e criativa escola está ao alcance do mouse e pode ser freqüentada a qualquer hora e lugar”.

O programa **SuperAção Jovem** atua na educação complementar à escola, tendo como meta estimular os jovens a buscarem – por meio de projetos realizados em equipes e com a ajuda de professores – soluções criativas e eficazes para os problemas da escola e da comunidade. Parte-se do princípio de que a juventude não é o problema, mas parte da solução. Essas soluções criativas visam desde a revitalização da escola; a melhoria da qualidade da educação; o auxílio à comunidade por meio da alfabetização de adultos, da arrecadação de alimentos e da busca de ofertas de empregos; e a preservação da cidade e da natureza.

Os projetos são inscritos no Game SuperAção e se tornam parte de um jogo interativo em que os jovens, “além de transformarem a realidade, adquirem conhecimentos e desenvolvem competências para atuarem como pessoas, cidadãos e futuros profissionais na sociedade globalizada do século 21”³¹. O SuperAção Jovem acontece em 7 estados brasileiros e é um dos maiores programas de juventude realizado no país. Em 2003, foi adotado como política pública em São Paulo, como parte do Programa Escola da Família, impactando, conforme dados do Instituto Ayrton Senna, “mais de 100 mil jovens, de 2102 escolas no estado”. “Graças ao Programa, as escolas paulistas hoje têm a cara da juventude, melhoraram o ensino e reduziram a violência. Para se ter uma idéia, os índices de agressão, tráfico e

³¹ Idem.

consumo de drogas, porte de armas, furtos, depredações e pichações diminuíram entre 30% e 86% nas escolas”³².

O programa **Educação pelo Esporte** foi implementado no ano de 1995, e visa atender à crianças e adolescentes residentes nas comunidades de baixa renda do entorno das universidades. No programa as crianças e adolescentes jogam bola, nadam, brincam, mas eles também têm atividades de apoio à escolarização, acompanhamento médico, odontológico, nutricional e psicológico. Desde o ano de sua implementação “o Programa já beneficiou 57.600 meninos e meninas e recebeu o selo de reconhecimento da Unesco”³³.

De acordo com o Instituto, “graças ao potencial que o esporte tem de educar, aprende-se a conviver em grupo, a conhecer suas capacidades, a tomar decisões e buscar soluções para os problemas”. Assim, o Educação pelo Esporte atua na educação complementar à escola e tem expressivo impacto no desempenho dos alunos na sala de aula, além de melhorar seu relacionamento familiar e social.

Segundo dados referentes ao programa, “em 2004, 92% das crianças e jovens que participam do Educação pelo Esporte passaram de ano na escola. No Brasil, a média de aprovação na rede de ensino foi de 74,6%. Nenhuma das crianças e jovens do Programa abandonou os estudos. Já na rede regular, 5,4% dos alunos deixaram a escola”.

O programa **Educação pela Arte** foi implementado no ano de 1999 e tem por objetivo estimular nas crianças e nos jovens a sensibilidade e a capacidade de criação para que possam dar novas formas a si mesmos e ao mundo. O Programa atua na educação complementar à escola, em parceria com 19 organizações não-governamentais em 8 estados brasileiros.

Nesse programa, gestores e educadores são preparados para construir oportunidades de transformação do potencial de crianças e jovens em competências para ser, conviver, conhecer e fazer. Ao passarem por esse processo formativo, as organizações parceiras do Programa tornam-se aptas a trabalhar com base na Tecnologia Social de Educação para o Desenvolvimento Humano pela Arte, qualificando e ampliando os resultados no ensino da arte.

Quando as crianças e os jovens do Programa cantam, dançam, fotografam, interpretam, escrevem, pintam ou filmam não estão apenas se divertindo ou preparando-se para a carreira artística. No Educação pela Arte, de acordo com o Instituto, elas estão ampliando suas possibilidades de realização como seres humanos, cidadãos e futuros profissionais.

³² Idem.

³³ Idem.

1.1.3 Educação pelo esporte

Esse espaço é destinado a uma apresentação mais detalhada do Programa educação pelo esporte, haja vista que o mesmo se constitui diretamente no objeto de investigação dessa pesquisa.

O Programa Educação pelo Esporte - PEE pode ser considerado como uma ação complementar à escola. Nele, o esporte assume o papel de motivador da ação educativa. Esse papel pode ser cumprido, de acordo com a ONG, “graças ao potencial que as atividades esportivas, os jogos e as brincadeiras têm de educar promovendo, ao mesmo tempo, prazer e alegria”.

O Programa é dividido em 14 Projetos regionais que estão espalhados por todo o país. Esses Projetos funcionam dentro das Universidades parceiras³⁴ do Instituto Ayrton Senna. Isto é, essas instituições cedem seu espaço (infra-estrutura) para receber as comunidades de baixa renda que geralmente circundam o campus.

As atividades relacionadas ao programa são coordenadas por professores universitários da área de Educação Física, sendo que esses contam com o apoio de uma equipe de sub-coordenadores das áreas básicas dos Projetos: o **Esporte**, a **Arte**, o **Apoio à Escolarização** e à **Saúde**. Nessa perspectiva, a equipe se integra ao Programa por meio de projetos interdisciplinares. Também integram o Programa estudantes universitários dessas mesmas áreas, que atuam como monitores das crianças e jovens, fazendo estágios nos projetos e, concomitantemente adquirindo experiências que poderão influenciar para sempre a sua formação profissional.

O objetivo do Programa é criar oportunidades para que as crianças e jovens participantes possam desenvolver competências **Cognitivas, Pessoais, Sociais e Produtivas**. Dessa forma, o Programa presta a sua contribuição em busca da promoção do desenvolvimento humano (categoria central das ações do Instituto) em nosso país. Além disso, é grande objetivo do Programa, que se caracteriza por uma Tecnologia Social, “servir de exemplo e de inspiração para outras instituições que apostem nessa estratégia para enfrentar os desafios sociais de sua região”³⁵.

³⁴ USP – São Paulo: Projeto Esporte Talento; UPE – Pernambuco: Projeto Santo Amaro; UFMG – Minas Gerais: Projeto Guanabara; UFMS – Mato Grosso do Sul: Projeto Córrego Bandeira; UNISINOS: Rio Grande do Sul: Projeto Escolinhas Integradas; UFM – Maranhão: Projeto Jovens com a bola toda; UFRN – Rio Grande do Norte: Projeto Nova descoberta; UNEMAT – Mato Grosso: Projeto Kuratomoto – Nossa gente, nosso povo; UERJ – Rio de Janeiro: Projeto Alegria Vila São Luiz; UFSC – Santa Catarina: Projeto Brinca Mane; UFPR – Paraná: Projeto Galha Azul; UEL – Paraná: Projeto Perobal; UFRGS: Rio Grande do Sul: Projeto Quero-quero.

³⁵ Idem.

O Programa Educação pelo Esporte é uma Tecnologia Social, como citado anteriormente. Disseminar essa tecnologia é objetivo de todos os envolvidos nesse trabalho. Seja por meio de livros, congressos, treinamentos ou seminários, “a disponibilização dessa experiência é a forma de realmente gerar mudanças e alcançar a escala e a urgência social brasileira”³⁶.

O Programa Educação pelo Esporte é fruto da aliança social estratégica entre o Instituto Ayrton Senna e a Audi. Tanto a empresa quanto a ONG têm como meta “a criação de oportunidades de desenvolvimento humano por meio da educação integral que se pauta no esporte como via privilegiada de geração de mudanças e transformações sociais”. Segundo apresenta o Instituto, “a educação pelo esporte é uma solução para os problemas sociais que afligem a sociedade e comprometem o futuro de nossa nação”³⁷.

A Audi AG, parceira do Instituto, é uma empresa automobilística de tecnologia avançada, com sede na cidade de Ingolstadt, na Alemanha, que detém uma Fábrica em Curitiba, no Brasil. Ela é aliada do Instituto Ayrton Senna desde a implementação do Programa Educação pelo Esporte e aposta na união de forças para gerar mudanças radicais na realidade do país. De acordo com os representantes da empresa, “alianças estratégicas entre diferentes instituições podem equacionar e superar questões sociais que nos desafiam. A AUDI orgulha-se de ser uma empresa-cidadã, contribuindo para o desenvolvimento integral de crianças e jovens brasileiros”³⁸.

1.2 OS CAMINHOS DA PESQUISA

Primeiramente devemos salientar que, embora estejamos desenvolvendo essa pesquisa na área de Educação Física/Ciências do esporte, desde o início, buscamos aproximações diretas com as Ciências Sociais.

O problema referente à utilização do esporte, por parte de Organizações não-governamentais, como alavanca para o desenvolvimento de crianças e jovens, notadamente considerando esses sujeitos como oriundos de contextos sociais objetivamente desfavorecidos, pode ser concebido como um problema de natureza sociológica. Face ao exposto, a complexidade do problema aponta para um processo investigativo à luz da articulação com as diversas disciplinas científicas das Ciências Humanas e Sociais. Isto

³⁶ Idem.

³⁷ Idem.

³⁸ Idem.

porque, tal problema está diretamente relacionado com os problemas dos sem-família, sem-afeto, sem-teto, sem-educação e sem-cidadania (SILVA, 2003), em suma, dos problemas inerentes ao modo de produção capitalista e que afligem diariamente as classes vendedoras da força de trabalho.

Tal articulação se deu pelo fato de compreendermos que, assim como nas Ciências sociais, na Educação Física/Ciências do Esporte também se trabalha com objetos que são históricos. Ou seja, partindo da compreensão de que as sociedades humanas “existem num determinado espaço e tempo, que os grupos sociais que as constituem e que tudo, instituições, Leis, visões de mundo, são provisórios, passageiros, estão em constante dinamismo e potencialmente tudo está para ser transformado” (MINAYO, 2004, p.20).

Como a Educação Física não pode ser caracterizada como uma realidade à parte no contexto da sociedade contemporânea, essa e todos os aspectos que a envolvem precisam necessariamente ser considerados históricos; localizados, portanto, num determinado momento histórico, mutável face à eternidade do movimento da matéria e com conhecimentos não universais e nem mesmo totalitários.

É importante frisar que os pesquisadores são homens e mulheres de seus tempos, isto é, apreendem a realidade a partir da forma como participam dos acontecimentos de sua sociedade, pois estão inseridos na história e concomitantemente são produtores da história. Numa sociedade pautada pela luta de classes, essa participação é permeada por aspectos formativos teóricos (experiências) que obrigam o pesquisador a expor (mesmo que subliminarmente) a favor do quê e de quem está produzindo conhecimentos. Assim, como afirma Meksenas (2002), podemos dizer que a pesquisa não é uma atividade neutra (como insistiam os positivistas), mas política: pode estar à serviço da reprodução (justificativa e manutenção da ordem) ou da transformação social na qual o pesquisador está inserido. Daí a necessidade da produção do conhecimento articulado às demandas sociais e públicas, ou seja, de relevância acadêmica e social.

Se tal assertiva é verdadeira, pesquisar não se restringe a um ato meramente acadêmico. É um ato eminentemente político. No que tange ao objeto de estudo da presente investigação, a crescente disseminação dos projetos esportivos/sociais implementados por ONGs, em parceria com o Estado e o mercado, poderia muito bem ser considerada como natural, como uma trivialidade cotidiana, como um status quo que não pode ser tocado, questionado e problematizado, que precisa ser mantida e até mesmo estimulada, tendo em vista a superação dos problemas de ordem econômica, política, social e cultural de uma nação. Em contrapartida, poderia ser compreendida por um outro olhar, explorando suas contradições

e detonando processos de reflexão sobre tais instituições, suas parcerias, os seus objetivos e outras formas de entendimento do esporte, cujo objetivo seja o de entendê-lo como uma prática social, histórica, econômica e culturalmente situada numa dada sociedade: a sociedade capitalista!

Como citado em momento anterior, esse estudo adota como pano de fundo as relações estabelecidas entre ONGs e esporte no seio da sociedade capitalista. Não se constitui em novidade o fato da contemporaneidade ser marcada por gritantes contradições; pois, uma vez pautada pelos ditames do modo de produção capitalista, essa é permeada por uma série de determinações que têm início na produção da vida humana (por meio da compra/venda da força de trabalho) e se dissemina por todos os demais aspectos da produção da vida material e imaterial.

Partindo de tal pressuposto, acreditamos que se torna insuficiente abordar as relações sociais aqui pretendidas, ou seja, no âmbito do capitalismo, de uma forma linear, alicerçada na lógica formal. Isto porque, o aprofundamento na compreensão dos fenômenos liga a uma concepção geral da realidade. Assim, a lógica formal, em que os termos contraditórios mutuamente se excluem (princípio de não-contradição), inevitavelmente entra em crise, postulando a sua substituição pela lógica dialética, em que os termos contraditórios mutuamente se incluem (princípio de contradição, ou lei da unidade dos contrários) (SAVIANI, 2004).

Desde as formulações marxianas acerca do concreto aparente ao concreto pensado, passando pela dialética do concreto de Karel Kosik (sobre a necessidade de se romper com a pseudoconcreticidade), encontramos elementos que nos permitem identificar a insuficiência supracitada. Ou seja, para se compreender as relações estabelecidas na esfera capitalista é preciso destruir a pseudoconcreticidade dos fenômenos, partindo da aparência dos mesmos em busca de sua essência. Ou como preferiu Marx (1985), ter como ponto de partida o concreto aparente e como ponto de chegada o concreto pensado. Daí é possível afirmar que a forma mais adequada de se abordar tais relações encontra porto seguro nos princípios da lógica dialética.

Entretanto, não basta anunciar a lógica dialética para se desencadear uma metamorfose do concreto aparente ao concreto pensado na produção do conhecimento. Nem mesmo expor a priori a adoção de tal lógica garante a dialeticidade no trato com os dados emergidos da empiria. A lógica dialética apresenta-se no próprio processo de pesquisa e depende fundamentalmente da experiência acadêmica do pesquisador; assim como, das visões de

mundo, homem, sociedade e ciência, imersas na práxis social, durante o processo de construção do conhecimento.

Experiência essa que, diga-se de passagem, deve necessariamente se constituir em compromisso com a luta contra-hegemônica em favor da negação do capital. De outro modo, a lógica formal por si só é suficiente uma vez que não vai além do plano das aparências, não visa analisar as contradições e tampouco revolucionar a realidade vigente. Se é correto afirmar que, apenas no momento em que cientistas e pesquisadores estão aliados aos interesses políticos das classes trabalhadoras é possível se falar na produção do conhecimento voltada para os interesses da maioria (MEKSENAS, 2002), então a lógica a ser adotada em tal produção científica precisará ser inexoravelmente dialética. Isto porque, essa lógica toma como base as contradições presentes na sociedade do capital, e só por meio da consideração de tais contradições é possível apontar caminhos para a superação das mesmas. Algo que não pode ser alcançado por meio da lógica formal.

A mediação a ser realizada entre o ponto de partida e o ponto de chegada da pesquisa se dá por meio da análise dialética, a qual se verifica, tendo como eixo epistemológico – a “atitude crítica”. Primeiramente temos o objeto de pesquisa como envolto por uma névoa obscura no âmbito do senso comum (conceitos espontâneos), isto é, como algo que se mostra apenas no plano das aparências, pseudoconcreto. A análise visa decompor o objeto em pequenas partes, compreendendo-as a fundo como fragmentos de um todo ainda incerto e confuso. Uma vez exploradas suficientemente, as partes compreendidas em sua gama de relações com o todo, são reagrupadas, culminando novamente no objeto em sua totalidade. Todavia, o objeto analisado não mais se apresenta como algo obscuro, pseudoconcreto, mas sim como uma síntese de múltiplas determinações emergidas do processo de análise. O concreto aparente de outrora se torna concreto pensado, e assim, a pseudoconcreticidade dá lugar à concreticidade dos fatos.

Face à apresentação de tais pressupostos, é necessário expor a matriz teórico-metodológica desse estudo. Como base teórico-metodológica para a análise do presente objeto de estudo, a opção recaiu sobre o materialismo histórico-dialético. A escolha se deu não somente por uma mera identificação por parte do autor com a teoria marxiana e marxista, mas por conceber que o materialismo histórico-dialético, sobretudo como método da economia política, é o caminho mais coerente e adequado para se investigar as relações sociais presentes no modo de produção capitalista, sobretudo, quando está em jogo a ciência produzida “nos” e “para” os países, nos quais o capital impõe seus métodos de dominação e exploração.

Fazemos menção ao fato de que o método não deve ser encarado como uma camisa-de-força e sim como uma orientação, um caminho a ser trilhado durante a produção do conhecimento científico. Certa vez Ecléa Bosi afirmou que “o método é apenas uma orientação teórica, mas o pesquisador joga nele sua própria vida”.³⁹ Quando optamos nesse momento por expor nossa matriz teórico-metodológica, pretendemos, desde já, apontar a partir de qual referencial estamos abordando o objeto de estudo. Isso é feito no intuito de não cairmos na armadilha do “pluralismo epistemológico”, embora admitamos que isto somente pôde ser concretizado por meio da permanente “vigilância epistemológica”⁴⁰ no decorrer do processo de construção da pesquisa.

1.3. OS MODOS DE ABORDAR A REALIDADE E AS CATEGORIAS DE ANÁLISE TEÓRICAS E EMPÍRICAS

Uma vez anunciados os caminhos trilhados durante o “fazer investigativo”, passamos a apresentar a possibilidade teórico-metodológica adotada nessa pesquisa. Ou seja, tal possibilidade vai ao encontro das abordagens de caráter qualitativo, com enfoque maior na análise documental de caráter exploratório.

Essa investigação teve como principais fontes de pesquisa as publicações e documentos relativos à história, filosofia, projetos e parcerias do Instituto Ayrton Senna e, mais especificamente, do Programa Educação pelo Esporte. Portanto, pode ser caracterizada como uma combinação da pesquisa bibliográfica com a análise documental. No que tange à pesquisa bibliográfica, a mesma foi realizada pela análise de publicações dessa instituição.

Do ponto de vista da análise documental, foram privilegiadas as “fontes escritas oficiais”⁴¹ do Instituto Ayrton Senna. Com os dados oficiais desse instituto em análise, lançamos mão de documentos da seguinte ordem: folder, publicações sobre os princípios do Instituto, site da internet, boletins informativos, entre outros. A partir desses documentos,

³⁹ Anotação de aula da disciplina Seminários de investigação pedagógica em Educação Física, ministrada pelo Prof. Dr. Maurício Roberto da Silva (fevereiro de 2006).

⁴⁰ De acordo com Bachelard (*apud* GAMBOA, 1994, p. 45) a “vigilância epistemológica” identifica a postura que todo o cientista deve ter face a rotina do trabalho científico. Essa vigilância têm três graus: a atenção ao inesperado, a vigilância à aplicação do método e a vigilância sobre o próprio método.

⁴¹ De acordo com Saint-Georges (1997) existem dois tipos dessas fontes a saber: pública e privada. No entanto, há controvérsias dessa idéia, uma vez que essa concepção é estrita, pois, não leva em conta a diversidade de entendimentos do que significa “público” e “privado”. Nesse sentido, em razão do recorte da pesquisa dirigir-se à esfera das organizações não-governamentais (Terceiro Setor), optamos por cognominar de “documentos oficiais”, com base no autor supracitado, considerando a complexa problematização entre Estado, Terceiro Setor e Sociedade.

captamos o retrato da instituição, sua ideologia e os conceitos e teorias explícitos ou implícitos nas entrelinhas dessas fontes de dados.

Para realizar o processo de análise dos documentos, inspiramo-nos na “análise de conteúdo” (BARDIN, 1979), buscando articular às análises dos documentos do Instituto Ayrton Senna, os pressupostos introdutórios dessa forma de tratamento de dados qualitativos (análise de contexto e análise de registro). Em razão dessa escolha, optamos por variante da “análise de conteúdo”, qual seja: a “análise temática”, que está ligada à dimensão de “tema” e ligada a uma afirmação a respeito de determinado assunto ou conteúdo. Nessa perspectiva, comporta um feixe de relações e pode ser graficamente apresentada através de uma palavra, de uma frase, de um resumo (MINAYO, 2006). Em outras palavras, (...) “o ‘tema’ é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (BARDIN, 1979, p. 105).

Vale ressaltar que a análise documental é de suma importância para esta pesquisa, tendo em vista que buscamos identificar informações factuais nos documentos a partir de questões/hipóteses relativas ao recorte do objeto de estudo. Assim, com vistas à materialização de tal processo – foi fundamental o diálogo permanente das categorias de análise de caráter “teórico” (Capitalismo; Organizações não governamentais; Esporte e cidadania) com as categorias empíricas (Desenvolvimento humano, infância e juventude, co-responsabilidade social, esporte/educação). Esse processo de construção da análise dos dados constituiu-se, primeiramente, numa “pré-análise” (MINAYO, 2006), da qual resultaram algumas categorias⁴² analíticas⁴³, as quais podem se constituir numa “análise de conteúdo” e que tem como pressuposto o exercício de “categorização”⁴⁴.

Nesse processo de “pré-análise” ou “pré-analítica”, considerado como uma etapa exploratória da pesquisa e, momento no qual, realizamos uma leitura exaustiva do material – articulado às indagações iniciais, procuramos rever o problema de pesquisa, visando, com isso, tentar responder à pergunta de partida (hipótese central), assim como às questões de

⁴² Cf Bardin (1979) “as categorias analíticas, podem ser compreendidas como rubricas ou classes, as quais virão reunir grupo de elementos de conteúdo,(unidades de registro), sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos”.

⁴³ A definição das categorias analíticas, rubricas sobre as quais virão se organizar os elementos de conteúdo agrupados por parentesco de sentido, surgem no processo de pré-análise dos dados, obedecendo , portanto, a um “modelo misto”, no qual as categorias de análise, situam-se entre os modelo “aberto” e “fechado” e, portanto, caracterizando-se como “modelo misto” de caráter mais dialético, nos quais as categorias analíticas são selecionadas no início, porém, o investigador se permite modificá-las em função do o processo de construção da pesquisa e a realidade indicarão (LAVILLE e DIONNE, 1999, p.219).

⁴⁴ Segundo Bardin (1979), “categorização” é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos.

pesquisa ou hipóteses secundárias e, naturalmente, checar e rever os objetivos (geral e específicos). Feito isto, procuramos garimpar as “unidades de registro” (palavras-chave ou frases) e as “unidades de contexto” (a delimitação do contexto da compreensão da unidade de registro) os “recortes”, a forma de “categorização”, a modalidade de codificação e os “conceitos teóricos” em termos mais gerais, que foram tratados no início dessa etapa, visando, com isso, a ampliação do quadro de hipóteses ou pressupostos que orientarão a análise (Minayo, 2006).

As principais fontes de pesquisa analisadas foram 1) a página na internet do Instituto Ayrton Senna; 2) o livro “Educação pelo esporte” (2004), publicado pelo mesmo Instituto.

A primeira fonte se mostrou relevante para a pesquisa por apresentar o contexto mais amplo do Instituto Ayrton Senna, história, filosofia, projetos, parcerias, etc., além de contar com atualizações periódicas que puderam nos fornecer outros dados para a análise.

A segunda fonte, à qual, sem dúvidas, foi dedicada maior atenção, apresenta todos os pressupostos teóricos inerentes à “Educação pelo esporte” no âmbito do Instituto Ayrton Senna. Isto é, se constituiu diretamente em nosso objeto de estudo.

O livro Educação pelo Esporte: educação para o desenvolvimento humano pelo esporte, de autoria do Instituto Ayrton Senna, é editado pela editora Saraiva no ano de 2004 e possui 399 páginas, divididas entre cinco capítulos, além da apresentação e introdução ao Programa.

O primeiro capítulo “O campo e os jogadores” apresenta um pouco da trajetória histórica do Programa, sua implementação e posterior disseminação, incluindo aqui, a apresentação das 14 universidades parceiras do Programa. Nessa perspectiva, é apresentada a estrutura de funcionamento do Programa nas universidades, sendo que a coordenação de cada projeto parceiro fica a cargo de um professor da área de Educação Física, contando com o apoio de estudantes-bolsistas para o desenvolvimento das atividades.

Nesse capítulo são apresentados os sujeitos atendidos pelas ações sócio-educativas do Programa: as crianças e jovens entre 07 e 17 anos de famílias de baixa renda que moram e estudam na circunvizinhança dos *campi* universitários. Também é feita menção à parceria estratégica entre o Instituto Ayrton Senna e a AUDI, como o exemplo de uma nova ética da co-responsabilidade social.

O segundo capítulo “As regras do jogo: princípios do Educação pelo Esporte” trata da ampla problemática do desenvolvimento humano, apontando disparidades no que tange ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Como a principal meta do Instituto é investir na educação, sua discussão é pautada

pela compreensão de que cada pessoa nasce com um potencial e precisa de oportunidades para desenvolvê-lo. O oferecimento de tais oportunidades seria o caminho pelo qual a educação contribuiria para a atenuação das citadas disparidades.

Nesse capítulo são detalhadamente apresentados os quatro pilares da educação para o século XXI, constituindo-se esses nos parâmetros para o desenvolvimento humano. O conteúdo versa sobre o papel dos quatro pilares (aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer, aprender a conhecer) em um plano geral, tratando das competências cognitivas, produtivas, relacionais e pessoais, e também especificamente sobre como os mesmos devem ser aplicados por meio do esporte. Cada competência é acompanhada por uma série de *cases*, a fim de se ilustrar como as mesmas são aplicadas no cotidiano do Programa.

O capítulo 3, “As táticas: estratégias e princípios pedagógicos” trata especificamente dos oito princípios básicos que compõe o Programa Educação pelo Esporte. São eles: 1)Esporte, direito de toda criança e de todo jovem, também chamado princípio da inclusão; 2)Educação pelo esporte, método para desenvolver potenciais; 3)Esporte, apoio à escolarização, arte e saúde como áreas de atividades; 4)Prática pedagógica e os projetos educativos interdisciplinares; 5)O educando e a organização do trabalho pedagógico cotidiano; 6)A relação aprendizagem e desenvolvimento; 7)O educando e a construção do conhecimento; 8)O educador como mediador do processo de aprendizagem. Cada uma dos princípios pedagógicos é ilustrado com *cases*, objetivando assim, a socialização de experiências do Programa como modelo de caminho a ser seguido ou mesmo aperfeiçoado.

O capítulo 4 “A organização do time: princípios de gestão”, aborda a questão da gestão participativa, adotando como parâmetro o envolvimento das pessoas nas decisões relacionadas ao seu campo profissional. Essa perspectiva de gestão é composta pelo processo de planejamento participativo, do qual faz parte: a avaliação do ano anterior, a análise do contexto social, reflexão sobre o público-alvo, princípios e diretrizes de trabalho, a elaboração do plano de trabalho, a organização do cotidiano, os critérios para matrícula e a integração de novos educandos.

Além da gestão participativa, esse capítulo versa sobre a equipe de coordenação do Programa, destacando a gestão de recursos humanos, a formação continuada das equipes e a renovação constante da mesma. Também tem espaço um tópico referente à relação do Programa com a família, com a escola e com a comunidade e por último o acompanhamento e a avaliação das ações do Programa.

O capítulo 5 “Os resultados: avaliar para melhorar” nos fala sobre a proposta de avaliação para organização, implementada pelo Instituto Ayrton Senna, tendo por objetivo o

aperfeiçoamento do Programa. Compõe o modelo de avaliação proposto: as perguntas avaliativas, os indicadores, as fontes de informação, os métodos para coleta de dados, os procedimentos para a coleta de dados, os métodos para análise dos dados, a interpretação de resultados e a divulgação de resultados.

Fechado esse parêntese, no processo de análise de construção das categorias analíticas, como já mencionamos anteriormente, implementamos um possível diálogo crítico entre as categorias teóricas e as categorias emergidas da empiria (conceitos, palavras-chave, expressões, frases etc). Desse modo, as categorias teóricas (a priori) que fundamentaram a análise dos documentos, foram: 1) Capitalismo; 2) Organizações não-governamentais; 3) Esporte e cidadania. Tais categorias visaram abarcar as discussões implementadas durante a “fase exploratória da pesquisa”, constituindo-se em elementos-teórico-metodológicos basais, visando detonar processos de reflexão de caráter epistemológico, ideológico e ontológico.

A primeira categoria é justificada pelo fato de que, como mencionado anteriormente, compreender as relações entre esporte e ONGs de uma forma genérica, a-histórica, não é suficiente para se adentrar à concreticidade do problema de pesquisa. Portanto, sua compreensão deve se dar no âmbito de um modo de produção social específico – o capitalismo, como forma de compreendermos a conjuntura na qual se insere o presente movimento.

A segunda categoria se volta para uma ampliação do olhar acerca das relações estabelecidas entre Organizações não-governamentais e Estado capitalista. Isto é necessário a fim de se compreender as origens de tais relações, lermos nas entrelinhas do surgimento das ONGs e suas ações, e dialogar com o Instituto Ayrton Senna pautando-nos nos elementos encontrados nessa relação mais ampla.

A terceira categoria é oriunda de uma relação comumente disseminada na/pela mídia em geral, entre esporte e cidadania. Entre outros fins como a promoção da saúde, a ascensão social, a profilaxia ao uso de drogas, o combate a exploração do trabalho infantil⁴⁵; o esporte é identificado como promotor da cidadania. Essa é uma perspectiva marcante no Instituto Ayrton Senna, por isso da sua relevância como categoria de análise.

Durante o processo investigativo, captamos as seguintes categorias empíricas: 1) Desenvolvimento humano; 2) Infância e juventude; 3) Esporte e Educação; 4) Co-responsabilidade social. Essas categorias foram, na medida do possível, ao longo dos capítulos, confrontadas e problematizadas junto às categorias teóricas.

⁴⁵ Como exemplo as atividades esportivas (entre outras) de contra-turno escolar desenvolvidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

A primeira categoria foi escolhida levando em consideração o objetivo central das ações desenvolvidas pelo Instituto Ayrton Senna, isto é, o desenvolvimento humano. Assim, implementar nossas discussões adotando como pano de fundo tal objetivo, foi de suma importância para compreendermos o mesmo na esfera do capitalismo.

Sobre a segunda categoria, essa foi eleita tomando como base os sujeitos que, cotidianamente, participam das ações desenvolvidas pelo Programa Educação pelo Esporte – crianças e jovens.

A terceira categoria veio compor essa lista de maneira a complementar a categoria teórica “Esporte e cidadania”. Em outras palavras, passamos a considerar as relações entre esporte e educação como essenciais em relação às questões referentes à cidadania, também presentes na proposta de Educação pelo esporte analisada.

A quarta categoria visa captar as relações estabelecidas entre as Organizações não-governamentais e também as empresas privadas com as chamadas “questões sociais”⁴⁶. Relação essa que é marcante no âmbito do Instituto Ayrton Senna, ao levarmos em conta sua parceria estratégica com a empresa automobilística alemã AUDI.

A seguir apresentamos o quadro contendo as categorias empíricas (emergidas do campo documental) e as categorias teóricas.

1.4 QUADRO DE CATEGORIAS EMPÍRICAS⁴⁷

DESENVOLVIMENTO HUMANO	INFÂNCIA E JUVENTUDE	ESPORTE E EDUCAÇÃO	CO-RESPONSABILIDADE SOCIAL
Oportunidades de educação, trabalho e participação democrática.	Crianças.	Educação pelo esporte.	Imperativo ético.
Realização plena dos direitos humanos.	Jovens.	Educação direito de todos.	Compromisso ético.
Promoção da liberdade.	Adolescentes.	Direito a uma educação de qualidade.	Ética de co-responsabilidade entre poder público, o mundo empresarial e as organizações da sociedade civil.
Oferta equitativa de oportunidades para desenvolver potenciais.	Novas gerações.	Esporte como direito humano.	Capital social.
	Moçada	Esporte como método pedagógico.	Aliança social estratégica.
	Políticas públicas dirigidas às crianças e jovens.	Esporte como método	Desafio ético.

(Continua)

⁴⁶ “A questão social diz respeito aos vínculos históricos que amalgamam cada sociedade e as tensões e contradições que levam à sua ruptura. Neste sentido, ela é parte constitutiva dos componentes básicos da organização social – Estado, Nação, cidadania, trabalho, etnia, gênero, entre outros – considerados essenciais para a continuidade e mudança da sociedade” (BÓGUS; YAZBEK; BELFIORE-WANDERLEY, 1997, p.09).

⁴⁷ Pelo fato das categorias empíricas terem sido formuladas a partir das expressões-chaves coletadas em nossas leituras dos documentos, optamos por apresentá-las em forma de quadro. O mesmo processo não se deu com as categorias teóricas, eleitas aprioristicamente; por isso da sua não participação nesse quadro.

DESENVOLVIMENTO HUMANO	INFÂNCIA E JUVENTUDE	ESPORTE E EDUCAÇÃO	CO-RESPONSABILIDADE SOCIAL
Desenvolvimento humano pleno.	Compromisso com as novas gerações.	privilegiado.	Pacto entre todos os segmentos da sociedade.
Competências, capacidades e habilidades.	Mudança no cenário infante-juvenil.	Educação integral.	Atores sociais.
Compreensão da realidade.	População infante-juvenil.	Educação para valores.	Organizações sociais co-responsabilidade pela educação das novas gerações.
Realização dos sonhos.	Defesa dos direitos da infância e da juventude.	Competências pessoais, relacionais, produtivas e cognitivas.	Um Estado democrático só se fortalece quando a sociedade civil está fortalecida; (...) o que torna a sociedade civil forte é a participação.
Participação da sociedade como cidadãos.	Crianças e jovens economicamente desfavorecidos.	Potencial das atividades esportivas para desenvolver atitudes, conhecimentos e valores indispensáveis a uma formação integral de qualidade.	
Transformação da própria vida e da comunidade.	Reconhecido à infância e à adolescência o direito de cada um ser preparado para viver plenamente os seus potenciais como pessoa, cidadão e futuro profissional.	Projetos educativos interdisciplinares.	
Enfrentamento das circunstâncias, das necessidades, das mudanças de nossa época.	07 a 17 anos.	Cooperação e solidariedade.	
Construção de um país justo e equitativo.	Destino das novas gerações.	Superação da visão técnica e instrumental das práticas corporais.	
Soluções para a nação.	Desenvolvimento humano infante-juvenil.	Proposta sócio-educativa.	
Transformações estruturais permanentes.	Público jovem e adolescente.	Formação integral.	
Valores indispensáveis para uma vida plena e feliz.	Se a gente quiser modificar alguma coisa, é pelas crianças que se deve começar.	Aprender a ser, a conviver, a conhecer e a fazer.	
Luta por um Brasil socialmente mais justo.		Educação como ferramenta para transformar potenciais em competências para a vida.	
Desenvolver os dons.		Oportunidades educativas.	
Potencial como pessoas autônomas e confiantes, cidadãos solidários e empreendedores capazes.		Elevação do nível educacional.	
IDH (índice de desenvolvimento humano).		Educação de qualidade.	
Qualidade de vida.		Educação para o século XXI.	
Desenvolvimento social.		Campeões na escola e na vida.	
Equidade social.		Educação permanente.	
Crescimento econômico.		Era do conhecimento.	
Inserção na vida econômica, política e social do país.		Democratização do conhecimento.	
Formação integral do ser humano.		Formação para o trabalho.	
Desenvolvimento integral.			
Desenvolvimento de competências mínimas.			

(Continua)

DESENVOLVIMENTO HUMANO	INFÂNCIA E JUVENTUDE	ESPORTE E EDUCAÇÃO	CO-RESPONSABILIDADE SOCIAL
<p>Ser produtivo na vida.</p> <p>Cidadania plena.</p> <p>Desenvolvimento sustentável.</p> <p>Cultura de paz.</p> <p>Direitos humanos.</p> <p>Realização completa do homem.</p> <p>Construção de uma sociedade democrática, justa, humana, humanizadora.</p> <p>Construção de uma sociedade mais solidária e fraterna.</p>		<p>Empreendedorismo.</p> <p>Vocação educativa do esporte.</p> <p>Esporte caminho para o desenvolvimento de potenciais.</p> <p>Esporte: direito de toda criança e de todo adolescente.</p> <p>Esporte contra a exclusão e a discriminação social.</p> <p>Educação inclusiva.</p> <p>Esporte fenômeno social</p> <p>Esporte fenômeno sócio-cultural.</p> <p>O esporte deve ser praticado, investigado, criticado e reinventado.</p> <p>Esporte como construção histórica.</p> <p>Esporte como forma de promoção da saúde, como profissão ou como lazer.</p> <p>As crianças devem aprender a prática do esporte brincando.</p> <p>O esporte e suas relações com questões econômicas, políticas, e questões sociais ligadas ao consumo, ao gênero, cidadania e saúde.</p>	

Uma vez contemplados os pressupostos teórico-metodológicos da presente investigação, passamos às discussões acerca das relações entre capitalismo e desenvolvimento humano, tomando como base os pressupostos presentes no Programa “Educação pelo Esporte”.

2 CAPITALISMO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Uma vez expostos os pressupostos teórico-metodológicos que foram trilhados pela presente pesquisa, dedicaremos esse capítulo para as discussões que contemplam o conceito central da proposta de “educação pelo esporte” do Instituto Ayrton Senna, qual seja: o desenvolvimento humano.

A centralidade de tal conceito é constatada não somente pelo fato de ser o objetivo maior de uma proposta de “educação pelo esporte”, mas, sobretudo por ser o pilar no qual estão apoiados todos os projetos desenvolvidos pela citada instituição. De acordo com seus idealizadores, “o desafio do instituto Ayrton Senna diante da herança histórica de injustiça social em nosso país é investir no desenvolvimento humano” (IAS, 2004, p.07).

Para darmos conta da discussão ora anunciada, partiremos do pressuposto histórico de que o conceito de desenvolvimento humano no qual se alicerça a proposta aqui investigada está inserido no âmbito de uma sociedade pautada pelo modo de produção capitalista. Dessa maneira, a base conceitual necessariamente deve corresponder a uma proposta de desenvolvimento humano para seres humanos inseridos num mundo no qual preponderantemente a produção da vida humana seja determinada ou, ao menos, diretamente forjada pela lógica do capital.

Esse breve esclarecimento aponta para a necessidade de compreendermos de que forma deve se dar o desenvolvimento humano no âmbito da sociedade capitalista, levando em consideração as contradições inerentes ao citado modo de produção e suas influências sobre a vida humana. Em outras palavras, é preciso compreender as relações entre capitalismo e desenvolvimento humano e, nesse sentido, questionar o que o Instituto almeja engendrar com o conceito de desenvolvimento humano? Qual a base político-ideológica na qual se ergue tal proposta? Quais os agentes envolvidos na formulação de tal proposta e quais os interesses que defendem? Quais as possibilidades de realização do desenvolvimento humano frente às contradições da sociedade vigente?

Como a presente discussão também abarca problematizações referentes ao desenvolvimento humano voltado para a infância e a juventude, dedicaremos alguns comentários sobre os conceitos de infância e juventude presentes na “educação pelo esporte” e também as possibilidades de se compreender o desenvolvimento humano voltado para essas categorias transgeracionais, haja vista os diversos problemas que afligem

contemporaneamente as mesmas, tais como: exploração do trabalho infante-juvenil, tráfico de drogas, violência contra crianças e jovens, prostituição infantil, entre outros.

2.1 O MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO DA VIDA HUMANA

De início, gostaríamos de frisar que o modo de produção capitalista é marcado por contradições no âmbito de seu próprio movimento histórico que inviabiliza o pleno desenvolvimento humano. Ao tratar de desenvolvimento humano, necessariamente o compreendemos como um processo que ocorre ou deve ocorrer sobre a totalidade dos seres humanos, descartando qualquer hipótese individualista de sua compreensão, na qual certamente os argumentos neoliberais encontram porto seguro.

A sociedade que se alicerça sobre a base de produção capitalista carece da compreensão de uma dinâmica interna de exploração de uma classe sobre outra. Nesse caso específico, como o cerne da sociedade é o capital e sua produção é fruto de uma relação peculiar de compra e venda entre capitalistas e proletários, a classe proletária é explorada pela classe capitalista. A citada dinâmica deita suas raízes sobre a propriedade privada dos meios de produção. Esse fato explica por que em determinadas condições históricas, muitos homens e mulheres precisaram produzir suas vidas trabalhando de forma produtiva para outros, ou seja, precisaram vender sua força de trabalho.

Devemos salientar que a realidade atual (antecedida por no mínimo dois séculos) é determinada por uma lógica pautada preponderantemente na compra e venda da força de trabalho e, conseqüentemente, na produção de capital. São necessárias ressalvas quanto ao fato de que nem todas as formas de trabalho na contemporaneidade podem ser enquadradas numa relação capitalista de produção. Todavia, uma vez sendo o modo de produção hegemônico, esse exerce influências objetiva e subjetivamente sobre todos os sujeitos que habitam a Terra. Embora seja um processo extremamente complexo e multidimensional, é de suma importância proporcionar ao leitor alguns elementos que caracterizem essa relação de produção, principalmente pelo fato das relações sociais investigadas na presente pesquisa estarem inseridas na conjuntura do citado modo de produção social.

Ao se tratar do modo de produção da vida humana, ou a constituição do ser sócio-histórico, encontramos em Marx e Engels elementos imprescindíveis para a presente explicação. De acordo com os autores,

o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como a milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos (1984, p. 30-31).

Como enfatizado pelos autores alemães, os seres humanos são seres históricos, portadores da capacidade de produzir a história. No entanto precisam cumprir alguns pré-requisitos, acima citados, ou seja, precisam manter-se vivos, ou talvez, precisam existir. Esse processo de “existência” ou produção da vida foi e é historicamente realizado por meio do trabalho. Desde a pré-história, passando por comunidades primitivas, extrativistas, escravagistas, capitalistas, o trabalho se constitui na forma através da qual, por meio de sua ação teleológica, homens e mulheres produzem sua existência, se mantêm vivos e produzem a história. O trabalho permanece no centro do processo, mas o que se altera com o passar dos anos, por meio de revoluções, diga-se de passagem, é o modo de produção social predominante em determinada sociedade, e que estabelece certas características sobre a forma como o trabalho é realizado.

Talvez, o trecho sobre o trabalho, mais citado das obras de Marx, sobretudo, com base em “O Capital” seja o seguinte:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. (...) Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modifica-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (...) Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes à do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de sua colméia. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais. (MARX, 1985, p. 149-150).

Realmente é uma citação precisa, dotada de certa poesia e explicativa, sobretudo quando se procura uma definição do conceito de trabalho em Marx. O único problema é que, em muitos casos, busca-se explicar o trabalho no modo capitalista de produção com base

nesse conceito. O problema se volta para o fato de que tal conceito é adequado somente para uma definição de trabalho genérico, que independe de qualquer modo de produção. Assim, tal conceito, despido de história, se mostra insuficiente para se compreender o trabalho no âmbito do capitalismo. Para compreender concretamente o trabalho na esfera do capital, é necessário levar em consideração a tripla dimensão do trabalho presente na teorização marxiana. Ou seja, as distinções e interrelações entre o trabalho concreto, o trabalho abstrato e o trabalho produtivo. Por conseguinte, é preciso se ter, ao menos, uma noção sobre as diferenças entre valor, valor de uso e valor de troca.

Para Marx “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso” (1985, p.45), ou seja, o valor de uso se concretiza na qualidade de um dado objeto a ser consumido pelo homem – a satisfação da necessidade para qual esse deve satisfazer. Esse se constitui no conteúdo material da riqueza. No modo capitalista de produção, o valor de uso é, ao mesmo tempo, portador material do valor de troca.

O valor de troca só pode ser compreendido com base numa compreensão de valor. Dessa maneira, o valor pode ser determinado como um quantum de trabalho humano abstrato objetivado em um dado valor de uso, ou como diz Marx, “um valor de uso possui valor, apenas, porque nele está objetivado trabalho humano abstrato” (1985, p.47).

Assim, o valor de troca diz respeito ao quantum de trabalho humano abstrato objetivado num determinado valor de uso, somente no processo de troca de mercadorias, no qual essas devem ser trocadas de acordo com sua equivalência de valor. Por isso, Marx afirmou que, “o valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie” (1985, p.46).

Com base no que foi exposto acima, é necessário chamar atenção para a distinção feita por Marx entre o processo de trabalho, o processo de produção do valor e o processo de valorização.

O processo de trabalho deve ser compreendido como a produção humana de um valor de uso qualquer. O valor de uso produzido deve ser tido como algo que servirá para a utilização de seu produtor, seja como meio de produção ou como meio de subsistência. Em suma, por meio do processo de trabalho o homem produz para si, portanto seu trabalho é considerado concreto ou útil.

O processo de produção do valor pode ser compreendido como a forma por meio da qual o homem produz uma mercadoria que é concomitantemente valor de uso e valor de troca. Isto é, o trabalhador produz uma mercadoria que, para o seu produtor é tida como valor de

troca, uma vez que será trocada no mercado, com o possuidor de outra mercadoria. Sua mercadoria é valor de troca somente quando se efetiva a relação de compra/venda (se levarmos em conta a utilização da mercadoria dinheiro) e, por conseguinte, ela é valor de uso para o comprador de sua mercadoria. Esse processo de produção do valor é intermediado pelo trabalho abstrato (dispêndio de trabalho social). É importante frisar que, no mercado, os portadores de mercadorias as trocarão de acordo com seu equivalente de valor, isto é, por outra mercadoria concretizada com um mesmo quantum de tempo de trabalho abstrato (x horas por x horas; 2x horas por 2x horas e assim por diante).

Para ser detentor de alguma mercadoria as pessoas precisam de dois elementos principais: os meios de produção e a força de trabalho para produzi-la e conseqüentemente troca-la no mercado. Entretanto, um dos pilares do capitalismo é a propriedade privada dos meios de produção. Em outras palavras, obedecido a tal princípio, nem todos possuem os meios de produção para se produzir mercadorias. Mercadorias essas que podem se constituir em valores de uso (meios de produção e meios de subsistência) e valores de troca. Como os seres humanos precisam de tais meios para simplesmente se manter vivos, ou seja, para produzir a sua existência, e concomitantemente são privados do acesso aos meios de produção, que lhes possibilitaria acesso aos meios de subsistência, esses precisam estabelecer um tipo de relação peculiar no mercado.

Há pouco afirmamos que, obedecido ao fundamento da propriedade privada dos meios de produção, nem todos podem produzir a sua existência por não terem acesso aos meios que lhes possibilitariam a produção dos meios de subsistência. Assim, esses não teriam nenhuma mercadoria a ser trocada no mercado. Mas, é interessante frisar que, mesmo aqueles que aparentemente não possuem nenhuma mercadoria, são detentores de uma mercadoria muito peculiar – a sua força de trabalho.

Então, os trabalhadores, que são detentores apenas de sua força de trabalho se confrontam no mercado com os detentores dos meios de produção para os quais venderão sua força de trabalho em troca da mercadoria dinheiro, que lhes possibilitará o acesso aos meios de subsistência. É estabelecida uma relação de compra e venda. No entanto, o modo de produção capitalista não pode ser entendido apenas como uma mera relação de compra e venda de força de trabalho. Vamos tentar compreender isso melhor.

Na relação entre capitalista e proletário, os vendedores de força de trabalho produzem valores de troca para os capitalistas. Por serem valores de troca, os mesmos possuem um valor, ou seja, um determinado quantum de tempo de trabalho abstrato, e serão também valor de uso na esfera do consumo. Concentremo-nos no valor das mercadorias produzidas.

Digamos que um trabalhador produza por jornada de trabalho de 12 horas, X mercadorias que totalizem um valor de 12 horas de trabalho abstrato. Ora, para trabalhar durante a tal jornada o trabalhador necessita de meios de subsistência que lhe possibilitem reproduzir diariamente sua força de trabalho. Pois só assim conseguirá repetir o feito no dia seguinte. Apenas como exemplo, que os meios de subsistência para manter o trabalhador vivo e trabalhando se concretizem num equivalente de 6 horas de trabalho abstrato. Assim, o fato do capitalista pagar ao trabalhador o equivalente para a reprodução de sua força de trabalho durante um dia (12 horas), valer (6 horas) não implica que durante a jornada de trabalho esse tenha que trabalhar apenas 6 horas. Pela lógica da reprodução da força de trabalho por 24 horas, o capitalista poderia até mesmo explorar essa força de trabalho por 24 horas. Se não o faz, é porque a reprodução da força de trabalho em um nível ideal, a se repercutir numa ideal produção de valores, depende de aspectos como um mínimo de alimentação, descanso, entre outros.

Em nosso exemplo, constatamos que o trabalhador produz diariamente para o capitalista 12 horas de valor e recebe por isto o equivalente a 6 horas de valor. Nesse processo, o trabalhador acaba produzindo para o capitalista o que Marx chamou de mais-valia ou mais valor. Nesse caso, uma mais-valia de 6 horas.

O processo de produção da mais-valia pode ser dividido em dois tipos: mais-valia absoluta e mais-valia relativa. A mais-valia absoluta é obtida por meio do aumento constante da jornada de trabalho. A lógica é a seguinte: trabalhando mais horas, o trabalhador produzirá um excedente de valor maior do que em uma jornada dita normal. A mais-valia relativa é obtida pelo desenvolvimento tecnológico expresso nos meios de produção e na força de trabalho – nas forças produtivas. Com uma tecnologia mais avançada, durante um mesmo número de horas de uma jornada de trabalho é produzida uma quantidade de valor maior do que antes.

Quando essa mais-valia produzida é utilizada num processo contínuo de aquisição de novos meios de produção para constante produção de mais-valia, temos, pois, um processo de valorização. No processo de valorização não são descartados de forma alguma o processo de produção do valor e nem mesmo o processo de trabalho. Tal processo de valorização é mediado pelo trabalho produtivo. De acordo com Marx,

como o fim imediato e produto por excelência da produção capitalista é a mais-valia, temos que só é produtivo aquele trabalho – e só é trabalhador produtivo aquele que emprega sua força de trabalho – que diretamente produza mais-valia; portanto, só o trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital” (2004, p.155).

A mais-valia, produzida em condições dadas, será transformada em capital, cuja tendência é a permanente valorização. Ocorre claramente uma subsunção do processo de trabalho ao processo de valorização. Pois, afinal, esse é um fenômeno *sine quae non* para a permanente reprodução do capital. De acordo com Tumolo,

o trabalho concreto (valor de uso) está subsumido pelo trabalho abstrato (valor de troca) que, por sua vez, está subsumido pelo trabalho produtivo (mais-valia). Assim, se confirma, nesta sociedade, o papel central da classe trabalhadora não só na criação de valores de troca, mas fundamentalmente como produtora de mais-valia, de capital (...) A produção de mais-valia (capital) é a razão última deste modo de produção e por isso o trabalho produtivo determina tanto o trabalho abstrato como o trabalho concreto (1996, p.56).

Face a esse processo e, pelo fato da lógica capitalista ser hegemônica na sociedade contemporânea, uma vez que, segundo Marx “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral”⁴⁸, temos que, o trabalho produtivo é o que predomina na sociedade capitalista e é com base nesse conceito que deve ser compreendida a produção da vida humana historicamente situada numa realidade capitalista.

Dentre as contradições marcantes no citado modo de produção destaca-se um processo no qual as forças produtivas, conforme se desenvolvem concomitantemente com a ciência e a tecnologia, ocasionam mudanças significativas sobre os processos de trabalho. A principal mudança acarretada por esse processo de modernização concretiza-se na necessidade cada vez menor de força de trabalho, uma vez que as máquinas passam a executar processos antes dependentes do trabalho de muitos homens e mulheres. Portanto, de um lado temos que a produção de capital é dependente da exploração da mais-valia, que é oriunda da interação entre força de trabalho e meios de produção numa relação capitalista de produção. Do outro temos que a gradativa modernização dos meios de produção culmina no aumento dos exércitos de reserva de força de trabalho - desemprego. Assim, constata-se uma enorme disparidade entre o número de vendedores e o número de compradores de força de trabalho. E, como à humanidade foi legada como forma de produção da existência, quase restritamente, a venda da força de trabalho, percebe-se como essa contradição produz efeitos funestos sobre a vida das pessoas. Essa contradição é uma das bases sobre as quais emergem os problemas sociais inerentes ao capitalismo.

⁴⁸ Prefácio de “Para a crítica da economia política”.

De fato, não é à toa que o Instituto Ayrton Senna indique a necessidade da “construção de um país mais justo e equitativo” (IAS, 2004, p.10). Não se pode negar que o Brasil é um país muito rico, produtor e detentor de muitas riquezas; no entanto a base sobre a qual as riquezas são produzidas e distribuídas entre os membros da sociedade não possibilita um patamar equitativo entre as classes. De acordo com Pedro Demo,

Se conseguimos, de um lado, produzir fantástica riqueza material, de outro, não é menos real que a pobreza relativa também se tornou fantástica. Progresso existe e é avassalador. Entretanto, não é humano. Não só porque destrói a habitabilidade do planeta, mas principalmente porque não é bem comum” (1996, p.16).

Isso apenas revela o movimento da produção capitalista, no qual os trabalhadores produzem a riqueza da classe capitalista e a essa não têm acesso. O Instituto indica a necessidade, mas como conceber uma resposta para tal necessidade que não contemple transformações no próprio modo de produção social? Sobre isso, cabe destacar que, embora denuncie a desigualdade na apropriação da riqueza produzida; em momento algum, o Instituto associa tal problema ao capitalismo (e suas dinâmicas de mercado); como se bastasse apenas a boa vontade da população e dos governantes para se propor a equidade almejada.

Para aproximarmos os processos acima descritos às mazelas que cotidianamente assombram a humanidade, faz-se necessário agrupar alguns elementos referentes a discussão sobre o Estado capitalista, o mercado e as políticas sociais. Ao destacar a importância de tais elementos para o debate sobre o desenvolvimento humano no capitalismo, não se pretende atenuar o papel do capital na produção da miséria humana, visto que sua lógica destrutiva independe se a sua produção ocorre em um contexto liberal, Welfare State ou neoliberal. O objetivo é compreender como historicamente a dinâmica capitalista exerce influências sobre a forma como são pensadas e implementadas as políticas sociais, sobretudo, em contextos sociais como a América-Latina e particularmente o Brasil.

2.1.1 As dinâmicas do Estado capitalista

O Estado moderno, a partir das revoluções burguesas, assumiu e assume formas peculiares de existência, respondendo a características inerentes a contextos históricos, sociais, políticos e econômicos. Tradicionalmente convencionou-se realizar a divisão do

Estado moderno em duas formas principais, quais sejam, o Estado liberal e o Estado de bem-estar social⁴⁹.

O Estado liberal é oriundo das revoluções burguesas do século XVIII e XIX, desenvolvendo-se concomitantemente com a economia capitalista. Esse modelo é baseado na doutrina do liberalismo, e suas principais bases conceituais são a limitação da intervenção estatal, a liberdade do indivíduo e a crença na auto-regulação da sociedade e dos mercados. O Estado assume o discurso da proteção do indivíduo contra as formas de limitação de sua liberdade, abstendo-se ao máximo de intervenções no domínio econômico, tendo em vista que esse já possui as suas leis, que o auto-regulam.

De acordo com Padilha,

o liberalismo clássico é uma mistura de idéias e estratégias sobre como conquistar e defender a liberdade. O valor do ser humano individual é exaltado de forma que esse liberalismo comprometia-se a defender a liberdade e a igualdade de direitos para todos os indivíduos gozarem dos mesmos privilégios (2004, p.69).

Assim, a soberania não se encontrava na aristocracia ou na monarquia, mas no povo, na figura dos indivíduos. Esse argumento foi de suma importância para a revolução burguesa, uma vez que a possibilidade de ascensão da burguesia revolucionária caminhava juntamente com o questionamento do modelo feudal e suas instituições como entraves para a liberdade dos indivíduos e para o mercado burguês.

No liberalismo, a grande ênfase está no indivíduo, que é responsável pelos seus atos, por seu sucesso e conseqüentemente por sua pobreza. Para Padilha, “cada pessoa é vista como de igual valor (...), o bem individual é o único bem e o egoísmo, a única base ética para a sobrevivência do indivíduo” (2004, p.69). Com base nesse argumento, não são levadas em conta as diferentes condições de vida dos indivíduos, que são apresentados como iguais perante a lei, embora sejam muito diferentes economicamente e socialmente. E vale frisar que os direitos do homem, a igualdade, a liberdade e outras pedras fundamentais da ordem ideológica da burguesia são direitos relativos ao “homem egoísta”, ao ser humano mediado em sua liberdade pelo Estado. Assim, todos os homens são livres para assinar seus contratos e vender sua força de trabalho; todos os homens são iguais juridicamente, mesmo que sejam diferentes economicamente, culturalmente, socialmente. A perspectiva do cidadão com seus direitos implica na desconsideração do homem como ser genérico. De acordo com Marx, (apud IASI, 2002, p.24):

⁴⁹ Ao conceito de Estado liberal associamos também o conceito de Neoliberalismo, mesmo admitindo que as citadas formas assumam características peculiares em virtude dos períodos históricos nas quais estão inseridas.

Nenhum dos supostos direitos do homem vai além do homem egoísta, do homem enquanto membro da sociedade civil; quer dizer, enquanto indivíduo separado da comunidade confinado em si próprio, ao seu interesse privado e ao seu capricho pessoal. O homem está longe de ser considerado, nos direitos do homem, como ser genérico; pelo contrário, a própria vida genérica – a sociedade – surge como sistema que é externo ao indivíduo, como limitação de sua independência original. O único laço que os une é a necessidade natural, a carência e o interesse privado, a preservação da sua propriedade e das suas pessoas egoístas.

Como a lógica do liberalismo está associada ao livre mercado, defende-se a não interferência do Estado na produção e na circulação de mercadorias. Esse argumento decorreu de uma necessidade de ruptura com as intervenções oriundas do Estado absolutista, apontando para a necessidade da auto-regulação por via da “mão-invisível” do mercado.

Nas últimas décadas do século XIX, “o capitalismo da livre concorrência começou a se abalar por conta de uma aceleração da acumulação desigual do capital resultante do monopolismo” (PADILHA, 2004, p.7). Dentre suas principais conseqüências estão as crises econômicas materializadas na primeira guerra mundial e na quebra da bolsa de Nova York em 1929. Face à crise, houve a necessidade de intervenção estatal na política e na economia, possibilitando o nascimento de um novo tipo de Estado, conhecido como Welfare State ou Estado de bem-estar social.

O Estado de bem-estar social surge no final do século XIX, marcando presença até meados dos anos 70 do século XX. Também chamado de Estado providência ou Welfare state, deita suas raízes na revolução industrial, com uma crescente atuação estatal no campo econômico e social. Tal ação é justificada em face da deterioração da solidariedade tradicional entre as pessoas, família e grupos; e também devido às crises do capital⁵⁰ que produziam (produzem) efeitos funestos na vida das pessoas. Assim, é necessária a intervenção estatal na questão social e na própria economia.

Passa-se decididamente para o Estado intervencionista, que amplia a sua atuação, a fim de corrigir os malefícios que se verificam pela aplicação da teoria liberal pura. A livre concorrência, o individualismo, a falta de visão ética da economia e sociedade, passaram a ser objeto de regulação por parte do Estado. John Keynes, em suas posições para enfrentar a crise ocorrida no final dos anos 20, deu aporte teórico suficiente para essa nova roupagem estatal.

O Estado de Bem-Estar Social, ou Welfare State, se constituiu numa resposta dos países do capitalismo central, no contexto de reconstrução da Europa pós-segunda Guerra Mundial, para tentar contornar a crise que se estendia desde os anos 30 do século XX,

⁵⁰ A crise de 1929 e a doutrina Keynes, foram os principais fatores que justificaram à sociedade a implantação do Estado de bem-estar social.

manifestada, essa última, tanto no desemprego em massa, quanto na queda brutal das taxas de acumulação. Teve como base econômica o keynesianismo, que previa determinada planificação econômica por parte do Estado, o qual agia, portanto, com uma pesada intervenção no processo econômico-social. Por outro lado, traduziu-se em políticas de assistência social como a política de pleno emprego, a qual envolvia a sua estabilidade, seguro desemprego, políticas de renda com ganhos de produtividade, previdência social, direito à educação, subsídio no transporte, entre outras (NOZAKI, 2004).

De acordo com Santos (apud NOZAKI, 2004), pode-se afirmar que,

o Estado providência é o resultado de um compromisso, ou de um certo pacto teorizado no plano econômico por Keynes, entre o Estado, o capital e o trabalho, nos termos do qual os capitalistas renunciam a parte da sua autonomia e dos seus lucros e os trabalhadores a parte de suas reivindicações. Esta dupla renúncia é gerida pelo Estado.

Dessa forma, o Estado, em troca da sua intervenção na economia, que dentro da idéia liberal tradicional deve estar livre da ingerência estatal, fornece à sociedade investimentos oriundos de recursos arrecadados tanto do capital quanto do trabalho. Trata-se de uma forma evolutiva do clássico Estado liberal.

Ocorrem tensões sociais crescentes em decorrência das próprias bases do modo de produção capitalista e às quais o Estado pretende ao menos dar solução paliativa adequada, mesmo sabendo que a origem de tais tensões está nas contradições oriundas da lógica do sistema. Trata-se de administrar uma situação extremamente contraditória na realidade capitalista: de um lado, o capital deve ter curso e produzir riquezas (e misérias); de outro, contrariando sua própria lógica, os benefícios precisam ser distribuídos equitativamente entre os cidadãos, privilegiando-se os mais necessitados.

Como era de se esperar, a lógica do mercado produziu amargos resultados. O bem-estar social almejado foi alcançado de maneira provisória em pouquíssimos países. As crises inerentes ao modo de produção capitalista continuaram. A crença na intervenção estatal sobre o capital acabou sendo desmistificada em vista do que a empiria apresentava, sobretudo, em forma de guerras mundiais. A lógica capitalista predomina, aprofundam-se as contradições sociais, o bem-estar social se distancia, deixando à mostra as facetas liberais - nesse momento “neoliberais”.

De acordo com Anderson, “o neoliberalismo nasceu logo depois da segunda guerra mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar” (2000,

p.09). Era necessário, de acordo com os pressupostos neoliberais, uma outra postura do Estado frente à economia e a gestão dos gastos sociais, uma vez que tais gastos resultavam em decréscimo das taxas de lucros das empresas, desencadeando processos inflacionários e culminando numa crise generalizada das economias de mercado. Perante tal panorama a saída era “manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (ANDERSON, 2000, p.11). Assim, o Estado atende no máximo a função de salvaguardar a reprodução do capital e no mínimo as políticas sociais.

Essa perspectiva de um Estado-mínimo na esfera da política social foi acompanhada por uma circunstância crucial do final do século XX, que resultou na minimização gradativa dos Estados-nação - a globalização econômica⁵¹. As fronteiras foram sendo removidas pelo mercado mundial e, com essa internacionalização dos mercados financeiros, de capitais e de trabalho, os governos nacionais acabaram sentindo crescentemente o descompasso entre a limitada margem de manobra de que dispõe e os imperativos decorrentes basicamente não de relações de comércio em nível mundial, mas das relações de produção tramadas globalmente. A administração e a legislação nacionais não têm mais um impacto efetivo sobre os atores transnacionais, que tomam suas decisões de investimentos à luz da comparação, em escala global, das condições de produção relevantes.

Ao analisarmos a globalização ou a própria dependência econômica dos países periféricos, sob a ótica dos oprimidos, chegaremos à conclusão de que o grande capital com suas manobras é o grande responsável pelo círculo vicioso do subdesenvolvimento. Na verdade, a lógica capitalista e as condições desiguais de competição colocam os países periféricos numa luta desigual e com resultado previsível: o aumento da miséria humana, o massacre econômico, a concorrência desigual em ciência e tecnologia. Os produtos primários dos países “atrasados”, seu principal item de exportação, possuem preços insignificantes, se comparados com os produtos manufaturados, ocasionando desequilíbrio na balança comercial.

O fosso da desigualdade se avoluma cada vez mais, sem perspectivas. É uma situação estrutural que se perpetua, reproduz e agudiza. O desequilíbrio financeiro os obriga a tomar empréstimos dos próprios banqueiros dos países desenvolvidos, quando não de organismos internacionais também manobrados pelos países ricos. O FMI, por seu turno, como guardião

⁵¹ Por globalização, pode-se entender a progressiva e inconclusa integração econômica assimétrica e desigual de mercados produtores e consumidores de bens materiais e simbólicos produzidos hegemonicamente em escala mundial, com a exclusão pura e simples daqueles que, não dispendo de importância estratégica no novo cenário em construção, não devem se tornar empecilhos ao modelo de sociedade econômica mundial idealizado pelo grande capital internacional (Ianni apud PIREZ, 2002, p. 56-57).

maior do retorno dos investimentos feitos, impõe regras econômicas e metas inaceitáveis pelos sacrifícios que produzem às populações, que, em última análise, devem pagar a conta. Trata-se de um custo social inaceitável, originando uma dívida externa impagável.

Levando em consideração o exposto acima, nos deparamos com o surgimento de um novo fenômeno, imposto por essa “nova ordem”: a desregulamentação da economia. Com efeito, o progresso tecnológico, em especial na informática e na eletrônica, tem mudado o controle e o relacionamento do capital. As grandes empresas aplicam seus capitais em formas nem sempre controláveis pelos governos. Suas operações nos mercados financeiros giram diariamente fabulosas somas, que atravessam fronteiras e se deslocam conforme suas conveniências sem que possam ser barrados ou controlados pelas autoridades financeiras nacionais. As filiais reproduzem as políticas de suas matrizes, passando a conquistar mercados nacionais antes protegidos.

A decisão política de desregulamentação de mercados teve um impacto muito forte no controle estatal da economia. O mais notável é a desregulamentação dos sistemas bancários e dos mercados de capitais, fatores decisivos na globalização financeira, que possibilitaram um estrondoso aumento do volume de dinheiro que gira diariamente nos mercados, ao sabor da conveniência do capital. Estima-se que nos anos 70, giravam no mundo diariamente 100 milhões de dólares. Esta quantia ascende a mais de um trilhão de dólares diários nos anos 90, manejados principalmente por mega-investidores.

Outro fato gravíssimo a impactar os governos periféricos é a guerra fiscal. Trata-se de uma competição de vida ou morte na qual cada Estado ou mesmo região busca, a todos os custos, propiciar condições favoráveis para que empreendimentos se instalem em seu território, gerando renda e empregos. Os investimentos são condicionados ao oferecimento de condições especiais de infra-estrutura e de vantagens fiscais. Há uma barganha que muitas vezes inclui a existência de mercados desregulados, acompanhados de políticas econômicas “sadias”. Esses condicionamentos violam a própria autodeterminação dos governos, uma vez que, diante da penúria e da escassez de recursos para investimentos, acabam aceitando as condições que lhe são impostas.

Verificam-se, por outro lado, as chamadas reformas estruturais, visando à governabilidade. Entende-se como certo que os Estados periféricos perderam a sua capacidade de investimento, devendo buscar seu sucesso econômico na atração de capitais privados, geralmente internacionais. A atração desses capitais somente é viabilizada por meio das reformas estruturais. Essas implicam na “desmontagem da institucionalidade em que se

fundou a industrialização substitutiva das importações: desregulação, privatização e descentralização” (FIORI, 1995, p.166).

As conseqüências desse processo são perversas e em nada resolvem o problema da governabilidade. Os Estados periféricos endividados e prisioneiros dos “equilíbrios macroeconômicos” perdem também a sua capacidade de financiar as demais políticas setoriais e, em particular, as políticas de natureza social, num momento em que o crescimento econômico já não assegura por si mesmo o pleno emprego⁵², o que só leva a agravar-se a herança de desigualdade arrastada por esses Estados.

O fenômeno é gravíssimo, ainda mais quando levado ao contexto latino-americano ou especificamente brasileiro. Os governos, erodidos e sem rédeas do destino de suas próprias economias, obrigam-se a rezar por cartilha alheia, isto é, aceitar incondicionalmente os ditames econômicos dos países do primeiro mundo por intermédio de instituições como o Banco Mundial e o FMI. Como resultado, as políticas públicas são subservientes aos interesses do grande capital e não fiéis aos objetivos para os quais o Estado foi instituído.

O resultado dessa situação é que a soberania nacional fica cerceada. Os contingenciamentos da vida econômica passam a ter reflexos nítidos nas demais esferas da vida social, onde o Estado deveria ter posições próprias e independentes na condução das políticas públicas. O Estado já não responde aos anseios da população, já não é o portador das utopias sociais, função que lhe era reservada desde a sua instituição.

A nova ordem mundial diz buscar o equilíbrio macroeconômico, sendo esse dado o critério de avaliação para classificar os bons e os maus governos. Isto é, os governos serão bons e confiáveis, na medida em que adotarem as regras do jogo do grande capital e obedecerem a elas. Por outro lado, a aspirada governabilidade dos países está ligada à redução das incertezas pela via da eliminação da possibilidade de mudanças nas regras e instituições econômicas.

As reformas estruturais culminam em conseqüências extremamente funestas sobre os cidadãos e a cidadania, com o aumento constante dos problemas sociais, em suas mais diversas formas. Os governos vêm-se impotentes diante dessa realidade. O FMI, designado guardião das regras econômicas mundiais, não têm tido qualquer eficiência no sentido de instituir controles sobre os efeitos danosos para as economias nacionais. Pelo contrário, sabidamente, faz o jogo das grandes potências e grupos, não demonstrando preocupação no sentido de preservar as economias mais vulneráveis – leia-se capital periférico.

⁵² De acordo com Demo, “o crescimento por si só não parece ser suficiente para garantir a criação de postos de trabalho na quantidade requerida para absorver a oferta de mão-de-obra” (1996, p.123).

Por meio das dinâmicas do Estado capitalista, contemplamos um movimento no qual, primeiramente a aplicação da teoria liberal pura serviu de argumento para a queda do Estado absolutista e porta para a sociedade burguesa, culminando em uma série de crises econômicas mediadas pelo capitalismo monopólico. Em face das crises e por meio das pressões exercidas pelas classes trabalhadoras, o Estado capitalista adotou uma postura intervencionista sobre a economia capitalista, favorecendo relativamente os trabalhadores por meio de uma política social qualitativamente superior – o Welfare State. Em vista dos problemas ocasionados pela atividade sindicalista sobre as taxas de acumulação capitalista, mediada pela política estatal, o neoliberalismo apareceu como resposta, apontando para a retomada do papel central do mercado e da concorrência individualista na condução da economia, gerando um déficit social sem precedentes. Esses modelos de Estado capitalista, embora com características históricas distintas, possuem em comum o mesmo modo de produção social.

Esse modo de produção social, produtor de riquezas materiais, degradação ambiental e miséria humana, orquestrado na contemporaneidade pelo neoliberalismo, pode e deve ser considerado como o grande responsável por “um Brasil profundamente desigual. Desigual na distribuição de renda e de recursos e na participação política; desigual no acesso à saúde, à cultura, à educação e ao trabalho; desigual, enfim, em oportunidades de vida”, como citado pelo Instituto Ayrton Senna (2004, p.07). O mais interessante é que o documento aqui analisado, em nenhum momento, realiza uma conexão entre os citados problemas que fazem do Brasil um país desigual, com o modo de produção vigente (como citado anteriormente) ou no mínimo com o neoliberalismo. Embora o termo “herança histórica de injustiça social” (Idem, Ibidem) seja destacado, deixa transparecer a intenção de associar o combate a tal injustiça por via da educação, sem levar em conta, ou ao menos mencionar, qualquer determinação ou influência oriunda de políticas com o crivo neoliberal sobre a vida das pessoas. E esse fato resulta em problemas para se compreender a linearidade entre “educação” e “justiça social”.

Assim, pode-se preliminarmente afirmar que, possivelmente, a ausência de críticas, comentários ou mesmo relações entre a “injustiça social” brasileira e os aspectos econômicos inseridos no movimento da produção capitalista mundial, está ligada ao fato de que a proposta defendida pelo Instituto Ayrton Senna acompanha (é funcional ao) o movimento neoliberal, sobretudo no que tange à educação. Essa é uma primeira hipótese.

Após essa breve apresentação do modo de produção capitalista, as dinâmicas do Estado capitalista e suas influências sobre as chamadas políticas sociais, passamos a abordar a

perspectiva de desenvolvimento humano presente na proposta de “Educação pelo esporte” do Instituto Ayrton Senna.

2.2 O DESENVOLVIMENTO HUMANO NO ÂMBITO DO INSTITUTO AYRTON SENNA

Neste momento passamos a abordar o conceito de desenvolvimento humano defendido pelo Instituto Ayrton Senna em sua proposta de “educação pelo esporte” e as implicações de tal conceito para a compreensão do fenômeno “desenvolvimento humano”, tomando como base conjuntural o capitalismo.

No documento aqui analisado, logo na apresentação, seus autores procuram deixar claro que o Brasil é um país injusto e desigual, como citamos ao final do item anterior do presente capítulo. Dessa maneira,

o desafio do Instituto Ayrton Senna diante da herança histórica de injustiça social em nosso país é investir no desenvolvimento humano, ou seja, contribuir para aproximar o crescimento produtivo da equidade social, aumentando as oportunidades de educação, trabalho e participação democrática e, desse modo, visando promover a inclusão econômica e social das novas gerações (IAS, 2004, p.07).

Nessa primeira citação o desenvolvimento humano é definido como fruto da aproximação entre os níveis de crescimento econômico e a equidade social, ou seja, um nível médio (comum) de acesso à riqueza produzida, possibilitado pela educação, pelo acesso ao mercado de trabalho e pela participação democrática. Isso promoveria, em tese, a inclusão social e econômica de crianças e jovens.

Para se ter uma idéia da aproximação pretendida, o Instituto apresenta uma comparação entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Baseados em dados do PNUD, afirma que o Brasil possui o 15º maior PIB do mundo, embora ocupe a 65ª posição no IDH. Ou seja, “existe um grande abismo entre a atividade econômica e a qualidade de vida (média) do país” (IAS, 2004, p.41). Por isso defende que, se trata de “um desafio ético de conciliar crescimento econômico com equidade social” (Idem, Ibidem).

A proposta de desenvolvimento humano que fundamenta as ações desenvolvidas pelo Instituto Ayrton Senna, em ênfase o Programa “Educação pelo esporte”, é baseada nos preceitos do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD). Assim, a citada

proposta, “busca integrar a produção econômica ao desenvolvimento das pessoas, da sociedade e do meio ambiente. O IDH é o instrumento que mede o progresso na realização do desenvolvimento humano, completando o PIB, que por sua vez, mede a riqueza e o rendimento” (IAS, 2004, p.42).

A ONU, ao realizar a classificação dos países a partir do índice de desenvolvimento humano (IDH), adotou três indicadores principais: a Educação, expressa, principalmente, nas taxas de alfabetização e de escolaridade da população; a Expectativa de vida, partindo do pressuposto de que longa vida reflete sua qualidade; e o Poder de compra, indicador que representa as necessidades materiais. Por meio desses indicadores, anualmente o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento apresenta relatórios que expõem os avanços e retrocessos dos países. De acordo com Demo, “a elaboração de tais relatórios (...) parece constituir-se naquilo que provavelmente a ONU tem feito ultimamente no campo da competência técnica, por mais que seus produtos destilem inegável ambiência neoliberal” (1996, p. 02).

Face ao exposto, a principal contribuição das ações do Instituto estão relacionadas ao indicador “educação”, muito embora, uma melhor qualidade de vida e poder de compra possam ser vinculados indiretamente a uma melhor educação. De acordo com o Instituto, “o país possui 67 milhões de crianças e jovens que têm direito a uma educação de qualidade que os prepare para enfrentar as circunstâncias, as necessidades e as mudanças de nossa época” (IAS, 2004, p.11).

Assim sendo, para alcançar o citado desenvolvimento humano, o Instituto elegeu a educação como instrumento estratégico, “identificando nos quatro pilares da educação do relatório da UNESCO um referencial teórico fundamental para orientar a elaboração de caminhos e propostas com base no desenvolvimento de competências indispensáveis à vida pessoal, social e produtiva” (IAS, 2004, p.47). Os quatro pilares e as competências a serem desenvolvidas, são assim definidos:

PILAR	COMPETÊNCIA	AÇÃO
Aprender a ser	Pessoais	Ser você mesmo e construir um projeto de vida
Aprender a conviver	Sociais	Conviver com as diferenças, cultivando novas formas de participação social.
Aprender a fazer	Produtivas	Atuar produtivamente, facilitando o ingresso e a permanência no novo mundo do trabalho.
Aprender a conhecer	Cognitivas	Apropriar-se dos próprios instrumentos de conhecimento e usa-los para o bem comum

Fonte: Instituto Ayrton Senna (2004).

À primeira vista, temos uma proposta de educação pelo esporte sustentada em oportunidades para o desenvolvimento de certas competências essenciais, visando a inclusão social e econômica de crianças e jovens.

Nessa proposta, “Aprender a ser” estaria expresso no desenvolvimento pleno da personalidade e nas ações que [o sujeito] concretiza no mundo (IAS, 2004, p.136). Destacamos, nessa perspectiva, como características básicas: o autoconhecimento; a autoestima; a autoconfiança; o autoconceito, a visão confiante do futuro, o querer-ser, o projeto de vida e a capacidade de resistir à adversidade.

“Aprender a conviver” seria compreendido como a negação da competição de forma inadequada, que reforça preconceitos ou, ainda, que nada faz para supera-los. (IAS, 2004, p.96). A ênfase está na cooperação, no reconhecimento do outro; convívio com a diferença, convívio em grupo, compromisso com o coletivo; compromisso com o ambiente; compromisso com a diversidade cultural e a criação de uma cultura de paz.

“Aprender a fazer” pode ser concebido como a formação para o trabalho, o desenvolvimento de competências para ser produtivo na vida (IAS, 2004, p.76). E também, a formação de habilidades e atitudes permanentes, que não apenas são essenciais para que crianças e jovens possam participar do mundo do trabalho e construir um projeto de vida, como também são básicas para se exercer uma cidadania plena (Ibidem, p.82). Habilidades de trabalhar em grupo e de respeitar decisões, a capacidade de iniciativa e de resolução de conflitos, a atitude solidária, cooperativa e democrática são atitudes a serem cultivadas.

Por último, “aprender a conhecer” se voltaria para a recuperação do prazer em aprender na criança e no jovem. De acordo como o Instituto, na história da humanidade o conhecimento e poder sempre estiveram intimamente associados, influenciando-se mutuamente e mais ainda na Era do conhecimento. Por isso, na sociedade contemporânea, lutar pela democratização dos conhecimentos é lutar pela distribuição de poder. O poder de pensar, de compreender, de reivindicar, de ter uma vida digna e contribuir para o aperfeiçoamento da sociedade (Ibidem, p.56).

No entanto, os conteúdos manifestos nos quatro pilares para a educação do século XXI apresentam, implicitamente, questões a serem discutidas, levando em conta outros objetivos, ideologicamente localizados, presentes na perspectiva do desenvolvimento humano da UNESCO e conseqüentemente, do Instituto Ayrton Senna. Em outras palavras, a aparente ingenuidade que perpassa a proposta de educação pelo esporte estabelece íntimas relações com o paradigma neoliberal, que visa adequar os sujeitos ao seu projeto de sociabilidade, ou talvez, moldar as consciências de acordo com a lógica do capital e sua perpetuação.

Podemos constatar a perspectiva supracitada ao analisarmos os “aprenderes” ou quatro pilares da educação para o século XXI. Por exemplo, quando tratamos do “aprender a ser”, percebemos a ênfase na idéia de que o indivíduo tem a capacidade (e responsabilidade) de construção do próprio projeto de vida, expondo o lócus da auto-responsabilização dos indivíduos pela construção de seus projetos de vida. Ou seja, “uma individualização que abstrai e incute a noção de que, independentemente das condições materiais, os alunos são responsáveis por seu sucesso e fracasso” (MELO, 2005). Dessa forma, independente das destruições implementadas pelo capitalismo cotidianamente na vida de crianças e jovens, todos teriam a capacidade de construir o seu projeto de vida e alcança-lo por meio do mérito pessoal (competição), transferindo a culpa pelo fracasso às vítimas do fracasso e os méritos pelo sucesso àqueles que “chegaram lá”.

Um exemplo que pode nos auxiliar na compreensão da força que atualmente assume o discurso da “autoresponsabilização”, se encontra na figura do astronauta brasileiro Marcos Fontes. Após a sua polêmica⁵³ viagem ao espaço, ocorreu uma avalanche de falas e escritos que enfatizavam o papel fundamental da conquista dos sonhos. Que era necessário se manter vivos nas crianças e jovens os seus sonhos, que todos poderiam ser o que quisessem, que bastava “acreditar”. Hoje um brasileiro foi ao espaço, as crianças e jovens, “adultos do amanhã”, poderiam realizar seus sonhos, terem uma vida plena e feliz, conseguirem emprego,

⁵³ Devido aos custos exorbitantes.

ascenderem socialmente, irem ao espaço; basta perseguir os seus sonhos, não importando as condições concretas de vida dos mesmos.

No que tange ao “aprender a conviver”, aceitando as diferenças e promovendo novas formas de participação social, pode-se afirmar que estamos diante de uma ênfase no pluralismo como valor radical, sem se discutir acerca da diferença fundante da sociedade capitalista, que é a diferença de classe⁵⁴ (MELO, 2005). Nesse viés, percebemos um movimento que afirma a solidariedade e a cooperação entre indivíduos, negando, possivelmente, a solidariedade e a cooperação de classe (uma vez que, de acordo com os argumentos neoliberais, as causas de classe estariam superadas), evidenciando, assim, o pluralismo anunciado por Melo. Tal proposta dá vazão às novas formas de sociabilidade frisando o desmonte e a banalização da cidadania, luta e conquista dos direitos sociais dos trabalhadores na arena política, abrindo espaço para o consenso do voluntariado e do Terceiro setor, visando um abstrato “bem comum”.

Ao tratarmos do “aprender a fazer”, é imprescindível considerarmos uma relação explícita entre a educação e a empregabilidade, principalmente quando se remete ao ingresso e manutenção do indivíduo no mercado de trabalho, deixando à mostra a justificativa para o ingresso ou exclusão do emprego. Esse pilar “aprender a fazer”, demonstra certa insensibilidade para com as dinâmicas do mercado de trabalho, embora diga que visa preparar para o “novo mundo do trabalho”. Ou seja, desconsidera que, contemporaneamente, os postos de trabalho parecem ser reduzidos cada vez mais, sobretudo levando em conta o permanente processo de modernização e a reestruturação produtiva. De acordo com Demo,

o tempo de trabalho deverá diminuir, não tanto porque é possível trabalhar menos e ganhar mais, mas, sobretudo porque está havendo cada vez menos trabalho. O crescimento já não acarreta geração de emprego. Ao contrário, implica sua redução permanente. As taxas de desemprego estão cada vez mais altas, comprometendo os excedentes de maneira irreversível, a ponto de colocar em cheque as conquistas sociais” (1996, p.141).

Assim, podemos salientar que, a não inserção no mundo do trabalho também seria uma responsabilidade transferida aos indivíduos, uma vez que adviria de uma atuação não produtiva por parte dos mesmos. Por isso, caberia à educação tornar os sujeitos empregáveis

⁵⁴ Pensar na questão das diferenças entre classes pressupõe que partilhemos da compreensão de que a dinâmica da sociedade é uma dinâmica de luta de classes. Uma dinâmica na qual burguesia e proletariado se apresentem como dotados de interesses antagônicos. Uma luta que se expressa também como uma luta entre valores, entre concepções de mundo, entre idéias sobre uma base material em constante mudança.

para a exigência do novo mundo do trabalho, mesmo que esse seja o do trabalho precarizado e informal, quando há.

Finalmente, ao tratarmos do pilar “aprender a conhecer”, enfatizamos a importância em se compreender uma certa linearidade entre conhecimento e poder, proposta pelo Instituto. Mais uma vez, a questão do “bem comum” abstrato tem lugar privilegiado, também realçando o pluralismo que, embora vise o citado bem comum, contempla, via de regra, a ênfase individual na aquisição de conhecimentos, sobretudo, como forma de ascensão social. Assim, ter acesso aos conhecimentos produzidos seria o caminho para se compreender a sociedade e talvez ajudar a torna-la melhor. Todavia, é preciso se considerar a não neutralidade dos conhecimentos, que podem estar voltados tanto para a mera adaptação dos sujeitos à sociedade ou voltados para a sua efetiva transformação – leia-se superação.

Caberia a seguinte questão: será que a aquisição de conhecimentos defendida pelo “aprender a conhecer”, visando o bem comum e a melhoria da sociedade contempla como necessária melhoria social um salto para além do capitalismo, ou a mera adequação dos sujeitos à sociedade sem alterar suas bases? Tomando como base a perspectiva neoliberal de educação presente na proposta do Instituto, visando, sobretudo, novos padrões de sociabilidade a serem disseminados entre os participantes da “educação pelo esporte”, a resposta nos parece clara.

Ao caminharmos um pouco mais na leitura do documento “Educação pelo Esporte”, destacamos a seguinte citação: “a idéia fundamental do desenvolvimento humano está na realização plena dos direitos humanos, na promoção da liberdade e na oferta equitativa de oportunidades para a pessoa desenvolver seus potenciais” (IAS, 2004, p.08).

Cabe salientar que, nesse momento, a questão do desenvolvimento humano se encontra atrelada à realização plena dos direitos humanos, à promoção da liberdade e à oferta equitativa de oportunidades visando o desenvolvimento de potenciais. Pelo exposto, desenvolvimento humano e cidadania estabelecem uma íntima relação. Também é possível salientar a tendência de se possibilitar aos indivíduos chances iguais de concorrência, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades.

No conceito acima, identificamos na proposta de desenvolvimento humano, defendida pelo Instituto, a tendência ligada a realização plena dos chamados direitos humanos. É mister pôr em evidência essa proposta, uma vez que as relações travadas na sociedade do capital tendem a equiparar os seres humanos à máquinas, dinheiro e lixo, etc. Ainda que, conforme Pedro Demo,

difícilmente podemos escapar do reconhecimento crítico de que os direitos humanos constituem-se na fachada ideológica de uma sociedade que funciona – impiedosamente – por razões de mercado, não por razões humanas, seja na manutenção esticada de um terceiro mundo sem perspectiva, seja no processo continuado de concentração de renda” (1996, p.134).

Vale frisar que o neoliberalismo, como citado anteriormente, busca a preponderância das relações de mercado sobre as questões sociais, sobretudo, no que tange à conquista e à manutenção de direitos sociais; criando assim, um enorme desafio na compreensão da efetivação dos chamados direitos humanos. Primeiramente, é necessário considerar que as políticas sociais, na medida em que existirem, deverão corresponder à dinâmica econômica, principalmente, considerando o chamado “crescimento da economia”. Não é possível grandes investimentos na área social, uma vez que o montante que supostamente poderia ser destinado à mesma, está comprometido com “desafios econômicos” do país. De acordo com Demo, “aprendemos já que não adianta inventar direitos sem base orçamentária, como o fez, por exemplo, nossa constituição de 1988, ou o Estatuto da criança e do adolescente, com seu fundo voluntário e sem comprometer a estrutura econômica” (1996, p.142). Daí decorre que, no capitalismo, é impraticável conjugar, de maneira minimamente adequada, mercado e direitos humanos. Donde segue que, se um dia isso for possível, estaríamos além do capitalismo.⁵⁵

Dessa maneira, encontramos elementos que nos permitem compreender o quão vazio pode ser a proposta da plena realização dos direitos humanos, principalmente se levarmos em consideração as dinâmicas de mercado e as políticas neoliberais, às quais o Instituto Ayrton Senna parece ser concernente⁵⁶; e o crescente ataque às conquistas sociais, implementado pelo mercado capitalista.

O segundo ponto a ser destacado é referente à promoção da liberdade. Diga-se de passagem, uma das pedras fundamentais do liberalismo e por que não dizer, do neoliberalismo. A afirmação da liberdade dos indivíduos é de suma importância para o atual movimento no qual se insere o capitalismo. É ressaltada a perspectiva do indivíduo livre para seguir e mudar o seu destino, outra vez inserindo a idéia de que, independentemente das condições materiais, todos são livres e iguais perante a lei, encobrindo e obscurecendo as

⁵⁵ Como nos ensina Mészáros (2005,09), “pensar a sociedade tendo como parâmetro o ser humano exige a superação da lógica desumanizadora do capital, que tem no individualismo, no lucro, na competição seus fundamentos”.

⁵⁶ Ver por exemplo os aspectos acima analisados nos quatro pilares para a educação no século XXI.

contradições de classe. De acordo com Heller (1994, p.217), “a humanidade será livre quando todo homem particular possa participar conscientemente na realização da essência do gênero humano e realizar os valores genéricos em sua própria vida, em todos os aspectos desta”⁵⁷. Dessa maneira, verificamos que a liberdade no âmbito da proposta de desenvolvimento humano, apropriada pelo Instituto, pode ser muito limitada ao confrontarmos com a perspectiva da liberdade na esfera do “desenvolvimento do gênero humano”, aqui citada por Ágnes Heller.

O terceiro ponto diz respeito à oferta equitativa de oportunidades para os indivíduos desenvolverem seus potenciais. Ressaltamos nesse ponto o compromisso com uma educação de boa qualidade a ser oferecida às crianças e jovens, a fim de que esses sujeitos futuramente possam competir em condições semelhantes no mercado de trabalho; visando assim, a sua inclusão social e econômica. É importante destacar o papel da “oportunidade” como caminho para o desenvolvimento dos potenciais e sua transformação em competências referentes aos quatro pilares da educação para o século XXI. Conforme o documento, “a proposta da educação pelo esporte para o desenvolvimento humano (...) reúne princípios e metodologias especialmente elaborados para transformar potenciais em competências cognitivas, produtivas, relacionais e pessoais” (2004, p.10). Muito embora a oferta de oportunidades esteja alocada na esfera do chamado Terceiro setor⁵⁸, o qual está longe de ser considerado portador de alternativas de caráter universal, como caminho para se atenuar os problemas educacionais do país.

Uma vez analisada a base conceitual referente ao conceito de desenvolvimento humano presente na proposta de “Educação pelo Esporte” no âmbito do Instituto Ayrton Senna, passamos a discutir os conceitos de infância e juventude presentes no documento analisado; como forma de compreender os principais problemas referentes à infância e à juventude, que, de certa forma, justificariam as ações de ONGs como o citado Instituto.

⁵⁷ Compreendemos a essência do gênero humano anunciada como a possibilidade de acesso aos meios capazes de propiciar a satisfação das necessidades básicas do ser humano de uma maneira genérica - para todos, a fim de negarmos uma dinâmica social pautada no individualismo e na competição, que apenas ressalta as disparidades sociais presentes em nosso mundo, no qual a coletividade foi atravessada pelo abismo entre acumulação e escassez.

⁵⁸ As discussões referentes ao terceiro setor serão desenvolvidas no próximo capítulo.

2.3 A INFÂNCIA E A JUVENTUDE NO PROGRAMA EDUCAÇÃO PELO ESPORTE

O objetivo do presente tópico é expor nossos conceitos de infância e de juventude, dialogando com a base conceitual presente no programa “Educação pelo Esporte” do Instituto Ayrton Senna. É importante destacar que essa discussão aqui anunciada não é o objeto central da presente investigação. Assim, a mesma se insere como necessária, uma vez que para abordarmos a citada base conceitual do documento, devemos, necessariamente, partir de nossos conceitos de infância e de juventude.

Ao tratarmos dessas categorias geracionais, consideramos que estudar o “tempo de ser jovem” dá uma inteligibilidade especial ao “tempo de ser criança” e vice-versa (FREITAS, 2006). Objetivamos também, estudar a juventude não meramente como um sucedâneo da infância, concebendo, assim, a existência de “infâncias” e “juventudes” no plural, considerando, do ponto de vista de nossa análise, as diferentes trajetórias pelas quais passam diferentes crianças e jovens nos mais diversos contextos sociais.

2.3.1 Notas sobre os conceitos de infância e juventude

Inicialmente podemos afirmar que a infância é um conceito que deita suas raízes na modernidade. Ou seja, na Idade média à infância não era dedicada grande atenção, uma vez que não se esperava que as crianças fossem viver por muito tempo devido a quantidade de doenças a que estavam sujeitas na época. E, quando escapavam dessas, eram tratadas como se fossem adultos em miniatura. Com a diminuição dos índices de mortalidade infantil, por meio do avanço da ciência e das mudanças econômicas e sociais possibilitadas pela ascensão da burguesia ao poder, surge uma certa preocupação com a infância enquanto fase da vida. Para Kramer, “a idéia de infância, da maneira como hoje a conhecemos, nasceu no interior das classes médias que se formavam no interior da burguesia” (2003, p.56). Esse dado é confirmado por Áries (apud KENNEDY, 2000, p.134). Segundo o autor, “a infância segundo nós a conhecemos na atualidade não existia no mundo medieval e é na verdade uma invenção cultural dos primórdios do modernismo”.

Partimos do pressuposto de que a infância necessariamente deve ser concebida como uma construção social. Desde que Áries publicou, nos anos 70, seu estudo sobre o aparecimento da noção de infância na sociedade moderna, sabemos que as visões sobre a

infância são construídas social e historicamente: a inserção concreta das crianças e seus papéis variam com as formas de organização social (KRAMER, 2003, p.55).

O estudo das crianças e conseqüentemente, da infância, historicamente esteve alocado nas mãos de áreas como a medicina, a psicologia do desenvolvimento e mesmo a pedagogia. Essas áreas foram responsáveis por uma certa concepção de infância que se limitava a aspectos biológicos, maturacionais e psicológicos do desenvolvimento das crianças. Contudo, a partir da década de 90 tais limites foram rompidos, possibilitando a compreensão do “fenômeno social da infância, concebida como uma categoria social autônoma, analisável nas suas relações com a ação e a estrutura social” (SARMENTO, PINTO, 1997, p.10).

Se buscarmos aproximações com a produção do conhecimento na área de Educação Física, verificaremos a influência predominante da medicina e da psicologia desenvolvimentista. A influência de tais áreas fez com que a infância e a criança fossem consideradas como categorias fixas, homogêneas, universais. Com isso, acabamos nos convencendo que a criança é uma categoria desvinculada do social, impermeável às relações de classe, apenas um organismo em processo de socialização (JOBIM e SOUZA, 1996, p.45). De acordo com Silva (2003, p.31-32),

até bem pouco tempo ainda predominava na produção do conhecimento em Educação Física, salvo raras exceções, uma concepção abstrata, acrítica, a-histórica de criança, cuja imagem apontava para a existência na área de uma criança universal, conceituando-a então, como única e com processos homogêneos de desenvolvimento, cultura e classe social, não admitindo a existência de diversas infâncias.

Ao tratarmos do termo “infâncias” e não “infância”⁵⁹, temos por intuito salientar as diversas alteridades, sobretudo do ponto de vista de classe, muito embora possam haver, também, simbioses entre classe, cultura, gênero, raça/etnia e geração (SILVA, 2003). Assim, podemos afirmar que a infância está longe de ser considerada uma categoria homogênea, uma vez que em diferentes contextos históricos, em diferentes culturas, em diferentes classes, devemos conceber a existência de diferentes infâncias. Segundo Kennedy “a infância tem tido e pode ter diferente significação para crianças e adultos em diferentes culturas e períodos históricos” (2000, p.131).

Como afirmam Sarmiento e Pinto, “ser criança varia entre sociedades, culturas e comunidades, pode variar no interior de uma mesma família e varia de acordo com a

⁵⁹ De acordo com Freitas e Kuhllmann Jr. (apud SILVA, 2003, p.25) “infância no singular seria um conceito, uma representação, um tipo ideal a caracterizar diferentes infâncias”.

estratificação social. Do mesmo modo, varia com a duração histórica e com a definição institucional da infância dominante em cada época” (1997, p.17).

Segundo Franklin (apud Sarmiento e Pinto, 1997, p.17), “a infância não é uma experiência universal de qualquer duração fixa, mas é diferentemente construída, exprimindo as diferenças individuais relativas a inserção de gênero, classe, etnia e história. Distintas culturas, bem como as histórias individuais, constroem diferentes mundos da infância”.

Face a esses aspectos, também precisamos compreender que as culturas infantis, ou seja, o modo de ser, viver e fazer das crianças não pode ser resumido a um fato único, generalizado, homogêneo, como se todas as crianças vivessem da mesma maneira, sujeitas às mesmas condições, brincassem da mesma forma, com os mesmos brinquedos, etc. Sarmiento e Pinto, nos alertam para o fato de que as culturas infantis se assentam nos mundos de vida das crianças e esses se caracterizam pela heterogeneidade. Portanto, não podemos desconsiderar

as diferentes realizações do processo de produção de sentido e a pluralidade dos sistemas de valores, de crenças e de representações sociais das crianças. Esta é a razão por que se afigura adequado recusar a hipótese de uma cultura da infância, sustentando-se, ao invés, o caráter plural dos sistemas simbólicos (1997, p.21-22).

Como procuramos frisar, a variação das condições sociais em que vivem as crianças são o principal fator de heterogeneidade a ser considerado. Não há dúvidas de que, no âmbito da sociedade capitalista, é muito diferente ser menino ou menina, ser pobre ou ser rico, ser branco, negro, índio, asiático, ser cristão ou muçulmano, ser da classe trabalhadora ou da classe capitalista, ser da favela ou da cobertura, etc. Os modos de socialização, as alteridades, a produção cultural, a educação, o brincar, as relações com os familiares, são processos muito diferentes.

Pelo exposto até o momento, a infância pode ser considerada sob a perspectiva de se constituir numa dada fase da vida, delimitada, de certa forma, por meio de critérios etários. E, sob a perspectiva da heterogeneidade, ligada, principalmente, às diversas culturas infantis, que são fruto de aspectos sócio-histórico-culturais. E, é de suma importância que essa segunda perspectiva seja destacada, em vista, sobretudo, dos processos político-ideológicos que permeiam a noção de uma infância generalizada. Conforme Perroti (apud JOBIM e SOUZA, 1996, p.45),

se não podemos deixar de concordar que a criança é um dado etário, natural, não podemos esquecer também que este dado está imerso na história e, conseqüentemente, é em relação à história que este dado etário se define. Se é verdade, ao menos em princípio, que todas as crianças crescem, é verdade também

que a direção desse crescimento estará em relação constante com o ambiente sociocultural.

Acerca dos citados processos político-ideológicos, não pode ser negada a existência de interesses na concepção de uma infância universal livre de problemas de ordem social, ligadas ao próprio modo de produção social vigente. Esse fato pode ser verificado, quando, por exemplo, afirma-se que “no mundo inteiro as crianças estão ocupadas com as mesmas coisas, que adoram esconde-esconde e os jogos de bola e gostam de ir à escola” (SILVA, 2002, p.150). Tal citação nos revela a desconsideração dos problemas anteriormente citados e uma banalização das reais condições de miséria as quais estão submetidas milhões de crianças. Será que todas elas tem, efetivamente, tempo para brincar ou para estudar?

Tal como foi apresentado na parte específica sobre a infância, também no que tange à juventude, encontramos perspectivas que reconhecem a mesma como uma entidade homogênea, unitária, que comporta todos os jovens enquanto lugar comum. De acordo com Pais, “nas representações correntes da juventude, os jovens são tomados como fazendo parte de uma cultura juvenil unitária” (1993, p.22). Ainda para esse autor, “a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada fase da vida. Prevalecendo a busca de aspectos mais uniformes e homogêneos que caracterizam essa fase da vida” (Idem, Ibidem, p.23).

Essa homogeneização da juventude se concretiza em exemplos como certos movimentos juvenis historicamente datados e localizados, como se fossem representativos de todos os jovens. Dentre esses se destacam os *hippies*, *beatniks*, *yuppies*, *cara-pintadas*; contribuindo para generalizações abusivas quanto ao conjunto da juventude.

Além disso, encontramos na sociologia funcionalista um conceito de juventude que visa legitimar a existência de uma juventude universal. Na presente lógica, a juventude é concebida como “um momento de transição no ciclo da vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico e dramático de socialização, em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade, através da aquisição de elementos apropriados da cultura e da assunção de papéis adultos” (ABRAMO, 1997, p.29). Em vista dos elementos acima citados, nos deparamos com o desafio da desconstrução (desmistificação) sociológica de alguns aspectos da construção social (ideológica) da juventude que, em forma de mito, nos é dada como uma entidade homogênea (PAIS, 1993, p.28). É de suma importância o reconhecimento das limitações dos citados conceitos de juventude, pois, segundo Margulis,

essa palavra carregada de evocações e significados, que parece auto-evidente, pode conduzir a labirintos de sentido se não se tem em conta a heterogeneidade social e as diversas modalidades como se apresenta a condição de jovem. Juventude é um conceito esquivo, construção histórica e social e não mera condição de idade. Cada época e cada setor social postula formas de ser jovem (2000, p.11).

A juventude, então, carece de ser considerada necessariamente como uma categoria social; nos dizeres de Pais, como uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas; sujeita, pois, a modificar-se ao longo do tempo (1993, p.29). Essa definição faz da juventude algo mais do que uma faixa etária ou uma “classe de idade”, no sentido de limites etários restritos (GROPPO, 2000, p.07). Sendo considerada a partir de tal pressuposto, caem por terra os seus limites fixados pela idade biológica e os próprios critérios universais de categorização das idades da vida, definidas hegemonicamente pela ciência, pelo Estado e pelo Direito.

Para Groppo, “as definições de juventude passeiam por dois critérios principais, que nunca se conciliam realmente: o critério etário e o critério sócio-cultural” (Idem, *Ibidem*, p.09). Pode ser considerada como uma situação vivida em comum por certos indivíduos. Trata-se não dos limites etários pretensamente naturais e objetivos, mas também, e principalmente, de representações simbólicas e situações sociais com suas próprias formas e conteúdos que têm importante influência nas sociedades modernas (Idem, *Ibidem*, p.08). No entanto, como procuramos salientar, é necessário relativizar o critério etário, “pois a juventude, o jovem e seu comportamento mudam de acordo com a classe social, o grupo étnico, a nacionalidade, o gênero, o contexto histórico, nacional e regional, etc” (Idem, *Ibidem*, 09-10). Tendo em vista, também o fato de que “é o sistema sociocultural e econômico que determina o início, o final, os períodos de transição de cada fase da vida humana” (Idem, *Ibidem*, p.11).

Dessa maneira, “tem sido recorrente a importância de se tomar a idéia de juventude em seu sentido plural – juventudes – em virtude da diversidade de situações existenciais que afetam os indivíduos nessa etapa do ciclo de vida” (SPOSITO, 2003, p.10). Quando tratamos de juventudes, visamos o esclarecimento quanto a existência, na realidade, dos grupos sociais concretos, de uma pluralidade de juventudes: de cada recorte sociocultural – classe social, estrato, etnia, religião, mundo urbano ou rural, gênero, vivência sociocultural etc. - saltam subcategorias de indivíduos jovens, com características, símbolos, comportamentos, subculturas e sentimentos próprios (GROPPO, 2003; 2002).

Temos, pois, que a juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis⁶⁰ em função de diferentes pertenças de classe, diferentes situações econômicas, diferentes parcelas do poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais, etc. (PAIS, 1993, p.23). E, logicamente, diferentes contextos históricos. Como afirma Margulis, “cada geração pode ser considerada, até certo ponto, como pertencente a uma cultura diferente, na medida em que incorpora em sua socialização novos códigos e destrezas, linguagens e formas de perceber, de apreciar, classificar e distinguir” (2000, p.18). Groppo também contribui para esse argumento, destacando que, “na sociedade moderna, as experiências sociais vividas pelas juventudes, em uma dada geração, são radicalmente diferentes das experiências vividas pelos adultos quando estes eram jovens” (2000, p.24).

Um outro ponto que merece destaque na compreensão da juventude na sociedade contemporânea está ligado a sua importância econômica. Como ressalta Margulis,

em nosso tempo a juventude também se apresenta como signo, e em tal qualidade condiciona uma quantidade de atividades produtivas, ligadas com o corpo e com a imagem, que comercializam a juvenilização, isto é, novas mercadorias relacionadas com a prolongação do tempo do atrativo e da legitimidade arraigados em certa imagem juvenil (2000, p.11).

Contemporaneamente a juventude tem sido muito visada. Nunca se procurou se tornar jovem tão cedo, assim como, nunca se procurou permanecer jovem por tanto tempo. Isto se deve ao fato de que, a grande maioria das mercadorias, fetiches da moda, sonhos de consumo, está ligada à figura do “jovem”, tendo implicações desde a erotização precoce até às cirurgias plásticas que prolongam a “bela aparência” dos mais velhos. Esse processo de juvenilização implica que a sociedade modele a juventude à sua imagem, mas ao mesmo tempo, se rejuvenesça (PAIS, 1993, p.42).

Tratamos, nesse momento, de alguns problemas sociais ligados à infância e à juventude. Dentre os mesmo, pode ser citada a própria perspectiva de homogeneização das infâncias e juventudes. Ao ressaltarmos tal problema, levamos em consideração que a generalização provoca processos de banalização e naturalização dos fenômenos sociais, nomeadamente da infância (SILVA, 2002, p.152). Ou seja, percebemos claramente a tentativa de se mascarar / obscurecer os diversos problemas da infância. Assim, ao remeter-se a questão

⁶⁰ Por cultura juvenil, em sentido lato, pode entender-se o sistema de valores socialmente atribuídos à juventude (tomada como conjunto referido a uma fase da vida), isto é, valores a que aderirão jovens de diferentes meios e condições sociais. (PAIS, 1993, p.54).

da exploração do trabalho infantil, por exemplo, é comum que surjam críticas direcionadas aos empresários, mas, logicamente, de uma forma genérica, sem, entretanto, nomear os culpados. Não são feitas críticas radicais ao modelo neoliberal, disfarçando assim suas afinidades com os conluíus, pactos e planos de ajuste estrutural do FMI, Banco Mundial e outras instâncias do poder capitalista mundial (Idem, *Ibidem*, p.154).

Não é novidade que a realidade atual proporciona desgraças, injustiça e miséria não somente para as crianças, mas para os seres humanos com um todo, independente se jovens, adultos ou velhos. O cenário pintado pelo capital é catastrófico. Como assinala Silva, “a dinâmica de destruição patrocinada pelos gestores do capital internacional como o FMI e o Banco Mundial, atinge tanto crianças e jovens, quanto o grande contingente da classe trabalhadora construída de adultos e velhos” (2003, p.40). Porém, como tratamos especificamente da infância, destacaremos os problemas referentes à mesma. No âmbito dessa lógica perversa, produtora de riquezas e misérias, encontramos a perversão do trabalho infantil, isto é, a inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, especialmente nos países de industrialização intermediária e subordinada, como, por exemplo, nos países asiáticos, latino-americanos e outros, onde se vem deteriorando prematuramente a força humana de trabalho das crianças e jovens, mediante a exploração invisível do trabalho e da informalidade do mundo do trabalho (SILVA, 2003, p.25).

O modo de produção capitalista causa, sobretudo, quando levamos em conta suas facetas neoliberais, efeitos funestos na vida das crianças. Maltrata-as. De acordo com Galeano (2000), “as crianças ricas trata como se fossem dinheiro. As pobres, como lixo. E mantém atadas às patas do televisor as crianças da classe média”. Ou seja, os ricos têm sua infância tratada como um investimento para o futuro, por meio de cursos de informática, de inglês, de escolinhas esportivas, etc. para proporcionarem segurança material àqueles que nelas investem. Os pobres têm sua infância muitas vezes abreviada pela necessidade do trabalho precoce, pela prostituição, pelas drogas, pela violência (enquanto as ricas lutam com balas de raio laser, as balas de chumbo crivam as crianças da rua.) etc, sujeitas a preconceitos e discriminação de toda ordem, além de colherem apenas as migalhas dispostas em programas assistencialistas que, na melhor das hipóteses, propagam a sua miséria.

As crianças pobres são as que mais ferozmente sofrem com a contradição de uma cultura que as impele a consumir e uma realidade que as impede. A fome as força a roubar ou prostituir-se. A sociedade de consumo as insulta oferecendo-lhes o que a elas nega (GALEANO, 2000).

Passamos a abordar alguns problemas sociais ligados à juventude. De início daremos destaque à problemática do lazer ou dos lazers das juventudes. Tal como frisado anteriormente no que diz respeito à base conceitual, também a homogeneização da juventude gera problemas quando a discussão tem como foco o lazer. De acordo com Carrano, Dayrrel e Brenner, “o erro de se compreender a juventude como uma realidade homogênea aparece no senso comum em relação ao tempo livre e ao lazer com expressiva frequência” (2005, p.175). Para esses autores, faz-se necessário compreender que,

os jovens brasileiros ocupam o tempo livre de forma muito variada e sob condições bastante desiguais. Noções como diversidade e desigualdade devem ser conjugadas como chaves analíticas para se compreender a complexidade sociocultural do ser jovem nas diferentes regiões do país (2005, p.185).

Em outras palavras, as situações de vida e processos sociais que reafirmam os traços de diversidade da cultura brasileira, calcada sobre bases socioeconômicas desiguais, estabelecem repercussões sobre as possibilidades de acesso, experimentação, consumo e criação dos mundos da cultura, do lazer e tempo livre (2005, p.176).

É importante salientar que a existência de tempo livre não implica necessariamente lazer. O tempo livre do trabalho muitas vezes pode significar o espaço da penúria, da opressão e da falta de oportunidades. Esse é o caso dramático do desemprego e da desocupação, situação vivida por uma expressiva parcela de jovens brasileiros (2005, p.178). Como o lazer está intimamente ligado ao consumo, sobretudo, na atual conjuntura, as formas públicas de lazer acabam emergindo como uma necessidade da juventude pobre, entre elas a circulação pelas ruas, praias, etc. Assim, são esses segmentos também os mais penalizados com os índices crescentes de violência, por não ter acesso fácil a formas de lazer que envolvam gastos (SPOSITO, 2003, p.16).

Uma vez abordada a problemática do lazer e do tempo livre da juventude, passamos a apresentação dos problemas ligados ao trabalho / desemprego. De acordo com Sposito,

os anos 1990 foram marcados por alterações importantes no mercado de trabalho, que acentuaram para grande parte dos jovens, os mecanismos de exclusão. Além de um crescimento modesto do mercado, ocorreu uma crescente precarização (desassalariamento e trabalho informal), além do desemprego (2003, p.12).

É importante frisar que o crescimento vertiginoso do desemprego no Brasil, atinge não somente a jovens, mas a todos os indivíduos que constituem a população economicamente ativa. Mesmo assim, é preciso reconhecer que “os jovens constituem a faixa da população

economicamente ativa mais atingida pelo desemprego. Os índices totais em 2001 chegaram a 12,1% de desemprego para as faixas etárias de 15 a 19 anos, e para os jovens de 20 a 24 anos foram de 27,3% e 18,9% respectivamente” (2003, p.12). E, se procurarmos estabelecer distinções entre o mundo urbano e rural nessa perspectiva, veremos que o problema do desemprego é mais dramático entre os jovens moradores das regiões metropolitanas, onde a taxa de desocupação entre os jovens de 15 a 19 anos gira em torno de 40% (2003, p.12).

Outro ponto a ser destacado na presente discussão refere-se às diversas violências às quais as diferentes juventudes estão expostas na atualidade. Não é difícil notar o quanto é freqüente a presença dos jovens na mídia, quando o foco das atenções está voltado para os problemas sociais; dentre eles: a violência urbana, o crime, a exploração sexual, a drogadição; e as possíveis medidas para dirimir ou combater tais problemas (ABRAMO, 1997, p.25). A mortalidade juvenil também tem grande destaque, sobretudo, quando se relaciona com o crime, o tráfico de drogas, os acidentes de trânsito, as brigas de gangues, etc. Segundo Waiselfisz (apud SPOSITO, 2003, p.15), “a mortalidade entre os jovens não só aumentou como também mudou sua configuração, a partir do que se pode denominar como os novos padrões da mortalidade juvenil”.

Face a essa conjuntura, que se concretiza em processos de precarização social, constatamos um movimento no âmbito das políticas voltadas para a juventude, no qual, o Estado, gradativamente, minimiza suas ações e investimentos. Devemos compreender a ação do Estado no âmbito das transformações sociais implementadas por políticas de cunho neoliberal. Como afirma Sposito, “a maioria das ações dos municípios ainda assume feições compensatórias e se identificam com o denominado risco social ou buscam atenuar a exclusão social em conjunturas neoliberais” (SPOSITO, 2003, p.40), como se isso fosse possível. De fato, numa conjuntura político-econômica na qual as relações de mercado têm prioridade absoluta sobre a esfera social, a juventude requer um grande investimento por parte do Estado, sobretudo, se levarmos em conta as questões voltadas para o acesso à educação, empregos, saúde, previdência e demais direitos que constituem um patamar mínimo de qualidade de vida na sociedade contemporânea (2003, p. 11).

Essa grande demanda de investimentos que não tem sido cumprida pelo Estado, nos proporciona um quadro no qual se pode afirmar que, assim como nos anos 80 no Brasil se examinou o enorme contingente de crianças sem o direito à infância, há de se admitir de forma inequívoca que, atualmente, a juventude também tem sido vítima do descaso estatal. Ou seja, para um conjunto expressivo de jovens pobres, moradores das periferias das grandes cidades ou regiões empobrecidas do país, não é assegurado um conjunto mínimo de direitos

(responsabilidade do Estado) que lhes permitam viver com dignidade, exercitar possibilidades de escolha, experimentar espaços novos de ação, formas de sociabilidade e modos de inserção na sociedade durante esse momento do ciclo da vida (SPOSITO, 2003, p. 35).

O panorama apresentado, no qual o Estado parece lavar suas mãos no que tange às políticas voltadas para a juventude abre caminho para que as organizações não-governamentais se responsabilizem por tal demanda. De pronto é preciso reconhecer que “as ONGs e as demais associações da sociedade civil, entre elas as instituições religiosas, se anteciparam aos governos na oferta de programas para a juventude já na década de 90⁶¹” (ABRAMO, 1997, p.37). É necessário notar, porém, que em parte considerável desses programas, apesar das boas intenções neles contidos, o que se busca, explícita ou implicitamente, é uma contenção do risco real ou potencial desses garotos, pelo seu afastamento das ruas ou pela ocupação de suas mãos ociosas (1997, p.26). Os jovens podem tornar-se, assim, junto com o medo, objeto da nossa compaixão e de esforços para denunciar a lógica que os constrói como vítimas e de ações para salvá-los dessa situação (1997, p.35).

Após a apresentação de nossa base conceitual referente à infância e à juventude e aos problemas sociais ligados às mesmas; passamos, nesse momento, a analisar a infância e a juventude presentes no documento “Educação pelo Esporte”, do Instituto Ayrton Senna. Nesse sentido, pensamos que, além da problematização supramencionada, seja necessário, ontologicamente, compreender o fenômeno da infância e da juventude, no âmbito do capital, na perspectiva daquilo que Safiotti (1999) chamou de “noção diretriz do nó”, ou seja, apertando e afrouxando as pontas dos “nós”, quando nos referimos às dimensões de classe, gênero, raça/etnia, cultura, geração e família.

2.3.2 A infância e a juventude no programa Educação pelo Esporte

No programa Educação pelo esporte muitas são as expressões usadas para identificar os sujeitos que são atendidos por suas ações, como, por exemplo: crianças, jovens, adolescentes, moçada, novas gerações e população infanto-juvenil. Essas expressões são usadas para identificar indivíduos pertencentes à faixa etária de 07 a 17 anos. Não por coincidência, tal faixa etária corresponde ao “curso normal” das séries do ensino fundamental

⁶¹ Há mais tempo e em número bem maior que as ações governamentais, têm crescido projetos e programas destinados a jovens por parte de instituições e agências de trabalho social (Ongs, associações beneficentes, instituições de assistência, etc.) (ABRAMO, 1997, p.26).

e ensino médio; uma vez que “essa moçada participa das atividades oferecidas pelos projetos parceiros em horário alternado ao da escola em que está matriculada” (IAS, 2004, p.26).

Não há dúvidas de que essa classificação dos sujeitos quanto a sua idade em criança, adolescente ou jovem, não está bem resolvida, mesmo na produção acadêmica recente. Portanto não serão feitas críticas às nomenclaturas utilizadas pelo Instituto, mas, nem por isso, deixaremos de analisar criticamente os conceitos de infância e juventude presentes no programa Educação pelo esporte.

O Instituto Ayrton Senna, por meio do programa Educação pelo esporte, desenvolve suas ações junto a crianças e jovens economicamente desfavorecidos (2004, p. 25). Ou seja, a infância e a juventude carentes de oportunidades de desenvolvimento. São crianças e jovens moradores de comunidades carentes localizadas no entorno das universidades parceiras do IAS. Quer dizer que o IAS faz uma clara opção sobre um determinado tipo de infância e de juventude, a saber aquelas economicamente desfavorecidas. Assim, as ações do programa, frente à realidade na qual se encontram os citados sujeitos, visam uma mudança no cenário infanto-juvenil.

No programa educação pelo esporte, a questão da infância e da juventude caminha paralelamente à questão da cidadania dos sujeitos participantes, uma vez que em muitos momentos são destacados aspectos referentes à defesa dos direitos dos mesmos. A pedra fundamental das ações do Instituto refere-se ao direito à uma educação de qualidade, uma vez que “é reconhecido à infância e à adolescência o direito de cada um ser preparado para viver plenamente os seus potenciais como pessoa, cidadão e futuro profissional” (IAS, 2004). Crianças e jovens são compreendidos como sujeitos de direitos. A opção pelo Instituto por crianças e jovens pertencentes a comunidades economicamente desfavorecidas, indica a compreensão de uma infância e de uma juventude que possuem direitos assegurados em Lei, sobretudo no Estatuto da criança e do adolescente, mas que concretamente não são assegurados pelo Estado.

Pelo exposto, constatamos a opção do Instituto por uma determinada infância e juventude; possibilitando a compreensão de uma intencionalidade para com os sujeitos carentes de uma educação de qualidade entre outros direitos. Implica, assim, na consideração de uma infância e de uma juventude dotadas de certas peculiaridades, o que explica o fato do programa não ser estendido para crianças e jovens, por exemplo, da chamada classe média ou alta. No entanto, embora apresente elementos que apontariam para a não generalização das infâncias e juventudes por parte do Instituto, essa compreensão não pode ser, efetivamente, confirmada em nossa análise.

Também é possível notar, implicitamente, uma concepção de infância que toma as crianças como um “vir a ser”, como os futuros portadores das soluções para o país e para o mundo. Essa ênfase na infância está presente nas palavras do próprio Ayrton Senna, citadas no corpo do texto: “Se a gente quiser modificar alguma coisa, é pelas crianças que se deve começar” (IAS, 2004, p.26). A perspectiva da preparação para o futuro está ligada ao fato de que “a escolha do público-alvo se deu pela crença de Ayrton na população infanto-juvenil brasileira como fonte de esperança para a construção de um país melhor para todos” (idem, *ibidem*).

Sem dúvidas, é grande a ênfase na preparação das crianças e jovens para o futuro, como se os mesmos fossem os portadores da esperança de uma nova sociedade, mais justa e igualitária. Resulta desse pressuposto uma questão: o Instituto acredita no potencial das crianças e jovens para a transformação da sociedade de forma a torná-la mais justa e melhor para todos. Entretanto, a proposta de educação a ser trabalhada junto aos sujeitos é alicerçada nos ditames neoliberais de educação (como analisamos anteriormente), que até o momento não possuem mérito algum na promoção de “um país melhor para todos”. Assim, como se resolve esse aparente conflito entre fins e meios? Como construir um mundo melhor por meio de uma lógica que faz do mundo cada vez mais um lugar pior para as grandes majorias, que, com toda certeza, devem ser consideradas ao se utilizar o termo “todos”?

Após essa breve caminhada, na qual enveredamos pelo modo de produção capitalista e suas contradições que lançam verdadeiros desafios ao pensarmos na questão do desenvolvimento humano; pelas dinâmicas do Estado capitalista, em que contemplamos o movimento evolutivo do capital e as problemáticas que tal movimento estabelece sobre a área social; pelo desenvolvimento humano na proposta do Instituto Ayrton Senna e, por último, pelas questões referentes à infância e à juventude, nos resta realizar a síntese do capítulo. A essa tarefa dedicamos o próximo tópico.

2.4 SÍNTESE: CAPITALISMO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

O programa Educação pelo esporte do Instituto Ayrton Senna é destinado a crianças e jovens de comunidades economicamente desfavorecidas; visando, por meio de suas ações educativas o desenvolvimento humano dos mesmos.

Como pudemos acompanhar nas linhas que antecederam esses escritos, a destacada carência de desenvolvimento humano é extensiva à grande maioria da população brasileira e,

porque não dizer, mundial. Se voltarmos nosso olhar para as infâncias e as juventudes vítimas do que o Instituto chama de “herança histórica de injustiça social”, ou seja, vítimas do capitalismo e de suas destruições; entenderemos o tão grande e urgente é tal demanda.

O panorama catastrófico das destruições capitalistas acarreta conseqüências gravíssimas sobre a vida de crianças e jovens mundo afora. A educação escolar, em termos gerais, de péssima qualidade que se preocupa muito mais com os números a serem apresentados ao Banco Mundial, do que com a formação dos sujeitos envolvidos no processo educacional nos remete a um campo sem perspectivas. A exploração do trabalho infantil pelas grandes empresas multinacionais transforma a infância num rápido passaporte para a vida adulta; além de provar empiricamente o quanto a mais-valia se sobrepõe ao ser humano na sociedade ferozmente defendida pelos argumentos neoliberais. O tráfico de drogas e a prostituição cada vez mais cedo abreviam a vida de crianças e jovens. O esmagamento das políticas sociais voltadas para crianças e jovens, fruto dos ajustes neoliberais; os deixam à deriva num mar bastante turbulento. Assim, é realmente importante se apresentar uma proposta que vise o desenvolvimento humano das pessoas. Mas de quê desenvolvimento humano estamos tratando?

O desenvolvimento humano, segundo a ONU, é constituído por três indicadores: a educação, a expectativa de vida e o poder de compra. Dessa maneira, uma possível melhoria nesses indicadores acarretaria em um melhor desenvolvimento humano de um determinado país ou de seus habitantes. Por incrível que pareça, o desenvolvimento humano proposto no âmbito de uma sociedade capitalista é algo que contraria a própria lógica interna do capitalismo, principalmente se levarmos em consideração as suas facetas neoliberais. Constatamos um movimento no qual bons índices de educação (uma educação de boa qualidade), uma expectativa de vida reveladora de um ótimo padrão de qualidade de vida, um poder de compra que reflita a inserção e manutenção da maioria da população no mercado de trabalho, são promessas que não podem ser viabilizadas dentro da lógica do capital, principalmente se atentarmos para o papel do Estado na promoção das mesmas. Talvez por esse motivo, a proposta de desenvolvimento humano da ONU tenha sido apropriada por uma ONG, uma vez que suas ações, por melhores e mais empenhadas que possam parecer, ainda estão localizadas numa realidade muito distante da totalidade dos sujeitos “carentes” de tal intervenção.

Poderíamos, então, pensar na proposta do “Educação pelo esporte”, na qual a principal contribuição aponta para o indicador “educação”. Como vimos, o capitalismo cotidianamente

produz efeitos funestos na vida da grande maioria das pessoas que habitam o planeta, em ênfase as crianças e jovens; revelando a existência de muitas questões a serem resolvidas e para as quais, talvez, uma proposta de educação não tenha, ainda, resposta. Num ambiente no qual os problemas sociais se agudizam, há cada vez menos trabalho ou a possibilidade de se produzir a existência, a ação do Estado visando melhorias sociais é mínima em decorrência da lógica do mercado capitalista; será que a educação pode ser vista como um caminho eficaz para a solução de tais problemas?

No mínimo parece incoerente que uma proposta de desenvolvimento humano seja forjada dentro de um modo de produção que cada vez mais se torna um mal para a humanidade, isto é, inviabiliza o seu desenvolvimento. É possível se observar na proposta da ONU, na qual o Instituto Ayrton Senna se fundamenta, uma clara preocupação com os desafios propriamente capitalistas do desenvolvimento; tendo em vista que o privilégio estratégico do social sobre o econômico no capitalismo, mesmo no mais avançado, parece ser quimérico, uma vez que é irônico que tais propostas sejam impulsionadas em ambientes tendencialmente neoliberais, como é irônico que o capitalismo seja considerado o “patrono” dos chamados direitos humanos.

Isso parece confirmar a hipótese de que a proposta de desenvolvimento humano forjada pela ONU e conseqüentemente apropriada pelo Instituto Ayrton Senna, reflita uma certa aproximação com aquilo que o capital, ou talvez o neoliberalismo, espera alcançar como desenvolvimento humano⁶². Isto é, uma proposta idealmente dotada de sentido e concretamente vazia no que tange a sua materialização. Sobretudo, ao levarmos em consideração que a própria lógica do capitalismo impede a combinação de riqueza com igualdade para as maiorias.

Dessa maneira, é visado o desenvolvimento de ações prioritariamente voltadas para os mais pobres, com as citadas “promessas inalcançáveis”, não fazendo mais do que perpetuar a sua miséria.

Pelo exposto, defendemos que uma noção de “desenvolvimento humano” que realmente cumpra com a finalidade de proporcionar às grandes maiorias a produção de sua existência, a democratização dos conhecimentos produzidos e uma qualidade de vida eqüitativa, num padrão superior à média mundial vigente, sinaliza para a necessidade de uma

⁶² Pedro Demo, ao analisar um dos relatórios do PNUD sobre o desenvolvimento humano no Brasil, afirma que “a tendência neoliberal dos escritos da ONU sobre desenvolvimento aparece aguçada neste relatório, não faltando partes que mais se assemelham a um libelo de defesa do atual governo” (1996, p.08).

realidade pós-capitalista⁶³. Do contrário, continuaremos acompanhando a banalização da esperança e a miséria da vida humana, a submissão do ser humano à mercadoria, e a proliferação de promessas vazias, que até o momento não se mostraram viabilizáveis numa realidade capitalista.

⁶³ Quando tratamos de uma realidade pós-capitalista, enfatizamos que tal proposição está voltada para a necessidade de superação do modo capitalista de produção, em vista dos problemas que o mesmo tem proporcionado à humanidade devido à sua própria lógica. É preciso ressaltar que, no momento, não se tem um modelo de sociedade alternativa a ser seguido, no entanto, a mesma deve contemplar a superação dos problemas inerentes ao capital.

3 AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS E A ÉTICA DA CO-RESPONSABILIDADE SOCIAL

No capítulo anterior dedicamos nossos esforços para a análise das relações entre desenvolvimento humano e capitalismo, destacando certas contradições ou mesmo incompatibilidades entre a proposta que fundamenta as ações do Instituto Ayrton Senna e finca suas raízes na Organização das Nações Unidas, sobretudo tomando como base os problemas sociais de relevância pública referentes à infância e à juventude.

Feito isso, passamos a analisar a proposta de “educação pelo esporte” defendida pelo Instituto Ayrton Senna, tendo como ênfase a co-responsabilidade social e as discussões que abrangem a mesma na sociedade contemporânea. Os elementos que compõem a discussão podem ser assim resumidos: as ONGs e sua presença na sociedade capitalista; a co-responsabilidade social na esfera do neoliberalismo; e as implicações sobre a questão da cidadania.

3.1 AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

Esse tópico é dedicado à análise acerca das Organizações não-governamentais, sua origem, evolução e a sua presença no neoliberalismo como um conjunto de organismos referentes à chamada ética da co-responsabilidade social. A importância de tal discussão se deve ao fato de tratarmos de um programa sócio-educacional desenvolvido por uma ONG. Assim, é necessário compreendermos a fundo os elementos implícitos no que tange ao papel de tais instituições na contemporaneidade.

Há muitos fenômenos do final do século XX que ainda carecem de uma melhor teorização. Um deles é o vertiginoso surgimento e proliferação das chamadas Organizações não-governamentais. Com efeito, trata-se de um fenômeno relativamente recente, com múltiplas faces e especificidades. Ainda que possam ser encontradas ao longo da história instituições similares, principalmente aquelas de caráter religioso ligadas à filantropia, as ONGs possuem fins e funcionamento muito diferentes, sobretudo, devido ao recorte histórico no qual estão inseridas.

O termo “Organização não-governamental” foi usado pela Organização das Nações Unidas (ONU), no período conhecido como pós-guerra, em meados da década de 50, tendo como referência instituições e organizações que atuavam em âmbito internacional ou supranacional. Todavia, tais instituições não eram enquadradas como pertencentes ao

mercado e sequer ao Estado, estabelecendo assim, uma clara distinção entre essas e suas congêneres governamentais, criadas por acordos estatais em alguns países europeus.

Embora seu surgimento date do início dos anos 50, como procuramos frisar, as Organizações não-governamentais se expandem e ganham visibilidade apenas no final do século XX e início do século XXI, principalmente, por meio de eventos internacionais, o destaque de algumas organizações em campanhas filantrópicas ou mesmo instituições de grande presença na mídia, como é o caso do Greenpeace. Nesse contexto mais recente, as mesmas são concebidas como componentes do chamado “Terceiro setor”, sendo também conhecidas como “organizações da sociedade civil de interesse público” (oscips).

É importante destacar que o Terceiro setor pode ainda ser uma noção bastante vaga que pretende dar conta de um vasto conjunto de organizações sociais que, sendo animadas por objetivos sociais, não são tidas como estatais nem mercantis. É tratado como um conjunto de pessoas organizadas visando um mesmo objetivo, muito embora seja possível afirmar que a dita sociedade civil não é uma entidade unitária – ela é composta de classes mais profundamente divididas que nunca nesse século (PETRAS, 2000, p.179).

O Terceiro setor é apresentado como uma outra esfera da vida em sociedade, como um novo elemento a incorporar tudo o que não é estatal ou mercantil. O Estado seria o local da política, o mercado, da economia e a sociedade civil ou Terceiro setor seria o espaço do social, das relações sociais baseadas na solidariedade e no altruísmo, que promoveria a participação da comunidade (MELO, 2005). Esse discurso que visa a fragmentação dos setores como universos isolados, ou talvez em co-atuação, acaba difundindo a idéia de que caberia à sociedade responder pela questão social. Assim, os cidadãos, valendo-se de iniciativas individuais, deveriam unir-se para enfrentar seus problemas, num processo de despolitização e repolitização pelo não conflito. Essa proposta de responsabilidade social individual acaba substituindo a concepção de direitos sociais pela concepção de serviços sociais, configurando-se esses, não como conquista, mas como concessão ou ainda mercadoria a ser consumida. E, para além disso, produz uma separação das esferas política, econômica e social, como realidades independentes; o que conduz a uma espécie de despolitização do social, como se o âmbito social não fosse dependente do econômico e também do político. Assim, as lutas pelo social perdem de seu foco as contradições de classe, o movimento do mercado, o desemprego, as orientações políticas conjunturais, as reivindicações junto ao Estado; e passam definitivamente para o campo da auto-ajuda, da solidariedade funcional ao capital, das soluções engendradas dentro da própria comunidade, da economia informal, etc.

Mas o que são e quais os objetivos dessas instituições? De acordo com Landim (1988, p.27) “as ONGs são entidades que se apresentam como estando a serviço de determinados movimentos sociais, de camadas da população oprimidas ou exploradas ou excluídas, dentro de perspectivas de transformação social”. Pelo exposto, percebemos uma clara associação entre as Organizações não-governamentais e os movimentos sociais, numa espécie de relação de assessoria a tais movimentos.

Para Scherer-Warren (1995, p.165),

pode-se definir as ONGs como organizações formais, privadas, porém com fins públicos, sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global).

De acordo com a citada autora, percebemos uma ampliação das funções das ONGs, extrapolando os limites da assessoria, e adquirindo uma certa autonomia perante os movimentos sociais. Dessa maneira, as mesmas acabam, em alguns casos, substituindo os movimentos sociais em suas ações visando a transformação social, tanto em nível micro quanto macro social. É importante ressaltar que ambos os conceitos carregam consigo a tendência da transformação social. Isto é, as ações desenvolvidas pelas ONGs devem, necessariamente, estar voltadas para a transformação social de uma dada realidade.

Sobre os tipos de ONGs existentes, Gohn (1997) indica basicamente quatro tipos. O primeiro tipo são as ONGs *caritativas*. Essas se dedicam à solidariedade e atendimento a categorias menos favorecidas, como velhos, crianças e mulheres. Muitas delas são conveniadas com programas nacionais de amparo às classes menos favorecidas, o que, aliás, é mandamento e tarefa constitucional para os poderes constituídos. Já as ONGs *desenvolvimentistas*, que se multiplicaram significativamente a partir da ECO-92, adotam propostas de desenvolvimento auto-sustentável. Pelas implicações de seu trabalho, articulam-se com congêneres de outros países em trabalhos conjuntos sobre recursos naturais, reservas ecológicas, meio ambiente e comunidades indígenas, dentre outros. O terceiro tipo são as ONGs *cidadãs*. Essas são voltadas para a reivindicação dos direitos de cidadania, atuam no espaço urbano, tanto no campo popular como no não-popular. Por último, há as ONGs *ambientalistas*, que atuam especialmente nas cidades. Suas premissas de trabalho fundam-se no desenvolvimento auto-sustentável e na cooperação internacional. Têm uma tendência muito forte de estarem continuamente na mídia.

Ao pensarmos no exemplo do Instituto Ayrton Senna, o mesmo pode ser caracterizado como uma ONG cidadã, uma vez que desenvolve projetos esportivos (entre outros) com comunidades economicamente desfavorecidas; tendo a clara pretensão de garantir o direito ao esporte e à educação aos sujeitos atendidos por suas ações.

Sem fins diretamente lucrativos, essas instituições possuem objetivos que nem sempre são transparentes à sociedade. Além disso, as ONGs movimentam grandes somas; dinheiro que, em grande parte, vem do setor público⁶⁴, podendo inclusive ser caracterizadas como uma nova força econômica. Apenas para exemplificar, em 1990, manejaram a respeitável soma de 600 bilhões de dólares, quantia superior a grande parte das economias nacionais do mundo. E, buscando aproximações com o objeto de estudo dessa pesquisa, somente o Instituto Ayrton Senna movimenta um orçamento de cerca de cem milhões de reais.⁶⁵

É importante salientar que, na realidade, as ONGs não podem ser caracterizadas estritamente como “não-governamentais”⁶⁶. Isso porque, as mesmas, em muitas ocasiões recebem fundos de governos estrangeiros (principalmente de alguns países europeus), atuam como subempreiteiras dos governos locais e/ou são subsidiadas por fundações privadas financiadas por empresas e têm íntimas relações de trabalho com o Estado. Além de, freqüentemente colaborarem abertamente com agências governamentais interna e externamente. Por meio dessa lógica, esses organismos não prestam contas de seus programas à população local, mas aos patrocinadores do exterior, que “examinam” e “inspecionam” a performance das ONGs de acordo com seus critérios e interesses (PETRAS, 2000, p.184).

Um aspecto de suma importância no que se refere à atuação das ONGs na realidade atual está ligado ao fato de que as mesmas tendem a assumir funções ou desenvolver ações que, num momento anterior eram exclusivamente responsabilidade do Estado.

Como citado antes, as ONGs podem ser consideradas como corpos intermediários entre o Estado e o mercado, com a clara intenção de “consertar” as deficiências da ação estatal e também os malefícios causados pelo mercado.⁶⁷ A principal justificativa para as suas ações

⁶⁴ Além de contarem com recursos estatais, as ONGs estabelecem uma certa competição visando captar as vítimas do neoliberalismo e, para tal elas recebem importantes subsídios de suas semelhantes na Europa e nos Estados Unidos.

⁶⁵ Cf Rocha (apud Melo, 2005, p.87).

⁶⁶ De acordo com Teixeira (2002, p.108-109), “a maior parte das Organizações estabelece algum tipo de relação com o Estado, seja mais formal, envolvendo até repasse de recursos, seja mais informal, de tentativa de controle ou de acompanhamento sobre os atos de governos”.

⁶⁷ Alguns teorizadores sobre o assunto, contudo, não aceitam esta idéia, que coloca as ONGs como uma terceira realidade social, situada entre Mercado e Estado. Entendem que se trata de organismos com vida própria, satisfazendo necessidades da sociedade civil, não preenchidas nem pelo Mercado nem pelo Estado. Não se trataria de invasão de espaços alheios. Seus mecanismos internos, seus relacionamentos com as pessoas e grupos

está ligada à consideração do Estado como um ente debilitado e sem condições de atender a contento a suas funções sociais, isto é, um setor que não consegue atender às demandas da sociedade civil. Uma vez que o Estado deve atender aos interesses neoliberais que visam o seu pleno esvaziamento no que tange à questão social, em detrimento do livre exercício do capital, parece obter certa coerência que um outro “ator social” deverá ocupar-se dos espaços desprezados pelo ente estatal.

Esse movimento é tão coerente, que adquire destaque justamente no momento no qual se desenvolve a vertiginosa expansão do número de ONGs que visam a “transformação social”. Portanto, a expansão do número de ONGs na contemporaneidade deve ser considerada como oriunda do processo crescente de agudização das contradições capitalistas, que culminam em índices assombrosos de miséria e degradação humana, caminhando juntamente com o citado “descaso estatal” referente às políticas públicas ditas sociais. Dessa maneira, constatamos um processo no qual foi aberta uma via de interlocução entre a sociedade civil e o Estado justamente num momento em que se desencadeava “um processo de ajuste estrutural que previa transferir responsabilidades do Estado para a sociedade e inserir as ONGs no projeto de colaboração de políticas compensatórias” (TEIXEIRA, 2002, p.107).

Com efeito, a constatação da ineficácia estatal, propalada especialmente pela onda neoliberal, incentiva o surgimento dessas instituições na sociedade civil. Problemas crônicos ou mal resolvidos pela administração estatal são assumidos voluntariamente pelas ONGs. Em outras palavras, por meio de formas de trabalho prioritariamente comunitário e assistencial, as Organizações não-governamentais tentam suprir aquelas esferas de atividade que eram anteriormente realizadas pelo Estado, sobretudo, tomando como base o desmoronamento do Estado de bem-estar social (ANTUNES, 2000).

O maior problema dessa relação estabelecida entre Estado e ONGs está ligado ao fato de que, as atividades desenvolvidas por essas organizações, especialmente no que tange à área social, que se constituíam em domínio estrito do Estado, por mais bem sucedidas que sejam, podem justificar um total abandono das mesmas por ele. Ou seja, tal relação pode ser interpretada pela opinião pública como uma comprovação de que o Estado realmente pode deixar para a sociedade a resolução dos problemas sociais, confirmando, assim, o discurso neoliberal de que o Estado não só pode como deve se desresponsabilizar por essas atividades (TEIXEIRA, 2002).

têm especificidade, agindo de forma solidária e altruísta, muito diversa da que se verifica com os outros dois setores.

Em suas relações com o Estado, as ONGs, muitas vezes, assumem um papel semelhante a uma proposta de terceirização ou prolongamento do Estado por meio de um ente privado. Porém, devemos salientar que uma suposta institucionalização das ONGs, como apêndice do poder estatal, acarretaria na perda de identidade e de uma suposta autonomia que esses organismos ainda sustentam. Mesmo assim, é importante destacar que surgem alguns problemas relativos à independência de seus trabalhos, até porque o financiamento de suas atividades se faz em grande parte com recursos do Estado, o que implicaria em um tipo de terceirização. Nessa perspectiva, o poder público acaba se transformando em um agente repassador de recursos. A operação é intermediada pelas ONGs, tendo essas, na prática, o papel principal no processo de utilização desses recursos, uma vez que são elas que estruturam o processo e cuidam da organização e divisão de tarefas. Com base nesse panorama, a substituição do Estado pelas ONGs, sobretudo na área social, nos é apresentada como uma possibilidade bastante próxima.⁶⁸

Juntamente com essa aparente terceirização, constatamos um paradoxo, no qual os membros das ONGs atacam abertamente o “paternalismo e a dependência” do Estado, acentuando, assim, uma perspectiva com ênfase na auto-ajuda. A ideologia da auto-ajuda enfatiza a substituição dos empregados públicos por voluntários e profissionais com mobilidade ascendente contratados temporariamente. A filosofia básica das ONGs é transformar a solidariedade em colaboração e subordinação à macroeconomia do neoliberalismo focalizando a atenção longe dos recursos estatais para a auto-exploração dos pobres (PETRAS, 2000, p.190).

Ainda para esse autor, politicamente, as ONGs se adaptam ao novo pensamento dos estrategistas. “Enquanto FMI, Banco Mundial e empresas multinacionais trabalham as elites domésticas no topo para pilhar a economia, as ONGs dedicam-se a uma atividade complementar na base, neutralizando e fragmentando o descontentamento nascente resultante da barbarização da economia” (PETRAS, 2000, p.195).

Então, como ressaltado em momento anterior, o surgimento e proliferação das ONGs é um fenômeno referente às novas orientações do Capital voltadas para a desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade como um todo, transferindo responsabilidades do Estado para as “comunidades organizadas”, com a intermediação das ONGs, em trabalhos de

⁶⁸ Conforme Teixeira (2002, p.139), “Governos, tanto no nível federal, como estadual e municipal, em várias instâncias, se desresponsabilizaram da elaboração de políticas públicas mais universais, com as justificativas de que o país não possuía recursos para atender à totalidade da população e as organizações civis são mais capazes de atender, gastando menos e com mais eficácia, aos anseios dos grupos menos favorecidos”.

parceria entre o público estatal e o público não-estatal e, às vezes com a iniciativa privada também (GOHN, 1997, p.34). Dessa interação, surgem algumas experiências ligadas à economia informal. Tendo em vista que a economia informal é preponderantemente alicerçada sobre uma base de trabalho comunitário, ou ações populares coletivas de baixo custo, a promoção de tal esfera da economia autoriza, em parte, a retirada do Estado da esfera social. De tal modo, o informal é apresentado como plataforma para a retomada do crescimento econômico, levando o Estado a não investir na integração econômica dos trabalhadores de uma dada comunidade.

Acrescentamos a esse fato a necessidade de se compreender que a proliferação de ONGs, principalmente levando em conta as experiências ligadas à economia informal, não diminuiu o desemprego estrutural, os deslocamentos em massa dos camponeses, nem criou níveis salariais dignos para o crescente exército de trabalhadores informais.⁶⁹ Talvez por isso Antunes nos chame a atenção para o fato de que “o terceiro setor não é uma alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista, mas cumpre um papel de funcionalidade ao incorporar parcelas de trabalhadores desempregados pelo capital” (ANTUNES, 2000, p.113).

Pelo exposto, é possível afirmar que o padrão de desenvolvimento que se instaura legitima a exclusão do mercado de trabalho formal como uma forma de integração ao setor informal da economia. Passa a ser a exclusão integradora, um modelo perverso de gestão da crise do capital, que recupera a legitimidade política e cria condições para um novo ciclo de crescimento econômico a partir da redefinição dos atores sociopolíticos em cena (GOHN, 1997, p.35). Tomando como base essa perspectiva, as ONGs acabam entrando em cena como uma forma de mistificar e desviar o descontentamento dos ataques diretos à estrutura de poder e lucro empresarial para microprojetos locais e auto-exploração apolítica “de movimentos de base” e “educação popular” que evita a análise de classe do imperialismo e da exploração capitalista. (PETRAS, 2000, p.177-178).

A partir das parcerias realizadas com o Estado e com as diversas cooperações internacionais, a ação mediadora das ONGs, em geral, afastou-se totalmente dos processos de luta, no sentido do embate político-ideológico contra uma dada ordem sociopolítica. Sua ação focalizada em determinadas comunidades no que se refere à economia informal, restringem-se à luta pela sobrevivência. Trata-se agora de se aprender a gerar renda, aprender a se inserir numa economia desregulamentada, num mercado de trabalho sem qualquer compromisso com

⁶⁹ Segundo Robert Castel (2001, p.575), “estas atividades estão em via de expansão, particularmente através do tratamento ‘social’ do desemprego, no seio do qual é, amiúde, difícil perceber se o objetivo perseguido é o retorno ao emprego ou a instalação numa situação que é, justamente, ‘intermediária’ entre trabalho e assistência.(...) entretanto, só como eufemismo é que se pode chama-las de ‘políticas de emprego’”.

direitos sociais (CRUZ, 2004, p.155-156). Dessa forma, não se propõe a mobilização política dos sujeitos visando o despertar para as condições concretas de vida, de pobreza e de suas causas, de interesses de classe, de direitos sociais básicos que lhes estão sendo negados. Basta “arregaçar as mangas” e se adaptar à lógica do capital.

Sua voluntariedade e atuação aparentemente desinteressada cativam a simpatia e a credibilidade da sociedade civil e do próprio Estado. Paradoxalmente, esses organismos contribuem para a diminuição do tamanho do Estado na área social, desempenhando um papel adequado ao pensamento do “Estado-mínimo”, advogado pelas forças neoliberais. Não é por acaso que o Banco Mundial tem dado grande atenção às ONGs desde a década de 80, considerando-as como mais eficientes do que as agências governamentais, priorizando ações em parceria com elas. A dimensão social do desenvolvimento passou, para o Banco mundial, a ser campo das ONGs. Tal assertiva parece ser muito coerente com o paradigma que defende a manutenção da Ordem vigente e que tem no Banco Mundial uma de suas principais instituições reguladoras. Isto porque, as ONGs acabam dando ênfase a projetos, não a movimentos; “mobilizam” pessoas para produzir à margem, não para lutar pelo controle dos meios básicos de produção e riqueza; concentram-se nos aspectos de assistência técnica financeira de projetos, não sobre as condições estruturais que moldam a vida cotidiana das pessoas (PETRAS, 2000, p.185-186).

Assim sendo, podemos voltar-nos à questão da transformação social pretendida pelas ONGs. Afinal, que tipo de transformação é essa? Ora, se sua origem e expansão estão associadas à evolução do capitalismo e sua lógica destrutiva e, concomitantemente, concebemos como concreta transformação social a superação do modo de produção social (que é responsável pela miséria humana), será que as ONGs podem efetivamente lançar mão de artifícios contra a lógica que lhes concede a existência?

A resposta para tal questionamento, como o leitor certamente pode constatar, é negativa, ainda mais se levarmos em consideração que a transformação social defendida hegemonicamente por tais organizações normalmente se apóia em uma proposta de desenvolvimento econômico compatível com o “livre mercado”, em vez de organização social voltada para a mudança social (PETRAS, 2000). Talvez por isso Ricardo Antunes tenha afirmado que,

as ações desenvolvidas por ONGs quando concebidas como um momento efetivo de transformação social em profundidade, acabam por converter-se em uma nova forma de mistificação que pretende, na hipótese mais generosa, ‘substituir’ as formas de transformação radical, profunda e totalizante da forma societal por mecanismos mais palatáveis e parciais, de algum modo assimiláveis pelo capital. E na sua versão mais

branda e adequada a Ordem pretendem em realidade evitar as transformações capazes de eliminar o capital (ANTUNES, 2000, p.114).

É necessário algumas ressalvas acerca das ONGs e de seus objetivos. Com toda certeza não podemos tratar essas organizações como entidades homogêneas, com os mesmos fins e inseridas numa mesma lógica. Não se pode negar a existência de organismos que ainda preservam em suas ações um papel de questionamento e cobrança das ações do Estado, a luta contra a expansão capitalista às custas da degradação ambiental, a mobilização social pela cidadania e respeito aos direitos sociais, etc., ou seja, que exercem um papel de suma importância em termos de um projeto, talvez, contra-hegemônico. No entanto, como tratamos especificamente da vertiginosa expansão das ONGs como responsáveis pela questão social, isto é, pelo desenvolvimento de ações junto às principais vítimas do capitalismo, entendemos que a crítica tecida anteriormente não perde sua validade em vista da citada heterogeneidade dessas organizações. Tais ONGs estão inseridas num processo com vias de implementação de uma nova sociabilidade, pautada em ações sócio-ambientais (principalmente) outrora de domínio estrito do Estado; ganhando cada vez mais espaço, graças à margem de manobra disponibilizada pelo Estado almejando o cumprimento da cartilha neoliberal, na qual “o social” passou a ser campo das ONGs, em vista dos investimentos estatais estarem visando o ótimo funcionamento do mercado.

Enfim, essas são as questões que envolvem o surgimento e a proliferação das ONGs, principalmente aquelas que tendencialmente possuem atividades voltadas para a área social, numa espécie de substituição do Estado. Proposta que, diga-se de passagem, é de suma importância para a base neoliberal adotada pelo Estado. Dando prosseguimento à análise das ONGs, passamos a apresentar alguns elementos sobre a presença dessas organizações na América Latina e especificamente na realidade brasileira.

3.1.1 Natureza, origem e desenvolvimento das ONGs no Brasil

As Organizações não-governamentais surgem e se expandem na América Latina por volta dos anos 60 e 70. Seu surgimento coincide com a ocorrência dos regimes de exceção em muitos Estados latino-americanos, e o que lhes imprime uma característica específica é a resistência à violação de direitos humanos e de cidadania, implementados por tais regimes. Devido a esse fato, em tese, as ONGs poderiam até mesmo vir a perder seus objetivos com a redemocratização, no entanto, as transformações políticas e os ajustes econômicos ocorridos na década de 80 não as eliminaram.

As ONGs no Brasil foram historicamente compostas por segmentos da Igreja, partidos e organizações de militância política de esquerda e por membros das universidades. Podem ser acrescentadas a esse quadro as agências internacionais de financiamento e sua influência não menos decisiva. Esses três agentes confluem, durante o regime militar, nos chamados Centros de Educação Popular. A Igreja católica, com trabalhos historicamente consolidados de caridade e assistencialismo pode ser caracterizada como o agente base. À Igreja, juntam-se os militantes de esquerda – também considerados uma grande força contestadora do regime ditatorial. A terceira leva a se agregar ao movimento são os exilados políticos, em sua grande maioria professores universitários, que trazem consigo experiências internacionais em ONGs e embasamento teórico para as ações dos Centros de Educação Popular⁷⁰.

Com o fim do período ditatorial, as ONGs passam a ter uma visão mais funcional do que político-ideológica. De acordo com Maria da Glória Gohn, no Brasil, houve, a partir dos anos 90, uma mudança de perfil das ONGs.

Ao lado de um grande número de entidades nacionais criadas recentemente, encontramos inúmeras entidades internacionais. Neste último grupo está ocorrendo uma diminuição da participação de ONGs mais voltadas para um trabalho de militância política, e um aumento de ONGs em trabalho de parceria (1997, p.12).

No que tange à mudança de perfil das ONGs em meados da década de 80, podemos dizer que a grande revolução operada por essas organizações foi a superação de uma concepção que as caracterizava como meras entidades de apoio ao “movimento popular”, em substituição por uma concepção na qual elas se reconhecem como um sujeito político próprio (ainda que vinculado a movimentos sociais). “O que torna possível essa transição é justamente a formação do ‘campo’ das ONGs, espaço no qual essas passam a construir uma identidade, objetivos e interesses comuns” (LANDIM, 1993).

Por meio de tal revolução que teve como divisor de águas o fim da ditadura militar, as ONGs reestruturam sua atuação política perante a sociedade civil. Dessa maneira, a prática política das ONGs pode ser dividida historicamente em dois tipos: uma prática política basista e uma prática política de redes⁷¹. Dentro dessas práticas são identificadas relações com outros atores sociais e políticos, com o Estado, com Agências/atores transnacionais e com populações-alvo.

⁷⁰ Cf GOHN, 1997.

⁷¹ O conteúdo citado acerca das práticas políticas “basista” e de “formação de redes” são baseadas nos estudos de Scherer-Warren (1995).

	Prática política basista	Prática política de formação de redes⁷²
Outros atores sociais e políticos	Devido às tendências de interferência manipuladora do período, referentes a qualquer tipo de aliança com outros atores políticos, as ONGs voltavam-se para suas atividades e segmentos próprios. Afinal, o povo era tido como um ator político que se auto-organiza e era preciso respeitar esse processo.	O papel das ONGs é concebido especialmente como mediador que procura articular os diversos segmentos sociais em torno de causas, projetos ou mesmo conflitos comuns.
Estados	As ONGs se pautam por uma atitude de negação e crítica ao sistema político (em anos de repressão). Adota-se uma postura de conflito e pressão sobre os aparatos governamentais.	Por um lado, busca-se a descentralização do poder, visando torna-lo mais aberto às demandas da sociedade civil; por outro lado, a influência das ONGs em relação aos setores do governo busca centrar-se na questão da priorização das questões sociais e do atendimento aos setores ditos “excluídos” ou “marginalizados”.
Agências e atores internacionais	As ONGs dependem destas agências para a sua sobrevivência, no entanto, buscam autonomia frente às suas orientações normativas. Não priorizam a formação de alianças globais.	Busca-se uma relação de complementaridade das ações. Passa-se a ampliação do leque de atuações, buscando dar um alcance global as suas lutas e por outro lado, destacar a dimensão global das suas lutas sociais.
Populações-alvo	As ONGs falam sempre em nome do povo, do qual são meras assessoras.	As ONGs deixam de ser assessoras e passam a ser mediadoras, mesmo respeitando a autonomia de suas bases e se abrindo a alianças com outras forças políticas.

As ONGs acabam, assim, redefinindo seus valores e buscando olhar para o Estado não como um inimigo, como nos anos 70-80, mas passando a vê-lo como um interlocutor, um possível parceiro, num campo de disputas políticas em que as demandas têm significados contraditórios. Para uns são conquistas de direitos a obter ou preservar, pois há toda uma luta por trás de sua aparente causalidade; para outros, são mecanismos para diminuir os custos operacionais das ações estatais, dar-lhes maior agilidade e eficiência, evitar o desperdício, ampliar a cobertura a baixo custo, diminuir o conflito social e até desativar possíveis ações públicas para fora da arena de atendimento direto do Estado (GOHN, 1997, p.38).

⁷² A prática política de redes é fruto da compreensão das ONGs não mais como meras assessoras e sim como sujeitos políticos em campo próprio. Organizar-se em redes passa a ser uma estratégia fundamental. Aposta-se na “possibilidade de se conectar o local ou específico com o global ou interesse de uma região, uma cidade ou mesmo do planeta” (SCHERER-WARREN, 1995, p.170).

Ou seja, as ONGs que estiveram voltadas para o apoio aos movimentos sociais nos anos 80, uma vez que esses estavam submetidos a vários constrangimentos impostos pelos regimes militares vigentes na América Latina, se reciclam, descobrem novas funções e crescem, quando os movimentos deixam de estar submetidos ao arbítrio ditatorial, assim como toda a sociedade. As ONGs deixam de ser meros apoios e passam a ter centralidade, pois a nova era exigirá novas relações sociais entre o Estado e a sociedade civil. Os movimentos sociais em geral, e os populares em particular – devido às divergências político-ideológicas, não estavam preparados para essa nova era (GOHN, 1997, p.57).

Assim, é possível afirmar que nos anos 90, os movimentos sociais acabam perdendo espaço enquanto estruturas específicas, e emergem outras novas instituições, com novos quadros de pessoal, uma nova mentalidade sobre a coisa pública; em síntese, uma nova cultura política gerada. Nessa lógica, a sociedade civil deixou de ser compreendida como um dos mecanismos institucionais de controle das ações governamentais, como dado na ditadura militar, para ser articulada em torno de organizações filantrópicas, comunitárias, ONGs e instituições do Terceiro setor, fortalecendo as estratégias de desmonte dos espaços de representação coletiva, remetendo-se à sociedade civil a responsabilidade no encaminhamento de projetos que atendam à questão social (CRUZ, 2004, p.156).

Podemos perceber claramente os rumos tomados pelas ONGs a partir da década de 1990. Isto é, se de certa forma ocorria uma disputa interna acerca do papel político desses organismos, começam a se tornar majoritárias concepções pouco combativas, voltadas mais para a atuação em colaboração com Estados e empresas, diluindo o caráter de antagonismo entre projetos de sociedade (MELO, 2005), marcante durante o regime militar.

Como pudemos acompanhar, as ONGs tiveram importante papel durante as décadas do regime militar, sendo pautadas por uma postura ativa na contestação do Estado ditatorial. Todavia, somente anos mais tarde essas instituições ganham visibilidade perante a sociedade brasileira, através da mídia. Dois eventos contribuíram decisivamente para a difusão do termo ONG no Brasil: o Fórum brasileiro de ONGs e movimentos sociais para o meio ambiente e o desenvolvimento (ECO 92) e a campanha da cidadania contra a fome e a miséria (campanha do Betinho), iniciada no ano de 1993. Do início dos anos 90 até hoje, acompanhamos um crescimento vertiginoso dessas organizações no cenário nacional. Para termos uma idéia de tal crescimento, em 1986 o ISER⁷³ calculou a existência de 1041 organizações; em 1993 os números avançaram para 3000; em 1994, passavam de 5000. Atualmente, de acordo com

⁷³ Instituto Superior de Estudos da Religião.

dados do IBGE, existem no país cerca de 275000 entidades do tipo⁷⁴. No entanto, de acordo com Gohn (1997, p.63) “o número de ONGs no Brasil é uma incógnita, devido à não precisão de seu perfil e à inclusão de entidades diferentes sobre a mesma rubrica. Logicamente, acompanhando a tendência mundial de crescimento das Ongs, o volume de dinheiro que elas movimentam também é grande. Estima-se em 700 milhões de dólares por ano o movimento financeiro das ONGs somente no Brasil.

No que tange às ações desenvolvidas pelas ONGs na América Latina, levando em conta o contexto de abertura democrática, Scherer-Warren (1995, 09-10) destaca três campos de atuação básica: a) Filantropia: dadas as condições de miserabilidade e carência das populações de baixa renda, as ONGs freqüentemente atuam na assistência imediata às necessidades da população. Todavia, longe de ser mero assistencialismo, a filantropia é vista como “meio para a construção de uma cidadania mais abrangente e como base ética para a sociedade civil”. b) Desenvolvimento: a autora mostra como essa concepção evolui de uma percepção centrada no “efeito demonstração”, para uma concepção onde “começou-se a priorizar a sustentabilidade ecológica e a justiça social como precondições do desenvolvimento”. c) Cidadania: com o processo de democratização institucional, as ONGs transitaram de uma luta contra os regimes autoritários para a “questão da democratização do poder local e da participação no estabelecimento de políticas públicas”.

Como pudemos acompanhar, no Brasil, as ONGs sofreram uma grande alteração em seu perfil e logicamente em suas ações, com o processo de redemocratização do país. Em tempos de ditadura, as relações entre ONGs e Estado eram bastante conflituosas; priorizava-se a mobilização da “sociedade civil” por lutas coletivas, com vistas a construção de uma sociedade democrática. Ou seja, naquele contexto a idéia de sociedade civil estava articulada com o Estado, não como setores independentes, e sim, como faces de uma mesma moeda, na qual as lutas e conquistas se dão por meio de embates entre o Estado e a sociedade. O novo perfil da ONGs parece ter adotado uma fragmentação entre Estado e sociedade civil como unidades separadas. Não existe mais uma relação de conflito e sim uma espécie de co-atuação entre tais setores. A luta com o Estado não é mais pela garantia dos direitos, sob sua alçada, e sim pela captação de recursos para suas ações localizadas em dadas comunidades. O caráter coletivo da sociedade civil parece ter perdido sua legitimidade frente ao individualismo presente nas ações das ONGs. As ONGs, com suas ações sociais de mobilização para

⁷⁴ Cf Gianini e Seibel (2006).

mudança, deixaram de ser um entrave para o neoliberalismo; e passaram a ser funcionais ao pensamento neoliberal, por meio de ações que indicam uma proposta de Estado mínimo.

Uma vez realizada essa breve análise sobre as ONGs de uma maneira geral e também no que tange à realidade brasileira, passamos a discutir a questão da co-responsabilidade social presente nas ações desenvolvidas pelo Instituto Ayrton Senna, principalmente tomando como base o Programa “Educação pelo Esporte”.

3.2 A ÉTICA DA CO-RESPONSABILIDADE SOCIAL

Quando tratamos da questão referente à ética da co-responsabilidade social, destacamos como pressuposto a presença de tal fator no âmbito das ações desenvolvidas pelo Instituto Ayrton Senna, principalmente se voltarmos o olhar para o programa “Educação pelo Esporte”. Isso fica explícito em diversos momentos de nossa análise do documento, no qual a co-responsabilidade é partilhada entre uma empresa privada – a AUDI, e uma Organização não-governamental – o Instituto Ayrton Senna. Segundo seus idealizadores, tal aliança “é o exemplo de uma ação de co-responsabilidade social” (2004, p.10).

Conforme citado no documento aqui analisado,

em 1996, motivada pela missão do IAS e, sobretudo pela proposta de uma nova ética de co-responsabilidade social trazida pelo instituto, a AUDI veio somar forças em favor da causa da educação pelo esporte, iniciando uma aliança social. A empresa alemã concretizava, dessa forma, o desejo de contribuir para o enfrentamento do desafio do desenvolvimento humano no país (2004, p.30).

Assim, percebemos um quadro no qual uma empresa privada, “comovida” com as ações desenvolvidas por uma ONG, deliberadamente inicia uma aliança com o repasse de recursos visando contribuir para otimização dos objetivos da instituição, ou talvez, a construção de “um mundo melhor”. Por outro lado, compreendemos como de suma importância desvendar esse processo aparentemente inocente, no qual as empresas passam a destinar parte de seus recursos para “ações sociais”, buscando assim esclarecer acerca da funcionalidade de tal processo no âmbito da sociedade capitalista, sobretudo no neoliberalismo.

Primeiramente devemos frisar que a noção de responsabilidade social adquire grande expansão entre as organizações empresariais privadas, governamentais e no denominado Terceiro setor, carregando consigo uma identidade própria, mas também, extrapolando os limites e se inserindo num contexto mais amplo que é permeado por relações ideológicas e políticas. A responsabilidade social das empresas traz em seu bojo aspectos como ética,

cidadania e direitos humanos. Sua atuação assenta-se na conscientização dos indivíduos e instituições, construindo sentimentos de responsabilidade e solidariedade social. Dessa maneira, “as empresas são impelidas a colocarem-se como parceiras e co-responsáveis pelo desenvolvimento social de forma estruturada, dando tratamento semelhante e colocando à disposição o mesmo *know how* que utilizam em suas atividades fins” (PFEIFER, 2006, p.13). No entanto, partimos do pressuposto de que a responsabilidade social das empresas apenas representa uma proposta funcionalista, uma vez alocada no âmbito do capital, consolidando-se como uma das estratégias utilizadas pelas empresas capitalistas na gestão de seus negócios.

Comumente acompanhamos o surgimento de ações, sob a alcunha da responsabilidade social, localizadas na agenda das empresas, direcionadas à área social e ambiental, operando junto às comunidades e em parcerias com o Estado e também o Terceiro setor. Segundo Corullon e Medeiros Filho (apud PFEIFER, 2006, p.45), há três fatores que moldam a responsabilidade social empresarial: exigência dos consumidores e investidores, a necessidade de redefinir o papel da empresa frente a sociedade e a própria situação social e ambiental contemporânea. Nessa lógica, e atendendo a tais fatores, um novo elemento passou a fazer parte do mundo empresarial, ou seja, o balanço social.⁷⁵ O balanço social caracteriza-se por um documento/relatório publicado anualmente, que reúne informações sobre o desempenho da empresa no ano anterior a sua publicação em relação à promoção humana, social e ambiental.

O discurso proferido pelas companhias socialmente responsáveis apresenta elementos ideológicos com vistas a perpetuação de sentimentos como a confiança, a esperança e a fé no futuro. Ao tomarmos como referência a conjuntura atual, a qual é marcada gritantemente pelo agravamento da questão social, esse recurso ideológico apresenta-se como a localização das demandas sociais na esfera empresarial, fazendo com que as empresas sejam as responsáveis pela esperança de um “futuro melhor”, mesmo que num discurso abstrato.

Porém, é importante salientar que,

a responsabilidade social situa-se nesse processo mais expressivamente, como um modo de atuação das empresas para a formação de consensos que exercem a função de organização da vida social, uma vez que contribui para a reprodução das relações de poder que conservam e promovem uma determinada base econômica (PFEIFER, 2006, p.75).

⁷⁵ De acordo com Pfeifer (2006), o surgimento do balanço social é resultado ou consequência da atuação de movimentos populares contestatórios ao sistema e a performance das empresas.

E, dessa maneira, é provável que a intenção presente em tal atitude responsável, seja lançada como aporte político e ideológico inerente às bases de acumulação capitalista, uma vez que se vale como algo naturalizado, supondo uma natureza socialmente responsável dos gestores empresariais.

Outro ponto fundamental a ser destacado está ligado ao fato de que a responsabilidade social é considerada por seus propositores como um fator competitivo para a empresa. Ou seja, essa é uma prática que pode “contribuir de forma decisiva para a sustentabilidade e o desempenho empresarial, gerando um clima organizacional mais positivo, maior simpatia e fortalecimento da imagem” (MELO NETO; FROES, apud PFEIFER, 2006, p.46). Temos, então, que a mesma se afirma no ambiente empresarial como uma exigência de mercado. Por isso ressalta-se a sua presença como uma “questão estratégica”, mantendo obscura por trás de sua aparente benfeitoria na área social e ambiental, a busca por incrementos em termos de competitividade no mercado.

Não há dúvida que a dita responsabilidade social ou mesmo o investimento social foi se tornando cada vez mais central às empresas, pois a atuação social tornou-se o que se chama, na linguagem do mercado, “um diferencial de competitividade”. E assim sendo, os serviços sociais prestados acabam retornando ao espaço da rentabilidade mercantil potencialmente agregando valor aos produtos, como não se cansam de mencionar os textos de estímulo empresarial produzidos por empresas de consultoria social a respeito da boa imagem da marca dos produtos de uma empresa filantrópica (PAOLI, 2002).⁷⁶

Portanto, essa proposta que também é chamada de uma nova “consciência social” do empresariado, por parte da “empresa cidadã” entre outras denominações, nada mais é do que uma nova modalidade de o capital também obter isenção de impostos e subsídios estatais (diminuindo custos e/ou aumentando as rendas) para a melhoria da imagem da empresa (aumentando vendas ou os preços das mercadorias) para a manutenção da “harmonia social”, para a aceitação pela comunidade da presença da indústria e seus eventuais prejuízos àquela ou ao ambiente. Em outras palavras, a citada responsabilidade social das empresas é tida como um indicador central da nova competitividade, que tem colocado as empresas do mundo inteiro na busca pela sustentabilidade ajustada ao desempenho econômico. Aqui surge uma questão de suma importância: sendo uma gigante do ramo automobilístico, no qual estratégias de mercado visando a competitividade são pedras fundamentais para o “bom andamento dos

⁷⁶ Ainda para a autora, a filantropia dirigida a grupos carentes da sociedade também faz um grande bem à própria empresa, reforçando sua imagem institucional e melhorando os negócios. (2002, p.394).

negócios”, será que a Audi, em sua parceria social junto ao IAS pode afastar-se de tal perspectiva?

Também é possível salientar que a proposta de responsabilidade social das empresas adapta-se com vantagens às formas do lucro empresarial, dando margem ao discurso neoliberal que preconiza a iniciativa individual e privada, em face à “ineficiência estatal”⁷⁷. Esse fato explica a legitimação da ação responsável empresarial também no interior do Terceiro setor, o qual reivindica um modelo de regulação social mais eficaz do que o realizado pelo Estado. E assim, implicando no argumento de que a intervenção social deva ser realizada em outro lugar: a sociedade civil. Sendo essa composta por “uma grande diversidade de ações, atores e organizações, que se unificam pela recusa em pertencer ao âmbito do Estado e do mercado” (PAOLI, 2002, p.380).

De maneira geral, as intervenções empresariais localizadas sob a ótica da responsabilidade social podem ser caracterizadas como uma espécie de “filantropia empresarial”⁷⁸ (PAOLI, 2002; PFEIFER, 2006). De acordo com Paoli, tal prática é “demarcada agora como abertura voluntária das empresas privadas ao extravasamento da imensa carência dos pobres brasileiros, ligada, portanto, à prevenção do futuro e respondendo às demandas da reinserção social” (2002, p.386). No entanto, é necessário salientar que tal perspectiva não pode ser caracterizada como o ressurgimento da velha filantropia, do século XIX. O que se presencia é a “filantropia do grande capital”, resultante de um processo contínuo de privatização dos serviços públicos. Não tratamos de ações levadas a efeito por “pessoas de boa vontade”, mas uma outra filantropia, funcional ao próprio desenvolvimento do capitalismo. Por isso, não é estranho que os defensores de tal filantropia sejam concernentes à globalização, às políticas de corte neoliberal e defensores da ordem capitalista como uma realidade insuperável, apenas reforçando a cultura do possibilismo, a qual compreende a subordinação do social ao econômico.

Pelo exposto, constatamos que as intervenções sociais oriundas das empresas estão imersas num contexto de simultaneidade entre a redução de políticas públicas voltadas para a promoção das garantias dos direitos sociais, de um lado, e da abertura do espaço às ações sociais privadas, tanto de empresas como de ONGs, de outro. Dessa maneira, conforme Paoli,

⁷⁷ O eixo de sustentação dessa cultura, que fortalece a dicotomia público-privado, tem conteúdo político-ideológico que promulga a eficiência do setor privado em detrimento do público e proclama que a capacidade auto-regulável do mercado possibilitará à sociedade satisfazer suas necessidades (PFEIFER, 2006, p.148).

⁷⁸ Esta perspectiva não pode ser considerada como sinônimo de renúncia fiscal. De acordo com Garcia (2007, 03), “renúncia fiscal não é filantropia. Quando uma empresa deixa de pagar Imposto de Renda para doar para um fundo, ela não está fazendo uma doação, e sim deixando de pagar imposto que poderia ser redistribuído para todo o Brasil. Filantropia ocorre quando a empresa retira recursos do seu lucro para fazer ações sociais”.

“o sentido da ‘filantropia empresarial cidadã’ e de sua auto-investida responsabilidade social no Brasil está indiretamente ligada à substituição da idéia de deliberação participativa ampliada sobre os bens públicos pela noção de gestão eficaz de recursos sociais, cuja distribuição é decidida aleatória e privadamente” (2002, p.404).

Sobre tal aspecto, podemos nos remeter a uma certa particularidade do Programa Educação pelo Esporte, ligada às suas estratégias de funcionamento (parceria universidades-IAS) e o financiamento das mesmas. De acordo com o documento em análise, as três estratégias do Programa são:

implementar ações multi e interdisciplinares mediante a formulação de projetos de extensão universitária, que envolvem professores e estudantes de várias áreas para desenvolver a educação pelo esporte; utilizar os espaços e equipamentos esportivos existentes nos campi, potencializando o seu aproveitamento; colocar ações, espaços e equipamentos ao alcance das comunidades de baixa renda que vivem próximas às universidades e que não têm acesso nem condições de praticar esportes ou de vivenciar o lazer (2004, p.28-29).

Explicitamente constatamos o funcionamento de um programa com fins sócio-educacionais em universidades públicas, é importante frisar, com o investimento privado de uma empresa multinacional. Sem pretensão de forçar a análise, mas essa questão aparentemente trivial revela um processo no qual muitas vezes a ausência de financiamentos por parte do Estado de projetos no âmbito das Instituições de ensino superior, acaba abrindo a possibilidade para contribuições da iniciativa privada, se constituindo no ponta-pé inicial para uma bola de neve, que muito interessa ao capital, diga-se de passagem – a privatização das Universidades que ainda ostentam o slogan “pública, gratuita e de qualidade”. Também é interessante salientar que quase todas as universidades parceiras do Programa são instituições públicas, que recebem recursos privados e prestam serviços para o Terceiro Setor. Cabe a nós, enquanto pesquisadores, questionarmos se é papel das instituições públicas prestarem tais serviços, deixando à mostra uma espécie de terceirização das mesmas por parte do Terceiro setor?

Pelo exposto até o momento, a proposta de responsabilidade social, localizada na esfera privada, se constitui numa alternativa obscurecida pelo sentido da caridade privada e da filantropia do capital. É preciso admitir que tal discurso da participação altruísta das empresas oferecendo recursos e estratégias de gestão com fins voltados para a melhoria do quadro sócio-ambiental, causa efeitos surpreendentes no discurso do senso comum, isto é, na produção de um certo consenso social. Todavia, é preciso destacar que tais “investimentos sociais” motivados por uma espécie de “consciência cidadã”, pouco tem a ver com o sentido

da solidariedade ou mesmo da caridade, e muito tem a ver com o zelo pelo ótimo funcionamento dos negócios da empresa. Isso porque, a responsabilidade social das empresas é tida, não só como uma maneira de melhorar a imagem da empresa frente à sociedade, mas, sobretudo, como um diferencial em termos de competitividade no mercado capitalista. Então, como frisado no início desse tópico, essa é uma proposta totalmente funcional à própria lógica do capital, embora seu discurso “preocupado” com os pobres, com o meio ambiente, enfim com as causas sociais, possa ser considerado um discurso bastante eficiente e adequado ao lucro empresarial.

As relações estabelecidas entre a AUDI e o Instituto Ayrton Senna, ou seja, o financiamento de um projeto sócio-educacional voltado para crianças e adolescentes pertencentes à populações menos-favorecidas, é um exemplo de uma parceria na qual se materializa uma proposta de responsabilidade social, ou mais especificamente, como co-responsabilidade social. Assim sendo, embora deva se destacar a importância de investimentos em educação na realidade brasileira; o que torna difícil, em muitos momentos, a crítica ao Instituto e mesmo à citada parceira, não podemos perder de vista todos os argumentos apresentados anteriormente com relação à crítica da chamada responsabilidade social. Por isso, essa parceria, por melhores que sejam os seus resultados para certos contextos sociais atingidos pela mesma, está indubitavelmente, localizada na esfera das estratégias voltadas para o lucro empresarial. E, deve-se ressaltar, é uma proposta concernente a diminuição da intervenção estatal no que se refere às políticas sociais, tão estimulada pela lógica neoliberal.

Essa é nossa compreensão e crítica da chamada responsabilidade social, presente na proposta de Educação pelo esporte, ora analisada. Não podemos, de forma alguma, desprezar o conteúdo político ideológico de tal proposta. Conforme Melo (2005, p.49-50),

disseminando a noção de ‘empresa social’, ‘responsabilidade social das empresas’, ‘empresa cidadã’, temos uma proposta de educação política que apresenta o grande capital financeiro e industrial como o novo mecenas do ‘social’, em detrimento de um Estado que não cumpre suas obrigações. Como estratégia de obtenção de consenso, nada mais apropriado à intensa divulgação midiática das ações sociais empresariais do que a criação de diversos institutos de grandes empresas, responsáveis por profissionalizar a velha filantropia empresarial. (...) Por isso, há um intenso processo de divulgação dessas ações, muitas vezes dando visibilidade muito maior do que seu verdadeiro alcance, em relação ao atendimento.

Com base em tal compreensão e também em nossa análise do papel das Organizações não-governamentais no que tange a sua atuação na esfera social, num movimento de destaque e vertiginoso crescimento, passamos a analisar propriamente a implicação das ações

desenvolvidas tanto na esfera da responsabilidade social, como das ONGs no que tange à cidadania.

3.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL, ONGS E ESTADO: IMPLICAÇÕES SOBRE A CIDADANIA

Esse tópico é dedicado à síntese das discussões realizadas anteriormente acerca das ONGs e da ética da co-responsabilidade social, tomando como base as implicações das mesmas sobre a cidadania. Isso porque, a cidadania estabelece uma relação de transversalidade ao pensarmos sobre as influências das ações tanto das empresas socialmente responsáveis como das organizações não-governamentais, sobre o papel do Estado no que concerne às chamadas políticas sociais – uma das faces da cidadania, ligada aos direitos sociais.

Primeiramente é importante esclarecermos acerca do processo de banalização pelo qual passa contemporaneamente o termo cidadania. Percebemos claramente o esvaziamento de seu sentido, uma vez que a cidadania engloba cada vez mais um número maior de ações de ordem social. Cidadania é sinônimo de ações que tirem as crianças e jovens da rua, de qualquer ação solidária, de filantropia empresarial, etc. De acordo com Melo (2005, p.80),

este termo se tornou auto-explicativo. Está na moda. Sua densidade conceitual, sua carga de enfrentamento à ordem desigual e o seu processo de conquista, que sempre implicou lutas por direitos de diversas ordens, foram mimetizados a um discurso sem sentido.

Essa tendência de ênfase do termo cidadania se encontra relacionada com uma perspectiva de ações de cunho imediatista, que buscam encontrar/propor respostas para problemas com raízes mais profundas, inerentes ao próprio modo de produção vigente. Inclua-se aqui a criminalidade, o tráfico de drogas, a prostituição infantil, a pobreza, e as demais desgraças socializadas pelo capital de modo geral.⁷⁹

A cidadania como construção histórica localizada na modernidade carrega consigo uma série de concepções que, há tempos, buscam justificar a forma como a sociedade capitalista moderna está constituída. O conceito clássico de cidadania que mais simboliza a

⁷⁹ Sobre tais ações, principalmente tomando como referência as ONGs que utilizam o esporte como carro-chefe para se propor soluções para a questão social no Brasil, dedicaremos espaço para análise do próximo capítulo.

tradição liberal aparece na obra de T. H. Marshall⁸⁰, qual seja, “a participação integral do indivíduo na comunidade política; tal participação se manifestando, por exemplo, como lealdade ao padrão de civilização aí vigente e à sua herança social, e como acesso ao bem-estar e à segurança materiais aí alcançados”.

Os ditos modos de participação na comunidade política podem ser caracterizados como os “direitos do cidadão”. O citado autor os delimita em três espécies: direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. Os direitos civis podem ser caracterizados como os que concretizam a liberdade individual, como os direitos à livre movimentação e ao livre pensamento, à celebração de contratos e à aquisição ou manutenção da propriedade, bem como o direito de acesso aos instrumentos necessários à defesa de todos os direitos anteriores (justiça). Os direitos políticos são aqueles que compõem, no seu conjunto, a prerrogativa de participar do poder político; prerrogativa essa que envolve tanto a possibilidade de alguém se tornar membro do governo (elegibilidade), quanto a possibilidade de alguém escolher o governo (exercício do voto). Os direitos sociais equivalem à prerrogativa de acesso a um mínimo de bem-estar e segurança materiais, o que pode ser interpretado como o acesso de todos os indivíduos ao nível mais elementar de participação no padrão de civilização vigente (SAES, 2003).

A concretização desses direitos depende da emergência de quadros institucionais específicos, pois não basta que os direitos sejam declarados, para que sejam cumpridos. Por exemplo, ter direito a um emprego é muito diferente de ter uma vaga no mercado de trabalho. Os direitos civis necessitam de uma profissão especializada (advocacia) para que sejam respeitados. Assim, é necessário por parte dos magistrados, a independência diante das pressões exercidas por particulares econômica e socialmente poderosos. Os direitos políticos dependem da justiça e da polícia para que haja condições de se exercer o voto ou a candidatura. Os direitos sociais só serão concretizados caso o Estado esteja dotado de um aparato administrativo suficientemente forte, a ponto de propiciar, a todos, políticas sociais que garantam o acesso universal a um mínimo de bem-estar e segurança materiais.

Vamos nos concentrar na questão dos direitos sociais. É necessário compreender que a dinâmica dos direitos sociais é conflituosa, mediada por lutas, conquistas e retrocessos, no que tange ao papel das classes trabalhadoras na conquista e manutenção dos mesmos. Essas lutas, é importante frisar, se estabelecem entre trabalhadores e capital, por intermédio do Estado.

⁸⁰ Citado por SAES (2003, P.10).

Então, Estado e classes trabalhadoras se encontram como protagonistas diretos nesse processo, uma vez que é o Estado o ente social responsável pelas garantias voltadas para um padrão mínimo de bem-estar social. Quando afirmamos que essa relação é bastante conflituosa, temos por intuito destacar as resistências apresentadas pelo capital e mesmo os entraves alocados na burocracia estatal com relação à ampliação do elenco de direitos sociais. Não podemos desconsiderar, portanto, que a postura das classes dominantes tende a ser estagnacionista e regressiva frente a tais conquistas (SAES, 2003). Em outras palavras, a conquista de direitos é um processo que depende de suas implicações sobre as conquistas do capital. Os direitos são conquistados ou mesmo mantidos até o ponto em que a classe capitalista não é afetada. Isso porque, as conquistas dos trabalhadores se chocam com interesses não somente opostos, mas reacionários.

Já que a perspectiva da maioria social é dinâmica e progressiva, isto é, a luta pela conquista e manutenção de direitos é contínua, e a perspectiva das classes dominantes é estagnacionista e regressiva, o processo de conquista de direitos sociais na sociedade capitalista é necessariamente um processo conflituoso, embora não contraditório. As lutas populares seriam o fator determinante no processo global de criação de direitos na sociedade capitalista. Porém, o fato de um certo elenco de direitos ser implantado não significa que eles terão caráter irreversível. “As classes dominantes atacam os direitos sociais, principalmente no capitalismo periférico, pois o leque de direitos sociais é invariavelmente bem menos amplo e a capacidade de resistência das classes trabalhadoras às políticas neoliberais é regularmente bem inferior” (SAES, 2003, p.18).

Os direitos sociais são tidos como instrumentos por meio dos quais as classes trabalhadoras buscam condições para a reprodução de sua força de trabalho, no mínimo, coerente, ou em um nível compatível com o estágio de desenvolvimento alcançado pelo capitalismo. Entretanto, há momentos, na sociedade capitalista, nos quais os direitos sociais podem se encontrar em situação de declínio, beirando a inexistência. Isso ocorre, como frisado anteriormente, pelo fato de que o capitalismo enfrenta crises; crises essas que repercutam negativamente sobre as taxas de lucro capitalistas. Dessa maneira, visando ações de recuperação, a classe capitalista se vê obrigada a atacar ao máximo tais direitos, uma vez que a garantia dos mesmos pode afetar a competição capitalista.

Pelo exposto até o momento, a evolução da cidadania a partir de seu núcleo mínimo resultaria da eventual capacidade das lutas populares de impor às classes dominantes um compromisso sobre novos direitos: direitos esses que, por si mesmos, não destroem o capitalismo, mas que nem por isso são desejados pelas classes dominantes. Esse fato é

imprescindível para a compreensão das mudanças ocorridas sobre a atuação estatal e as lutas populares pela garantia de seus direitos.

Nesse processo, assumem grande importância dois fatores principais: a adoção por parte dos Estados de políticas neoliberais; e a globalização econômica. Acerca das políticas neoliberais e suas influências sobre o papel do Estado, dedicamos espaço no capítulo segundo dessa pesquisa. Cabe agora realizarmos uma breve discussão no que tange à influência da globalização econômica sobre a cidadania.

As transformações econômicas ocorridas ao longo dos anos 90, em ênfase a globalização, acarretaram em severas implicações sobre a soberania dos Estados, minaram a autonomia do sistema político, transferiram para a esfera empresarial privada as decisões vitais para a sociedade, desterritorializaram as atividades produtivas e lançaram desafios à democracia representativa.

Com base em tal processo, os interesses econômicos materiais vêm sobrepondo os direitos do cidadão. Isso fica claro ao atentarmos para a questão do ataque do capital às conquistas trabalhistas como forma de restabelecer os lucros que podem ser perdidos na sua permanente competição. Fato esse que foi tratado em momento anterior, mas que merece voltar à tona.

Dessa forma, constatamos que a globalização e, especificamente, sua intervenção na figura das empresas multinacionais, transnacionais, apátridas, se encerra na reorientação do Estado, voltando suas funções para perspectivas não-territoriais – extranacionais. O Estado reformula seu papel em função de variáveis econômicas exógenas, como expansão do comércio mundial, políticas macroeconômicas e maior mobilidade internacional do capital. E, por esse viés, no qual o Estado se situa à serviço do capital internacional, os trabalhadores cidadãos têm cada vez mais seus direitos atacados em nome da maximização da circulação de mercadorias e do lucro.⁸¹

Como se pode perceber, devido a fatores de ordem econômica, a vinculação entre cidadania e Estado-Nação tende ao enfraquecimento. A globalização econômica e as suas artimanhas supramencionadas exercem papel fundamental nesse processo. Contudo, mesmo perante tal enfraquecimento, o Estado-Nação ainda se constitui no espaço no qual os direitos podem ser conquistados e cumpridos, uma vez que ainda não pode ser feito numa comunidade

⁸¹ “No processo de interdependência, todos nos tornamos vulneráveis. Nossas sociedades são permeáveis a decisões tomadas em outros lugares do mundo. A soberania não se volatiliza nas mãos de uma neutra interdependência generalizada, mas ante os poderes estruturantes da assimetria – por não dizer desigualdade – da inter-relação mundial realmente existente” (CAPELLA, 1998, p.121).

internacional. Assim, a nação precede a cidadania, pois é no quadro da comunidade nacional que os direitos cívicos podem ser exercidos – limitando a cidadania ao espaço territorial de uma nação⁸².

Entretanto, a reconfiguração do papel do Estado na realidade contemporânea acrescenta elementos para entendermos como se dá o processo de desresponsabilização do Estado pela garantia dos direitos sociais, abrindo espaços para a intervenção empresarial e de ONGs. E, assim, deslocando o foco das lutas sociais perante o Estado, para ações “público não-estatais” a serem realizadas por agentes privados. De acordo com Tumolo (2003, p. 172-173),

a necessidade de uma maciça e crescente intervenção do Estado na economia, bem como a utilização também ascendente dos recursos para a realização de suas outras funções precípua, inclusive as de coerção e repressão, vêm obrigando o Estado a se desvencilhar de tarefas que a ele foram atribuídas por razões histórico-políticas, a saber, as chamadas políticas sociais.

Assim, o Estado atende no máximo a função de salvaguardar a reprodução do capital e, no mínimo as políticas sociais.

Nas condições atuais, em face das graves implicações sociais da globalização econômica e do neoliberalismo, interessa ao Estado⁸³, cada vez mais, incentivar a desmobilização popular, mantendo a cidadania passiva e apolítica. Como ao mercado não interessa outra coisa, cabe à sociedade civil (principalmente na figura das ONGs), agrupada em torno do interesse público, a tarefa de mobilizar as energias cívicas da população para defender, no plano nacional, os princípios da cidadania política fertilizados com os ideais de democracia, diversidade cultural e sustentabilidade ambiental (Vieira, 1999). Trataremos disso adiante.

Quando tratamos da reconfiguração do papel do Estado, nos referimos a um processo que condiz à possibilidade e aparente necessidade de se alocar a garantia dos chamados direitos sociais não mais exclusivamente sob a alçada estatal, passando a incorporar parcerias com o mercado - especificamente as empresas, e com o Terceiro setor - na figura das Organizações não-governamentais. Assim, as demandas sociais são repassadas de forma “inocente” para empresas parceiras e organismos da sociedade civil, como uma maneira de

⁸² Segundo Berrwig (1997, p.38) “O indivíduo precisa ter sua nacionalidade para que possa lutar pelos seus direitos. Um sujeito apátrida não tem como lutar por seus direitos, uma vez que são determinados por um Estado nacional. Assim, aparece como condição a ter direitos, pois, o sujeito não pode tê-los se não tiver o direito a ter direitos”.

⁸³ É necessário ressaltar com relação ao fato de que nem todos os Estados-Nações adotam a cartilha neoliberal, podendo não contemplar a crítica realizada.

co-atuação dos três setores na questão social⁸⁴. Por outro lado, a cidadania, em ênfase a luta política pela conquista, garantia e manutenção dos direitos, sobretudo os direitos sociais⁸⁵, gradativamente deixa de existir para dar lugar a um tipo de padrão mínimo de bem-estar localizado em dados contextos sociais, sob a tutela da “iniciativa privada” ou das ONGs.

Dessa maneira a chamada co-responsabilidade social culmina num movimento no qual o Estado não mais se coloca como principal responsável pela proteção social, tendo em vista que setores privados são chamados a atuar nesse campo. Ao operarem através do espaço privado (embora com fins públicos), os serviços sociais prestados pelos projetos e programas de responsabilidade social das empresas, corroboram com as novas determinações que revestem o caráter da cidadania. Como citado anteriormente, o deslocamento da cidadania do espaço público e o esvaziamento de seu substrato político.⁸⁶ Além do mais, tais práticas costumam ser revestidas por bandeiras como a participação e o voluntariado. O que, de forma bastante eficaz, acaba fortalecendo a lógica de que as políticas de proteção social deixam de ser menos fruto de intervenções políticas e mais ações atravessadas pelo sentido da solidariedade entre os indivíduos de uma dada comunidade.

Por isso, conforme Pfeifer,

a participação e a democracia recebem novos significados, privatistas e individualistas, tendo sua centralidade deslocada do Estado para a empresa, do público para o privado, do coletivo para o individual, numa manobra molecular que permite o privado revestir o público. Destarte, vem sendo nutrida no âmbito do projeto neoliberal, em geral, e no leito da responsabilidade social das empresas, em particular, a construção de cidadãos como sujeitos sociais de um ‘consenso ativo’ alicerçado nas bases da pseudo-participação e forçosamente dependentes da caridade privada. (2006, p.128-129)

Ao tratarmos dessa suposta reforma e nova atuação do Estado frente à questão social, devemos compreender que a mesma não decorre de uma mera deliberação na instância estatal, mas sim como um processo mais amplo que envolve a participação de organismos internacionais e, sobretudo, interesses capitalistas. Então, é de suma importância considerarmos, nesse processo, as orientações de órgãos como o Banco Mundial e o receituário presente no chamado consenso de Washington. Nesses, encontramos a redefinição do papel do Estado, por meio da qual esse deve voltar-se mais para o mercado através do

⁸⁴ O que foi caracterizado no documento em análise como a ética de co-responsabilidade entre poder público, o mundo empresarial e as organizações da sociedade civil.

⁸⁵ Principalmente se pensarmos no direito à educação, defendido pelo Instituto Ayrton Senna em sua parceria com a AUDI.

⁸⁶ Essa lógica sinaliza para “a retração das possibilidades construtoras de um espaço público, tendo em vista que a cidadania passa a ser colocada à margem do Estado, numa esfera pública deslocada de política, em que os direitos sociais ficam sujeitos a ação voluntária e solidária” (PFEIFER, 2006, p.38).

abandono dos mecanismos de controle político e da diminuição dos gastos públicos na área social, como condição necessária para que as economias nacionais se insiram no processo de globalização econômica. Nesse sentido, de acordo com Pfeifer,

as políticas sociais vêm sendo caracterizadas numa perspectiva de 1) focalização, concentrando os programas nos setores mais carentes e pobres; 2) descentralização, deslocando a gestão para as esferas estaduais e municipais, o que implica o chamamento à participação de organizações comunitárias, filantrópicas, não governamentais e do setor privado; e 3) privatização, que permite a transferência da produção de bens e serviços para o mercado (2006, p.29).

As políticas sociais, sob tal perspectiva, não vão além de uma proposta de políticas compensatórias. Longe do acesso universal de todos os cidadãos à política social, essas são destinadas somente para os mais pobres entre os pobres, no nível de miséria. O assistencialismo é a palavra de ordem, uma vez que tais políticas se distanciam cada vez mais de uma proposta que as considere como direitos sociais garantidos a todos; e, para além disso, dão margem considerável para o consumo de serviços na esfera privada. Isto é, os mais ricos passam a procurar e consumir serviços privados (escola, segurança, saúde) e deixam de tentar utilizar o sistema de proteção social – responsabilidade do Estado. Por fim, tais políticas são fundamentalmente organizadas com base na participação popular; a ação comunitária, tendo como justificativa o fato de que a descentralização e a participação permitem maior eficácia e racionalização das despesas.

Assim, constatamos uma noção retrabalhada de cidadania, elaborada e implementada sobre a alcunha de políticas oriundas do processo neoliberal, visando a desregulamentação público-estatal da economia de mercado, cujo funcionamento, agora cada vez mais livre de limitações públicas, aprofunda os mecanismos de produção da miséria humana tradicionalmente presentes na própria história de modernização do Brasil.

Face ao exposto, a concepção de cidadania que emerge da responsabilidade social, ou seja, da esfera privada, apresenta-se de forma genérica e abstrata, mesmo que possamos encontrar certos elementos que geralmente atenuem a crítica à mesma. Assim, é preciso frisar que tal concepção de cidadania não nega a noção de acesso aos bens e serviços necessários à satisfação das necessidades de sobrevivência na sociedade atual. Muito embora, deva-se considerar que a necessidade de concretização de políticas sociais de educação, de saúde, de assistência social, entre outras, extrapola em muito as ações oriundas da responsabilidade social das empresas e mesmo das ONGs. Daí também a importância de se ressaltar os problemas da passagem da questão social da esfera estatal para a esfera privada. Em outras palavras, a substituição de um agente público cujas políticas possuem indiscutivelmente

caráter universal, por agentes privados, que, por mais eficientes que possam ser, como é o caso do Instituto Ayrton Senna, concretizam suas ações de forma localizada, muito aquém da necessidade real do país.

Um determinado conjunto de crianças e jovens de escolas públicas é beneficiado, mas e todos os outros que não têm a sorte de serem beneficiados por esses programas? Com índices acentuados de desigualdade social, o país precisaria de políticas públicas mais universais. Corremos o risco de ver o desmonte completo das políticas sociais regidas por princípios universais dos direitos e da cidadania, e termos os princípios da justiça social trocados por princípios de caridade privada, havendo uma ênfase na cidadania com uma matriz profundamente individualista e moralista, de acesso aos direitos do indivíduo. O cidadão seria o proprietário, o consumidor e quem cumpre os seus deveres (TEIXEIRA, 2002, p.139).

Acrescentamos a esse quadro o fato de que a privatização da esfera pública, com destaque para a gestão das políticas sociais, e o advento de um ativismo social voluntário das empresas e de ONGs, não vai além de uma proposta de políticas compensatórias. Embora suas ações sejam dirigidas à melhoria da situação das pessoas mais vulneráveis da sociedade, vítimas do desemprego, da baixa renda e da falta de acesso a oportunidades sociais, essas mesmas ações se constituem num elemento que visa mascarar o enorme problema inerente à substituição das políticas de caráter universal por ações singulares e localizadas. Agora os sujeitos considerados como natureza descartável pelo próprio desmonte do setor público e pelo menosprezo à universalidade dos direitos de cidadania, ou os “desfiliados”, nas palavras de Robert Castel; sujeitos à todas as formas de violência e de miséria impostas pelo capital, são abandonados à própria esperança, ou seja, a esperança de serem capturados pelas políticas compensatórias e localizadas da filantropia social organizada no âmbito dos grupos da sociedade civil (PAOLI, 2002).

Ainda sobre a questão da cidadania, podemos afirmar que o que está presente em tal perspectiva é a substituição do cidadão como ser político, que luta pelos seus direitos na esfera política, pelo cidadão como ser solidário⁸⁷, consubstanciado no dever de “colocar a mão na massa”, desenvolvendo ações sociais de próprio punho, resultantes da opção/decisão individual, praticadas com o incentivo e/ou através de empresas ou ONGs. De fato ocorreu e ocorre um crescente estímulo ao intitulado “ativismo social voluntário da população”, e a

⁸⁷ De acordo com Demo (apud PFEIFER, 2006, p.33-34), “por trás do discurso da solidariedade está o neoliberalismo, sobretudo em sua tática de desmonte do Estado e de achatamento da sociedade a atividades voluntárias como sucedâneo das políticas sociais”.

palavra “solidariedade” tornou-se, no senso comum, a disposição altruísta voluntária de um indivíduo, uma organização ou uma empresa, como um quase sinônimo de cidadania (PAOLI, 2002). E esse é um movimento que emerge, não por coincidência, no exato momento em que os governos dos anos 90 eram impelidos, pelo modo econômico neoliberal adotado, a livrar-se do investimento em obrigações públicas de proteção e garantia eficazes dos direitos sociais. Assim, presenciamos uma espécie de via de mão dupla, na qual uma “nova atuação do Estado frente a questão social”, com aberturas consideráveis para a intervenção privada, é concomitante ao fortalecimento da idéia de solidariedade, de responsabilidade social e de uma concepção um tanto abstrata de cidadania.

Portanto, à medida que o Estado, por meio de influências neoliberais, se retira do seu papel regulador, ou seja, de formulação e implementação de políticas públicas, de caráter universal e redistributivo, presenciamos a fragmentação do espaço público e o fim do lugar de exercício/construção da política (CRUZ, 2004). Na retórica neoconservadora, a sociedade civil virtuosa e moderna é aquela que não contesta, mas concede através da filantropia, da parceria e do voluntariado os bens e os serviços sociais. Tendo esses pressupostos como fundamento para nova ação social, o poder público transforma-se em agente repassador de recursos e outras organizações, como exemplo, as ONGs são estruturadas para conduzir os projetos. Esses novos programas sociais de parceria implantam-se não como direito social, mas como serviço social, isto é, prestação de serviço. Despolitiza-se assim, totalmente o conteúdo político das questões, resultando no retrocesso da cidadania coletiva, substituída pelo indivíduo consumidor de serviços.

Todavia, é de suma importância salientar que não há direitos de cidadania em abstrato. Assim sendo, o usufruto efetivo de direitos depende tanto da inserção de grupos e indivíduos em circunstâncias estatais concretas, territoriais, quanto de providências e decisões políticas adotadas por governos concretos. Isso vale para todos os direitos, mas é particularmente decisivo para os direitos sociais. A luta por direitos é um fator de avanço civilizacional e democrático, mas sua potência somente se explicita quando se politiza, até mesmo porque só tem como ser travada em meio a lutas sociais, jogos institucionais, antagonismos de classes e postulações de autoridades ou de poder. “Uma eventual estratégia de direitos não tem como se completar fora da política” (PFEIFER, 2006, p.148).

Após tecermos a crítica sobre as ONGs e a perspectiva da co-responsabilidade social, presente nas ações desenvolvidas pelo Instituto Ayrton Senna, dedicaremos nossos esforços no próximo capítulo às discussões sobre esporte e educação.

4 ESPORTE E EDUCAÇÃO

Após dedicarmos nossos esforços para a análise das questões referentes ao desenvolvimento humano no capitalismo e também sobre a co-responsabilidade social, tomando como base o papel de empresas e ONGs em vistas da reconfiguração do Estado no que tange às políticas sociais, voltaremos nosso olhar, nesse momento, para as relações entre esporte e educação no âmbito das ações desenvolvidas pelo Instituto Ayrton Senna.

A fim de contemplarmos tal discussão, apresentaremos preliminarmente alguns elementos sobre o esporte no que tange à sua apropriação social na sociedade contemporânea, uma breve discussão sobre a trajetória do esporte nas políticas públicas no Brasil, tendo destaque nesse tópico as atribuições sociais contemporâneas do esporte presentes em ações desenvolvidas tanto pelo Estado quanto por Organizações não-governamentais. Por último, especificamente, abordaremos as questões referentes às relações entre educação e esporte na proposta de “Educação pelo Esporte” do Instituto Ayrton Senna.

4.1. O ESPORTE NA CONTEMPORANEIDADE

Para fins desta investigação, partindo do pressuposto de que as relações estabelecidas entre ONGs e esporte constituem um fenômeno que emerge da modernidade, abordaremos o esporte forjado nas relações sociais no âmbito do capitalismo, como elemento determinante nas análises. Então, o esporte é aqui compreendido “como prática social que institucionaliza temas lúdicos da cultura corporal de movimentos, se projeta numa dimensão complexa de fenômeno que envolve códigos, sentidos e significados da sociedade que o cria e o pratica” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.70). Portanto, tal delimitação está voltada para a compreensão do mesmo, pautado pelas transformações ocorridas em tal fenômeno, sobretudo aquelas de ordem funcional – decorrentes de interesses políticos e ideológicos – influenciando a forma como o esporte é apropriado pela sociedade.

O esporte como fenômeno contemporâneo, isto é, o conjunto das modalidades hoje mundialmente disseminadas e praticadas de forma semelhante, tem sua origem na Inglaterra do século XVIII. Essa manifestação da cultura corporal de movimento⁸⁸ originou-se dos jogos populares apreendidos pelas “public schools” inglesas (escolas responsáveis por formar os filhos dos membros da burguesia). Esses jogos “tiveram seus sentidos completamente modificados, passando a ser concebidos como estratégia ‘educacional’, de controle corporal e

⁸⁸ “Acervo de formas de representação do mundo que o homem [e a mulher] tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal (...) que podem ser identificados como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem [e pela mulher], historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.38).

preparação de lideranças” (MELO, 2004, p. 80). Então, podemos dizer que tal modificação implementada nos jogos populares se constitui nos primórdios do processo de esportivização da cultura corporal de movimento, englobando tanto jogos oriundos das classes populares, assim como, elementos da cultura corporal de movimento da nobreza inglesa.

É importante ressaltar que esse processo ocorreu levando em consideração as próprias mudanças no contexto sócio-cultural inglês, que exigiam uma outra forma de socialização. O declínio das formas de jogos populares inicia-se em torno de 1800. Eles parecem ficar paulatinamente fora de uso, porque os processos de urbanização e industrialização levaram a novos padrões e novas condições de vida, com as quais aqueles jogos não eram mais compatíveis (Dunning apud BRACHT, 2003, p.14).

Segundo Melo (2004, p. 81),

o esporte recém-sistematizado passa, então, a ser oferecido como uma diversão ‘apropriada’ à população, como forma de substituição dos antigos jogos populares condenados. A mesma população que vira a sua possibilidade de jogar subtraída e perseguida, passa a ter o ‘direito’ de acesso ao espetáculo esportivo, fundamentalmente concebido como consumo passivo, tanto no sentido de sua prática em si (...), quanto no sentido de interferir no desenvolvimento do campo que se gestava.⁸⁹

Desde então, o esporte se insere no campo das relações sociais, políticas, culturais e econômicas, tendo como pano de fundo, no percurso de expansão e desenvolvimento, o processo de modernização da sociedade.

O desenvolvimento e expansão do esporte aconteceu tendo como pano de fundo o processo de modernização dos séculos XIX e XX, processo que compreende industrialização, urbanização, tecnologização dos meios de transporte e de comunicação, aumento do tempo livre, surgimento dos sistemas nacionais de ensino, etc. Esses aspectos, por sua vez, estão inseridos no processo mais amplo de secularização e racionalização que caracterizam a sociedade moderna (BRACHT, 2003, p.99).

É importante ressaltar que muitos dos elementos característicos da sociedade moderna, no caso capitalista industrial, vão ser incorporados e/ou estão presentes no esporte: “orientação para o rendimento e a competição, a cientifização do treinamento, a organização burocrática, a especialização de papéis, a pedagogização e o nacionalismo – esse último sendo central para a expansão do esporte promovida pelo movimento olímpico” (Idem, Ibidem, p.100). E, dessa maneira, o esporte, como fruto da sociedade moderna, acaba adotando como princípios e tendências determinantes: o princípio da sobrepujança; o princípio das

⁸⁹ “O esporte, que tem origem nos jogos produzidos pelo povo, retorna ao povo como espetáculo para consumo” (OLIVEIRA, 2001, p.91).

comparações objetivas; a tendência do selecionamento; a tendência da especialização; a tendência da instrumentalização (KUNZ, 1989).

Devemos frisar que tais características são inerentes ao esporte de alto rendimento. Embora possamos dividir as práticas esportivas em duas grandes áreas, isto é, o esporte de alto rendimento ou espetáculo e o esporte como prática de lazer (BRACHT, 2003), indubitavelmente as maiores influências sobre a forma como o esporte é vivenciado cotidianamente se devem às manifestações esportivas alocadas na esfera do alto rendimento ou espetáculo. Isto porque, “sendo uma produção histórico-cultural, o esporte subordina-se aos códigos, sentidos e significados que lhe imprime a sociedade capitalista e, por isso, não pode ser afastado das condições a ela inerentes” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.70).

Assim, devido a sua grande visibilidade na realidade contemporânea, o esporte pode ser considerado como manifestação hegemônica da cultura corporal de movimentos. Podemos perceber esse processo claramente na tendência de esportivização de outras manifestações culturais, como danças, artes marciais e a capoeira; e também, no fato de se atribuir ao esporte valor econômico e possibilidade de veiculação e comercialização via mídia. Sua presença é tão marcante, que dificilmente eventos como os Jogos Olímpicos ou a Copa do mundo de futebol deixariam de ter repercussão global; e, não menos marcante são as grandes campanhas publicitárias sobre eventos esportivos, os canais de TV à cabo especificamente voltados para a programação esportiva, entre outros destaques nos meios de comunicação de massa. De acordo com Melo (2004, p.83),

é importante perceber que, dado o seu valor econômico e a sua adequação aos novos valores culturais em voga (...), o esporte é uma das práticas culturais mais difundidas no século XX. As maiores audiências televisivas mundiais estão exatamente constituídas ao redor das Copas do Mundo de Futebol e dos Jogos Olímpicos. Sem sombra de dúvida, pode-se afirmar que é a manifestação que maior número de pessoas consegue mobilizar ao seu redor, tendo grande interferência nos comportamentos, hábitos e costumes.

Podemos apontar uma série de fatores que estão relacionados à importância do desenvolvimento do esporte na sociedade contemporânea. OLIVEIRA (2001, p.82) destaca os seguintes: a) a proliferação do esporte em outras camadas sociais, em função do surgimento de novas escolas para as classes médias (as chamadas public schools no contexto inglês) e da redução da jornada de trabalho para as classes trabalhadoras - o tempo liberado do trabalho é fator determinante na prática das atividades esportivas; b) a formação de clubes esportivos por pessoas interessadas como espectadoras ou executantes; c) a uniformização de regras, necessidade de regulamentação para além do nível local, gerada pelo estabelecimento das

“trocas” esportivas entre instituições escolares, regiões, clubes, etc. d) a criação de clubes regionais a partir dos clubes locais e, depois, a criação das associações nacionais; e) a eficiência do esporte no direcionamento da violência, funcionando como um meio extremamente econômico para a mobilização, a ocupação e o controle dos adolescentes; f) a universalização da instituição esportiva, por meio dos jogos olímpicos, veiculando a idéia do esporte como promotor do internacionalismo e da paz; g) a idéia da igualdade de chances de vitória na rivalidade entre indivíduos, princípio fundamental do liberalismo.

Atrelados a tais fatores podem ser identificados na promoção do esporte os processos de apropriação social dotados de características político-ideológicas e econômicas, realizados historicamente por instituições como o Estado e o mercado, destacando suas influências na sociedade capitalista. De acordo com Pires (1998), os cinco principais processos de apropriação social do fenômeno esporte são: 1) sociabilização; 2) funcionalização; 3) ideologização; 4) mercadorização; 5) espetacularização. Processos esses que, em si, concretizam a influência da razão instrumental sobre o esporte. É sob esse aspecto da razão instrumental que “o esporte se afasta de suas raízes lúdicas para entregar-se de corpo e alma à ideologia da ordem social industrial. Toda atividade esportiva acaba sendo um elemento a mais nas relações econômicas imposto pelo sistema de produção” (SANTIN, 2001, p. 91).

O processo de sociabilização pelo esporte diz respeito especificamente às regras de comportamento e convivência construídas a partir dos interesses específicos das classes dominantes, tendo o esporte como um centro de excelência para se proporcionar uma educação voltada para o atendimento de tais regras. De acordo com o Coletivo de autores (1992, p.70-71), as características com que o esporte se reveste revelam que o processo educativo por ele provocado “reproduz, inevitavelmente, as desigualdades sociais. Por essa razão, pode ser considerado uma forma de controle social, pela adaptação do praticante aos valores e normas dominantes defendidos para a ‘funcionalidade’ e desenvolvimento da sociedade”. Nessa perspectiva, a disciplina agregada aos treinamentos esportivos e as regras a serem respeitadas incondicionalmente assumem grande destaque. Como bem frisou Magnane, “que possa servir para fins políticos, é agora evidente. Mussolini na Itália, e mais ainda Hitler na Alemanha, consolidaram a sua ascendência sobre a juventude pelo recrutamento precoce permitido por uma certa forma de sociedade esportiva” (1969, p.71).

Uma outra dimensão da sociabilização por meio do esporte é referente à compreensão/incorporação dos papéis sociais, quanto à definição dos estereótipos sexuais. Isso levando em consideração a relação existente entre determinados esportes e o padrão de

gênero de quem os pratica. Há alguns anos seria praticamente impossível, por exemplo, se falar de futebol feminino ou voleibol masculino.

Por funcionalização do esporte, devemos compreender a associação desse fenômeno a uma estratégia para a eficácia e produtividade no trabalho. O esporte acabaria se tornando um elemento compensatório no qual, por exemplo, nos momentos de tempo liberado do trabalho, os trabalhadores pudessem repor as energias investidas no processo produtivo. Uma atividade análoga a tal perspectiva na contemporaneidade é a ginástica laboral, na qual, por meio da justificativa de uma preocupação com a saúde e bem-estar dos trabalhadores, os empresários capitalistas acabam visando diretamente, por meio da reposição de energias do trabalhador, o aumento da produção de mais-valia e a “saúde” de seus negócios.

Na mesma perspectiva, o esporte serviria como uma forma de se adaptar o trabalhador à lógica hierárquica da esfera produtiva e também à competição inerente ao capitalismo. Por isso Bracht (2003, p.15) afirma que “alguns princípios que passaram a reger a sociedade capitalista acabaram sendo incorporados pelo esporte, como foi o caso do princípio do rendimento⁹⁰”. E, devem ser acrescentados a esse, os princípios da competição e das comparações objetivas (KUNZ, 2001).

São postuladas para o esporte, por exemplo, as funções de desvio da atenção e de atenuador das tensões sociais, que permitiriam uma compensação para as insuportáveis condições de vida. Desse modo, tanto o esporte de rendimento quanto o esporte de lazer serviriam para desviar a agressividade potencial das suas origens sociais para as ações esportivas. Frustrações que resultariam do trabalho alienado e das condições de moradia dirigem-se, assim, não contra as verdadeiras causas, e, sim, são transformadas em agir agressivo no contexto das competições esportivas (BRACHT, 2003). Na mesma linha de raciocínio, Magnane (1969, p.109) afirma que “é por uma enérgica mobilização da agressividade juvenil que o esporte se impõe como um ‘fato social total’, capaz de representar um papel determinante na vontade de adesão ou a vontade de oposição ao contexto coletivo no seu conjunto”.

Como frisado em momento anterior, o esporte incorpora características oriundas da sociedade na qual o mesmo é desenvolvido e vivenciado – o esporte não é uma ilha em meio ao capitalismo; embora possa ser ressignificado por aqueles que o praticam. Assim,

⁹⁰ Para Santin, “o rendimento não é um fenômeno que possa ser isolado de um contexto maior onde encontra suporte e apoio. O rendimento encontra suas raízes filosóficas e ideológicas na própria dinâmica interna das ciências e da técnica; ele faz parte da imensa paisagem construída pelos homens da sociedade industrial” (2001, p.60).

características como a competição presente no esporte, devem ser compreendidas como uma das influências do modelo de sociedade vigente sobre essa manifestação que se desenvolve no seio da mesma. É necessário, portanto, negarmos compreensões acerca do esporte que busquem minimizar o seu caráter competitivo, historicamente situado no âmbito do modo de produção capitalista, como fator determinante. De acordo com Alba Zaluar, “a competição não é uma invenção burguesa, (...) Equacionar competição com um sistema de produção – o capitalismo – ou uma instituição – o mercado – é um enorme equívoco histórico” (1994, p.71). A crítica da autora se volta para uma certa associação do caráter competitivo presente no esporte ao capitalismo ou mesmo ao mercado. Penso que a autora tem razão ao afirmar que a competição não é realmente uma invenção burguesa, uma vez que em outros modos de produção social a mesma já se manifestava. No entanto, creio que tal relativização por parte da autora é dotada de fragilidade se não se busca historicizar o esporte ou talvez as determinações que um dado modo de produção social, no qual o mesmo se insere, podem exercer sobre tal fenômeno. Será que os seres sociais são capazes de praticar o esporte sem um eixo orientador competitivo que se constitua em reflexo da competição inerente ao modo de produção capitalista? Tal questionamento leva em conta a disseminação da matriz competitiva por meio de instituições como a família, a escola, a mídia e o próprio esporte. Instituições essas que exercem considerável influência sobre os aspectos subjetivos e objetivos da vida cotidiana das pessoas. Portanto, acreditamos que um real “equívoco histórico” seja desconsiderar as determinações que o modo de produção capitalista estabelece na vida dos seres humanos, sobretudo, no que tange aos aspectos competitivos. Algo que, sob nossa particular leitura, não pode se equivaler a uma concepção a-histórica de competição humana.

Fechado tal parêntese, passamos a apresentar o processo de ideologização do esporte. Esse se refere ao potencial político-ideológico do esporte, manifesto por meio de sua utilização como veículo de propaganda ideológica.⁹¹

Conforme Santin (2001, p.68-69), “na esfera das ideologias, sem dúvida, encontramos as maiores manifestações de transcendência do esporte de rendimento. As Olimpíadas modernas, nascidas para recuperarem os ideais originais do olimpismo grego, encontram-se mergulhadas de exploração ideológica”. O autor destaca três principais processos ideológicos

⁹¹ Quando tratamos da ideologização do esporte é importante destacarmos o estudo de Cavalcanti (1984) sobre o Programa “EPT – Esporte para Todos”. Neste livro a autora estuda este movimento oriundo dos anos 70 – intitulando-o de “Esporte para Todos: Um discurso ideológico”, no qual a “democratização da prática das atividades desportivas” é criticada, por se constituir numa forma de “desviar o questionamento das relações entre esporte e sociedade”, mitificando o esporte como “um remédio ideal que é oferecido ao homem para os males da sociedade industrial e a esperança em superar as desigualdades sociais” (1984, p. 19).

sobre o esporte: 1) a ideologia imposta pelos próprios fundamentos técnicos científicos das práticas esportivas. A ciência e a técnica não gozam de neutralidade, acabam assim repassando sua ideologia aos treinamentos, exercícios e gestos esportivos; 2) a ideologia que busca demonstrar a superioridade cultural, científica, tecnológica e de desenvolvimento de um país sobre outros. Tal tendência também está voltada para a disputa entre os regimes (capitalista e “comunista”) durante a Guerra Fria, no qual “uma medalha olímpica significava a confirmação da supremacia desse ou daquele regime” (PIRES, 1998, p.29); 3) a ideologia da exaltação racial, ou seja, os sucessos esportivos acabam servindo de justificativa para se provar a superioridade genética de uma raça. De acordo com Santin (2001, p.69), “o caso dos feitos memoráveis de Jesse Owens e a reação de Adolf Hitler tornaram-se um exemplo clássico e lugar-comum dessa ideologização”.

O processo de mercadorização do esporte, como o próprio nome diz, está voltado para o processo de transformação do esporte em mercadoria – em valor a ser vendido/comprado no mercado.

De acordo com Santin (2001, p.71),

cada vez mais acentuadamente os economistas, investidores e empresários encontram nas práticas esportivas um valor econômico. As atividades esportivas transformaram-se numa imensa área de investimentos. Isto acontece tanto como possibilidade de aplicações financeiras, quanto como alternativa mercadológica. De um lado, o esporte se torna um bem de capital, uma mercadoria, uma fonte de investimento ou uma embalagem comercial de outro lado, ele gera inúmeras empresas industriais que giram em torno da fabricação, construção e confecção de todo material, equipamentos e instalações necessárias às práticas esportivas.

Como apontado pelo autor, tal processo envolve a compreensão do esporte como uma mercadoria propriamente dita e também a apropriação do mesmo como vitrine para a comercialização de outras mercadorias direta ou indiretamente vinculadas ao mesmo. Será que é tão ingênua a utilização por parte da Coca-Cola da frase “pratique exercícios físicos regularmente”?

Partindo de uma mesma compreensão do processo, Kunz (2001, p.64), citando Souza, afirma que “a influência do esporte enquanto fetiche da mercadoria se manifesta de três formas: a) a ampliação do consumo da mercadoria esporte e de outras mercadorias paralelas; b) a ampliação das possibilidades de descoberta de novos valores (novos esportistas) e por último, mas não menos importante; c) a propagação de valores e normas de comportamento relativos ao mundo das mercadorias”. Acerca de tal perspectiva, Vago (1996, p.09) acrescenta que,

numa sociedade estruturada nos moldes capitalistas de produção, como é a brasileira, o esporte não ficou imune a um processo de mercantilização que parece sem fronteiras. (...) o processo de mercantilização referido pode ser exemplificado na venda de espaço para publicidade nos lugares da prática esportiva (estádios e ginásios, por exemplo) e nos uniformes dos atletas; na compra, na venda ou na troca dos próprios atletas (talvez ainda a maior e mais rentável das mercadorias esportivas, com sua expressão legal na lei do passe), no gerenciamento empresarial dos clubes num imenso mercado gerado em torno do esporte.

Parece-nos bastante clara a forma como o esporte é hoje divulgado como um grande negócio que movimentava milhões de dólares. Não são raros os casos de jogadores equiparados a mercadorias e vendidos para clubes do mundo inteiro, a “dança” dos técnicos de futebol que apenas esperam uma boa proposta para trocarem de time, independentemente da colocação do mesmo em um dado campeonato, o anúncio de mercadorias e serviços durante a transmissão dos jogos, os jogadores que só podem dar entrevistas utilizando a marca do patrocinador, etc.

Então, com base no que se encontra supracitado, hoje, o esporte de âmbito internacional, mais que uma genuína representação das capacidades esportivas de cada nação, deve ser compreendido como um fenômeno fortemente orientado pelos interesses do mercado esportivo, e para além desse, do mercado capitalista.

Como exemplo concreto de tal processo, Bracht (2003, p.110), baseando-se em depoimento de Carlos A. Nuzmann (presidente do Comitê Olímpico Brasileiro), afirma que,

entre os argumentos que foram arrolados para trazer a Olimpíada de 2004 para o Rio de Janeiro, não aparecem motivos nem educacionais, nem ligados à saúde e, por incrível que pareça, nem especificamente esportivos. Todos eles se situam no plano econômico como ganhos da infra-estrutura hoteleira e do turismo, impulso na modernização e aperfeiçoamento dos meios de comunicação, despoluição e aperfeiçoamento dos meios de transporte, etc.

O processo de espetacularização do esporte carece de uma compreensão do mesmo como uma consequência do processo de mercadorização⁹². Ou seja, uma vez sendo uma mercadoria, o esporte precisou adotar a linguagem visual da televisão, como forma de se incentivar o seu consumo, seja direto (pacotes de esporte para a TV e equipamento esportivo) ou indireto (outras mercadorias).

Para Santin (2001, p.118), esse processo está ligado à construção de grandes feitos de heróis esportivos. Esses são capazes de feitos não explicáveis, mas, sim, admiráveis. Tais feitos são trazidos e vivenciados pelos espectadores no âmbito de uma linguagem que constrói

⁹² “A apropriação do esporte pela mídia possibilita analisar fenômenos como a tendência à globalização/espetacularização do esporte pela indústria cultural, implicando sua transformação em mercadoria e elemento de colonização do tempo livre dos consumidores” (PIRES, 2002, p.85).

um mundo que é ao mesmo tempo real e irreal. É uma experiência que se situa na intersecção da ficção e da não ficção; situa-se no plano do imaginário.⁹³

Dessa maneira, partindo da visão do autor, os grandes feitos esportivos inexplicáveis ou mesmo inalcançáveis por “simples mortais”, caracterizariam o esporte como um fenômeno a ser admirado, exercendo influências, tanto objetiva quanto subjetivamente nas pessoas. Tal fascínio explica em parte a adoção do mesmo por parte da mídia (televisão), uma vez que possui repercussões significativas no que tange aos índices de audiência. E, como pré-requisito para compor o show business, a adoção da linguagem televisiva e a sujeição a determinações desse meio são imprescindíveis.

Talvez por esse motivo, Pires (2002, p.93) afirme que,

com o processo de espetacularização do esporte, a primeira mudança que se procedeu, logo a seguir ao consentimento para a inclusão de publicidade nos uniformes, foi a aprovação de mudanças significativas nas regras de diversas modalidades, como condição para serem incluídas nas grades de programação televisiva.

O maior exemplo foi a série de mudanças pela qual passou o voleibol, visando sua dinamicidade e adequação aos interesses da mídia. E, para o mesmo autor, com base em Pozzi, “o esporte se tornou um produto perfeito para satisfazer os dois mercados da TV: o telespectador, que cada vez mais consome esporte e o mercado publicitário, atraídos pelas grandes audiências junto aos seus públicos-alvo” (Idem, Ibidem).

Nesse processo de espetacularização, não somente o alto grau de habilidade demonstrado na execução dos gestos técnicos ou mesmo a quebra de recordes, são o suficiente para seduzir a audiência. Faz parte desse jogo também a promoção do apelo sexual dos corpos atléticos ou talvez, um fetiche dos corpos-mercadoria. Exemplos de tal intervenção esportivo-midiática se encontram nas diversas tomadas feitas por câmeras espalhadas por todo o estádio/ginásio, buscando a melhor imagem dos músculos hipertrofiados, das pernas bastante torneadas, enfim, da “beleza atlética”. Para tal, corrobora a utilização de uniformes que deixem à mostra outros elementos “espetaculares” do esporte. E, nessa perspectiva, manifestações contrárias a tal lógica, costumam sofrer retaliações.

A recente polêmica envolvendo as atletas da seleção brasileira feminina de voleibol, que foram multadas pela Liga Mundial por se recusarem a adotar o novo uniforme

⁹³ Segundo Debord (1997, 28), “o princípio do fetichismo da mercadoria, a dominação da sociedade por ‘coisas supra-sensíveis embora sensíveis’, se realiza completamente no espetáculo, no qual o mundo sensível é substituído por uma seleção de imagens que existe acima dele, e que ao mesmo tempo se fez reconhecer como o sensível por excelência”.

obrigatório, composto de peça única colada ao corpo (macaquinho), segundo elas incômoda e sexy demais, parece mostrar que a competência técnica não é mais suficiente para o espetáculo esportivo, exigindo novas formas de apelo midiático, cuja ética é, uma vez mais, questionável (PIRES, baseado em Medeiros, 2002, p.88).

Acrescentamos a tais argumentos o fato de que atualmente, “o esporte parece ser o parceiro preferencial da espetacularização na mídia televisiva porque oferece, em contrapartida, o show já pronto. O cenário, o roteiro, os atores, os espectadores e até os (tele)consumidores estão antecipadamente garantidos, o que facilita a sua transformação em produto facilmente comercializado/consumido em escala global” (Idem, *Ibidem*, p.90).

Essas características inerentes ao esporte são compreendidas como de suma importância no processo de ensino-aprendizagem que adota o esporte da dimensão dos saberes e conteúdos. Talvez, por isso, o Programa “Educação pelo Esporte” nos diga que o esporte deve ser considerado “nas relações que mantém com questões econômicas, políticas, com questões sociais ligadas ao consumo, às questões de gênero, de cidadania, de saúde e outras mais de buscar nexos e pontos de intersecção entre esses aspectos da realidade” (IAS, 2004, 236).

Realizada a apresentação do esporte e os processos de apropriação social do mesmo, nossos esforços se voltam, nesse momento, para a sua compreensão na esfera das políticas públicas, tomando como base sua presença na esfera estatal, mas também no âmbito das organizações não-governamentais.

4.2. ESPORTE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Em termos de Brasil, é possível afirmar que a trajetória política do esporte tem início, ainda, no século XIX, quando o esporte chega ao país por meio da imigração européia. Desse momento até o início da década de 1930, observa-se uma efetiva autonomia da sociedade para se organizar esportivamente. Com a Revolução de 1930 e o Estado Novo, demarca-se de forma mais consistente a entrada do Estado no setor esportivo. Nesse primeiro momento constatamos um movimento de migração do esporte da sociedade para o Estado.

No momento de sua emergência no contexto brasileiro, o esporte era tido como uma manifestação banal, incipiente, na qual não se presenciava grandes níveis de conflito ou mesmo interesses secundários por parte de seus praticantes. Daí a postura do Estado de intervir de forma ínfima no setor. No entanto, em sua trajetória, o esporte sofre significativas alterações na forma como se manifestava cotidianamente. Ou seja, surgem conflitos em grupos organizados esportivamente, principalmente no futebol. Tais conflitos, caracterizados

na época como “politicagem”, justificaram primordialmente as intervenções estatais no setor esportivo (LINHALES, 1997).

De acordo com Linhales (1997, p.220), “no Estado Novo, o modelo de institucionalização do esporte baseava-se em princípios tutelares, corporativos e arbitrários.⁹⁴ Um modelo que apenas perpetuava as desigualdades no processo de distribuição dos recursos públicos”. Em virtude dessa má distribuição de recursos o Estado afastava-se da possibilidade de construção de um projeto institucional para o setor esportivo que fosse capaz de atingir a todas as diferentes camadas da população e, assim, consolidar o esporte como direito social.

Com o passar do tempo o setor esportivo burocratizou-se nos planos, diretrizes e projetos que compunham o planejamento centralizado no Estado; o esporte aparece como um direito social, a partir de uma perspectiva liberal-funcionalista. Em outras palavras, deveria ser oferecido a todos, como um bem moderno e capaz de atuar como elemento de compensação e equilíbrio dos efeitos do mundo industrializado e urbano.

Para além da lógica liberal-funcionalista, a política esportiva brasileira foi influenciada por outros projetos políticos e esportivos que aconteciam para além das fronteiras tupiniquins. Com efeito, “o modelo corporativo adotado no Estado novo, a massificação nos anos 50/60, a reprodução do modelo escandinavo do ‘esporte para todos’, dentre outros, são exemplos a serem considerados sobre a influência externa” (LINHALES, 1997, p.221).

No período entre as ditaduras (1946-1964), poucos fatos referentes à relação entre Estado e esporte podem ser destacados. Os fatos emblemáticos ainda condiziam com uma perspectiva desenvolvimentista com fins de construção de um país grande. A copa do mundo de 1950 e a construção do estádio do Maracanã são os exemplos mais marcantes no que tange à intervenção estatal.

Com o golpe militar, as políticas de esporte adquirem uma outra conotação. O esporte era tido como uma excelente forma de se obter o consenso popular ou talvez a sua desmobilização política. Assim, por exemplo, o hino dos “noventa milhões em ação” foi utilizado. Sobre tal aspecto, Linhales afirma que “um dos principais argumentos dos militares ao assumirem o setor esportivo foi o de conter o populismo que permeava o esporte” (1997, p.221).

⁹⁴ No Brasil, por exemplo, “se seguirmos Manhães, a relação entre Estado e a organização esportiva assumiu durante a ditadura do Estado Novo um caráter corporativista que persistiu até o fim da ditadura militar do pós-64. A relação corporativista é caracterizada por uma imposição das regras por parte do Estado autoritário, fazendo retroceder ao mínimo o grau de autonomia da organização esportiva” (BRACHT, 2003, p.75).

Outro fato de suma importância foi a disseminação da idéia da pirâmide esportiva, na qual alicerçava-se uma proposta de massificação do esporte voltada para a descoberta de talentos esportivos para o país. Uma boa atuação de um atleta ou equipe esportiva internacionalmente era considerada fator de prestígio para o país. Tal discurso, que apontava pela primeira vez para a ampliação do acesso ao esporte, veio, entretanto, acompanhado por um outro objetivo central no período: o incremento do esporte de rendimento. Esse, por si só, caracterizava-se por fortes ingredientes de exclusão e seletividade. Muitos deveriam ter acesso a ele, para que, da massa, se extraísse a elite, ápice da pirâmide esportiva (LINHALES, 1997).

Com base em tal proposta, o esporte passou a ser o conteúdo predominante nas aulas de Educação Física escolar. Isso porque, a escola era tida como um excelente espaço para a descoberta da base da pirâmide esportiva, o local no qual o talento seria descoberto. Essa massificação avançou para além do setor escolar, englobando a universidade. De acordo com Melo (2005, p.75), “temos, a partir da segunda metade dos anos de 1970, a retomada, desta vez com mais força, dos Jogos Estudantis Brasileiros (JEBs) e Jogos Universitários Brasileiros (JUBs), pensados como celeiros de futuros craques, além da já conhecida tentativa de controle social”. Também no final dos anos de 1970 é criado no país o programa Esporte para todos (EPT) – uma proposta de origem européia (escandinava) que tentou ser adaptada à realidade brasileira.

Nesse período podem ser assinaladas como principais idéias que permearam as ações governamentais para o setor esportivo, medidas voltadas para o prestígio da nação internacionalmente e uma perspectiva compensatória dos efeitos da vida urbana. Assim o esporte era concebido como uma espécie de instrumento de afirmação política no plano internacional (medido na forma de quantidade de medalhas olímpicas e títulos internacionais), idéia que ganhou caráter verossímil durante a Guerra Fria. Embora esse modelo de intervenção estatal tenha se concretizado plenamente no confronto político entre EUA e URSS, a massificação pretendida pelos militares não pode ser considerada alheia a tal processo. E, na segunda perspectiva, o esporte era fomentado com o intuito de se propor o bem-estar da população, em ganhos de saúde, se constituindo em fator compensador importante dos problemas da vida urbana crescentemente tecnologizada (BRACHT, 2003). Portanto, de acordo com Melo (2004, p.82),

o acirrar da relação entre o esporte e a atividade física se dá com o aumento das preocupações com a saneabilidade das cidades e com a saúde da população, que se desenvolveram em muitos países dados os desdobramentos do avanço da

industrialização e da rápida urbanização. Era necessário se estabelecer novos parâmetros de convivência que permitissem à nações rumar em 'direção ao progresso'. Nesse sentido, cada vez mais se fazem necessárias estratégias de controle corporal e de preparação de um 'corpo saudável' para a condução da nova perspectiva socioeconômica.

Com o processo de abertura democrática do país em meados dos anos de 1980, percebemos que o direito ao esporte passa a fazer parte das preocupações do Estado. Ao menos no plano legal, temos incluído na constituição de 1988 tanto o lazer quanto o esporte como direitos sociais ao lado dos demais já existentes. Embora se constitua em direito dos cidadãos e dever do Estado, a universalização do oferecimento de espaços públicos para a prática do esporte deixou e deixa muito a desejar. Não se pode desconsiderar a gradativa privatização e limitação dos espaços voltados para as vivências esportivas; fato esse que atende incontestemente a lógica neoliberal, que adentra ao país no início dos anos de 1990.

Dessa maneira, a nova legislação nacional para o esporte, embora exaltasse o princípio da cidadania e a necessidade de ampliação do acesso à prática esportiva, o fazia baseando-se em princípios liberais. O caminho e as estratégias escolhidas são baseadas centralmente na autonomia e na liberdade dos agentes, como se, por si só, esses pudessem garantir a democratização pretendida. Verificamos, assim, que em tal perspectiva, o Estado desobriga-se de suas funções mediadora, regulatória e redistributiva das possibilidades igualitárias de acesso. Segundo Linhales, “desobriga-se, fundamentalmente, de sua indispensável atuação como elemento neutralizador dos efeitos nefastos do mercado de livre concorrência, principalmente os particularismos, os privilégios de grupos e os monopólios” (1997, p.223).

Ainda para essa autora,

este movimento que, por um lado, significa a massificação da oferta do esporte como um produto de consumo, por outro, descaracteriza a idéia do esporte como um direito social. Como justificção de tal afirmativa podemos observar que: a) amplia-se o consumo passivo do esporte em detrimento da prática esportiva propriamente dita; b) o Estado se desobriga da tarefa de promover a oferta de equipamentos e serviços esportivos, recolhendo-se muitas vezes, à tarefa de mediador dos interesses econômicos que perpassam o setor e que possuem condições de se fazer representar politicamente; c) como consequência, o acesso à prática esportiva fica restrito àqueles segmentos da sociedade que podem realiza-la a partir da compra de serviços, relegando à condição de precários consumidores passivos expressiva parcela social. (LINHALES, 1997, p.224-225)

O pensamento neoliberal, nos últimos 20 anos do século XX e início do século XXI, descortinou outra realidade, vez que o novo eixo político-econômico implicou em redução do tamanho do Estado (“Estado Mínimo”) e correspondente ampliação dos espaços para mercadorização de ações que eram, até então, atribuições das suas políticas públicas (PIRES,

2004-a). No limiar dessa lógica, então, cada vez mais, as atribuições do Estado parecem se tornar atrativos de investimentos da iniciativa privada e também de ONGs, e como resultado, “parece ter restado à Educação Física e esporte escolar, enquanto políticas públicas, o desenvolvimento de ações compensatórias e de inclusão para populações desfavorecidas e/ou em situação de risco social” (PIRES, 2004-a, p.11).

Essa dimensão utilitária do setor esportivo tem fundamentado o desenvolvimento de programas esportivos de cunho assistencialista e compensatório. Como decorrência de tal processo, vemos que ocorre o “investimento público em jogos estudantis, quando não se tem, muitas vezes, uma política de desenvolvimento esportivo de longo prazo para o setor educacional, ou a priorização freqüente de grandes eventos esportivos de massa em detrimento de programas mais permanentes e diferenciados” (LINHALES, 1997, p.225).

Com relação a essas questões, pode-se dizer que ao esporte parece restar a função de substituto das demais políticas sociais, numa perspectiva de salvacionismo. Os efeitos combinados da crise econômica e do fracasso da política educacional, associados à crescente participação dos jovens na criminalidade urbana violenta, fazem com que o esporte seja utilizado em ações, projetos e programas públicos ou privados, como estratégia capaz de conter ou disfarçar as mazelas sociais.⁹⁵ Nessa perspectiva, entram em cena na realidade contemporânea as Organizações não-governamentais e também as fundações bancadas por empresas privadas na esfera da responsabilidade social. Presenciamos, assim, um segundo movimento: as políticas públicas, anteriormente restritas à ação estatal, passam a fazer parte das intervenções no âmbito do Terceiro setor.

Embora tenha assumido lugar de destaque no âmbito das políticas públicas de esporte, as chamadas políticas voltadas para populações em situação de risco social não estão sozinhas. Também na contemporaneidade, recebe considerável investimento público o esporte de alto rendimento. Esse recebe investimentos, seja por meio do financiamento de atletas de alto nível (tendo como patrocinadores: Correios, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Petrobrás), seja na promoção de grandes eventos esportivos, nos quais à população cabe ao máximo participar como espectadora (PIRES, 1998; MELO, 2005). Nesse contexto, foi criado no governo Fernando Henrique Cardoso o programa “Esporte na escola”, sobretudo ao levarmos em consideração a grande responsabilidade que recaiu sobre a escola (Educação Física escolar) pela formação de atletas após a fraca campanha da delegação brasileira nas olimpíadas de Sydney em 2000. De acordo com Darido (2000, p. 104) “uma das propostas

⁹⁵ Trataremos das questões referentes aos usos do chamado esporte social em tópico específico.

que insistem em aparecer após a realização de competições importantes é atribuir à escola o papel de formadora de atletas e detecção de talentos”.

Ao voltarmos o olhar para as tendências presentes nas políticas públicas voltadas para o esporte no contexto atual, no qual a lógica neoliberal parece, gradativamente, se destacar, percebemos o destaque para a promoção do esporte de alto rendimento e também o incentivo ao chamado esporte social, no qual parecem assumir destaque os objetivos de inclusão social e promoção da cidadania. O mais interessante é notar que tais objetivos estabelecem uma relação bastante peculiar contemporaneamente.

No Governo Lula, temos como cartão de visitas do Ministério dos Esportes o Programa Segundo Tempo. Esse se insere no âmbito dos programas voltados para a inclusão social por meio do esporte⁹⁶. Tal programa visa democratizar o acesso à prática esportiva de crianças e adolescentes matriculados em escolas públicas do Brasil, com atividades esportivas no contra-turno escolar, apresentando em suas entrelinhas o propósito de colaborar com a inclusão social, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento intelectual de crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social. O mais interessante é que no âmbito do próprio ministério do esporte, a bandeira da inclusão social é erguida ao lado de uma ação visando a descoberta de talentos esportivos. O objetivo principal da ação descoberta do Talento Esportivo⁹⁷ é, através da realização de testes de habilidades motoras, valências físicas e medidas corporais em jovens escolares, de 10 a 17 anos, constituir um Banco de Talentos Esportivos, disponível para federações, clubes e outras instituições privadas interessadas em investir na formação esportiva desses jovens.

Ao nos remetermos a essa ação, verificamos que o esporte é compreendido como aquele que se traduz em rendimento, performance, desempenho, competição, recordes, etc., desconsiderando todos os esforços e o discurso do próprio Ministério, que enfatiza o esporte como fator de inclusão social. Dessa forma, contemplar a democratização do acesso ao esporte (perspectiva de inclusão no esporte) junto com a seleção de talentos precoces (perspectiva de exclusão no esporte) se torna um verdadeiro desafio. Desafio esse, que nos faz pensar em quais as possibilidades ou impossibilidades de diálogo entre a inclusão e o

⁹⁶ Para uma crítica acerca das relações estabelecidas entre esporte e inclusão social, recomendamos: SILVA, M. R. da; SILVEIRA, J.; AVILA A. B. **Políticas públicas para o esporte: cidadania e inclusão social**. 2007 (no prelo).

⁹⁷ Ver CHAVES, R. B. **Ação “Descoberta do Talento Esportivo”**: o que está por trás disso? Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Educação Física). Florianópolis: Centro de Desportos/UFSC, 2005.

rendimento. Basta voltarmos nosso olhar para a lógica da pirâmide esportiva e veremos a incompatibilidade dessa proposta com a citada inclusão (SILVEIRA, 2006).

Pelo exposto até o momento, podemos avaliar que a realização do direito ao esporte, que pressupõe uma intervenção pública de natureza social, fica comprometida pela opção do Estado em reconhecer o esporte preponderantemente em sua forma-mercadoria, abrindo mão de uma proposta de universalização ao acesso e, expondo suas facetas neoliberais, na qual tem lugar de destaque ações utilitaristas e compensatórias como são os casos dos projetos sociais que adotam o esporte como carro-chefe. Por isso, ao tratarmos das políticas públicas para o esporte, devemos ter clareza de que a sua presença como política pública está mais afastada da perspectiva de direito social e, cada vez mais próxima da perspectiva de serviço a ser conseguido “ou no mercado da atividade física com clubes, academias e escolinhas pagas, ou então contar com a ‘solidariedade’ de atletas, com a ‘responsabilidade social’ de grandes empresas ou ainda com a ação dos voluntários” (MELO, 2005, p.97). Saem de cena os direitos do cidadão e destacam-se de vez o consumo de mercadorias e serviços e também os favores e a assistência.

Com base em nossa discussão sobre as políticas públicas de esporte, o Instituto Ayrton Senna se posiciona sobre as mesmas indicando a necessidade de um avanço no que tange a qualidade de tais políticas, levando em conta os pressupostos teórico-metodológicos presentes no Programa “Educação pelo Esporte”. As características do esporte no âmbito do Programa são consideradas pelos seus idealizadores como avanços na comparação com outras propostas de políticas públicas de esporte, servindo como justificativa para uma das maiores pretensões do Programa no campo das políticas de esporte. De acordo com o documento, pretende-se que sua proposta de “educação pelo esporte” “contribua para o avanço na qualidade das políticas públicas dirigidas à crianças e jovens” (2004, p.11). Sua reflexão sobre a proposta de educação para o desenvolvimento humano se constitui, na visão dos autores, num grande avanço em termos de arcabouço teórico e estratégias metodológicas perante às políticas públicas existentes. Se levarmos em consideração a densidade de seus pressupostos pedagógicos e o embasamento que norteia as ações do programa, encontramos elementos que legitimam tal pretensão.

Ainda no que se refere ao avanço na qualidade das políticas públicas, encontramos elementos que demonstram ou denunciam problemas ligados às atuais políticas de esporte existentes. Principalmente no que se refere às estruturas dedicadas à prática esportiva e à qualidade das intervenções pedagógicas. De acordo com o que se encontra citado no documento em análise,

o fato de participar de atividades esportivas dentro de um campus universitário, de ter à disposição quadras ‘de verdade’, de jogar e brincar com material adequado e de contar com o acompanhamento de educadores competentes e comprometidos têm elevado a auto-estima das crianças e de suas famílias (2004, p.32).

Esse aspecto ressalta o quão deficientes são as possibilidades de acesso à prática esportiva e de lazer (movimentos em geral) e a pobreza da mediação realizada por professores (mal remunerados, mal preparados, pouco motivados). Assim, o Programa acaba destacando o mínimo a ser realizado no âmbito das políticas públicas de esporte, sobretudo, no que tange à Educação Física escolar. Sem dúvidas, é problemático que esse seja um alerta ou talvez uma constatação de mais uma ineficiência estatal na garantia dos direitos sociais, revelada na prática cotidiana de uma Organização não-governamental. Mas também, é importante ressaltar o quão problemático é conceber a superação de tal panorama na esfera das ações desenvolvidas fora do Estado, isto é, aquele responsável pelo acesso universal aos direitos sociais. Se as condições atuais para se proporcionar a vivência esportiva/lazer não são as ideais ou sequer boas, isso sinaliza que a atuação estatal deve ser aperfeiçoada e não substituída por agentes privados, afastados de uma perspectiva global de oferta da prática esportiva. Devemos reforçar aqui a obrigação do Estado para com a garantia desse direito social e não a transformação de tal direito em um serviço prestado por terceiros ou mesmo uma mercadoria a ser consumida.

Uma vez contemplados os aspectos referentes às políticas públicas de esporte no Brasil, passamos a discutir a utilização do esporte em meio às políticas públicas alocadas na esfera estatal, mas também presente nas ações desenvolvidas por empresas privadas por meio da chamada responsabilidade social e também as Organizações não-governamentais. O intuito de tal discussão é compreender as diversas atribuições sociais que contemporaneamente recaíram sobre o esporte, cunhando a expressão “esporte social”.

4.2.1. Os objetivos sociais do esporte

Recentemente foram atribuídas muitas tarefas sociais ao esporte. Dentre as mesmas, o esporte se tornou promotor da saúde e da qualidade de vida, elemento profilático ao uso de drogas e ingresso na criminalidade, caminho para a ascensão social, combatente da exploração do trabalho infantil, responsável pela inclusão social e promoção da cidadania, etc. Essas tarefas adquiriram visibilidade perante a sociedade por meio do exemplo de diversos ex-atletas que “penduraram as chuteiras” e passaram a “suar a camisa” em nome da

transformação da realidade de crianças e jovens “carentes” por meio de projetos esportivos (SILVEIRA, 2006). Somente com fins de ilustração desse panorama, pode-se citar como exemplo: Instituto Ayrton Senna, Instituto Guga Kuerten, Instituto Dunga de desenvolvimento do cidadão, Instituto beneficente Romário de Souza Farias, Instituto bola pra frente, Fundação gol de letra, Fundação Cafu, Instituto Jackie Silva, Instituto Rexona de esporte, Instituto Canhotinha de ouro, Instituto rumo certo.⁹⁸

Essa emergência de projetos esportivos fora da alçada do Estado está diretamente relacionada com a reconfiguração do papel do Estado e o destaque para o chamado Terceiro setor. Assunto esse que discutimos nos capítulos segundo, terceiro e também no tópico anterior do presente capítulo. Segundo Melo,

com a nova configuração da sociedade civil nos anos de 1980 e o surgimento/afirmação da idéia de terceiro setor, as iniciativas no âmbito dos esportes também são influenciadas por esse processo. Começam a ganhar força os chamados ‘projetos sociais’ ou programas de iniciação esportiva para crianças e jovens, principalmente em bairros pobres (2005, p.83).

Todavia, devemos chamar a atenção para o fato de que tais projetos, que adotam o “esporte social” como bandeira para a transformação social, associam suas ações à visada transformação social de uma forma linear, sem levar em consideração uma série de questões de ordem conceitual e logicamente de ordem social. A abordagem que reveste o esporte na presente perspectiva pode ser considerada como utilitarista ou ainda, como salvacionista. Isso porque, busca no esporte um tipo de “saída fácil” para os principais problemas sociais que afligem, principalmente, a infância e a juventude. Discutiremos a seguir algumas dessas atribuições que recaem sobre o esporte.

A atribuição esportiva que parece ter se legitimado há mais tempo na sociedade foi a relação linear estabelecida entre a sua prática e a “promoção da saúde”. Mais recentemente, com a mensuração do Índice de desenvolvimento humano (IDH), um outro fator foi atrelado à saúde – a “qualidade de vida”.

Podemos constatar empiricamente, com relativa freqüência, a presença de tal relação no imaginário social. Maior ainda é a associação de atletas de alto rendimento a um exemplo de vida saudável, com uma “saúde impecável” resultante da rotina diária de treinamentos. Emblemático como exemplo de tal relação é o depoimento presente na obra de Alba Zaluar (1994. p.67), na qual um dos sujeitos entrevistados em sua pesquisa avalia a presença de um

⁹⁸ Cf Melo, 2005.

programa esportivo (PRIESP)⁹⁹ na comunidade investigada (Cidade de Deus -RJ). Segundo esse, “o esporte é saúde, não? Não há tuberculoso no esporte, não há canceroso e também não há tristeza... dentro da comunidade, é saúde, é uma medicina...”.

Essa relação guarda semelhanças com a influência da Instituição médica nas aulas de Educação Física, principalmente quando nos remetemos aos padrões de higiene a serem alcançados/incentivados por meio da ginástica e mesmo uma perspectiva de melhoria da raça (eugenia). Afinal, foi a ligação do esporte ao ideal da educação e da saúde que permitiu ao esporte tornar-se o conteúdo central da Educação Física escolar (BRACHT, 2003). Atualmente, com sua roupagem de “saúde e qualidade de vida”, o esporte é incorporado à políticas públicas e disseminado pela mídia entre a população em geral, reforçando o senso comum de que “esporte é saúde”. Mas afinal, qual o conceito de saúde que está sendo defendido? Qual a ideologia por trás de tal atribuição? São questões a serem respondidas.

Tal discurso carrega consigo uma perspectiva de saúde ligada a fatores comportamentalistas¹⁰⁰, isto é, afirma que a saúde é resultado da mudança de hábitos individuais. Nessa lógica, é independente ser rico ou miserável, empresário ou desempregado, homem ou mulher, negro ou branco. As condições sociais parecem não ter muita importância sobre a questão da saúde. Presenciamos, então, uma perspectiva que busca inculcar a idéia de saúde, desconsiderando a perspectiva coletiva dessa, ou seja, concebendo-a como resultante de conquistas históricas, defendendo, portanto, uma concepção de saúde voltada para um projeto de cunho meramente liberal e que se coloca a serviço do “mercado da atividade física e saúde” – mantendo, assim os lucros da indústria de materiais esportivos, das práticas corporais em geral e da prestação de serviços afins.

Assim, tal perspectiva de saúde é por demais limitada, uma vez que se afasta da possibilidade e da necessidade de lutas coletivas no campo da conquista e manutenção de direitos, que ocasionam influências sobre a vida dos sujeitos “carentes” de saúde. Ademais, é de suma importância, na esteira do entendimento que se têm sobre “promoção da saúde”, considerar também que, os aspectos sócio-econômicos, os quais pressupõem o resultado das

⁹⁹ “O PRIESP foi um programa de iniciação esportiva da Fundação Roberto Marinho desenvolvido a partir do final dos anos 70 em algumas cidades brasileiras, especialmente o rio de Janeiro. Tinha por objetivo preparar futuros atletas e desenvolver o gosto pelo esporte nas camadas mais pobres da população” (ZALUAR, 1994, p.45).

¹⁰⁰ Trata-se de uma espécie de “culpabilização da vítima”. Esta “culpabilização” é perversa, pois se constitui em justificativa para se economizar esforços com políticas sérias de saúde, uma vez que a responsabilidade de ser saudável é transferida ao cidadão. Isto acaba por explicitar uma concepção funcionalista da sociedade, fundada no individualismo e orientada a fins racionais estáticos (PIRES, 2002).

formas de organização social de produção, podem fomentar grandes desigualdades nos “níveis de vida” (MINAYO et al, 2000) da população em geral.

O esporte também é apresentado como um agente de combate às drogas e ao crime em geral. Ao esporte foi atribuída a função de manter as crianças e jovens afastadas do mundo das drogas e da criminalidade. O esporte se responsabilizaria por um certo disciplinamento da juventude ociosa, uma vez que predomina em nossa sociedade uma visão preconceituosa de que jovem pobre é sinônimo de criminoso em potencial. De acordo com Melo,

percebemos claramente a posição de que o jovem se envolveria com o crime por não ter outras coisas a fazer, indicando uma suposta linearidade entre a falta de opções de lazer e o ingresso no mundo do crime, além de estabelecer uma relação de causa-conseqüência. Assim, o esporte seria o ‘antídoto’ perfeito para coibir tais práticas, uma espécie de analgésico social, sempre numa perspectiva conservadora de controle social (2005, p.82).

Poderíamos nos perguntar: quais as motivações que levam as crianças e jovens a aderirem ao mundo do crime? Se as respostas apontassem hipoteticamente, por exemplo, para a carência de bens materiais, a falta de educação, falta de oportunidades no mercado de trabalho, possibilidade de ascensão social; será que a prática esportiva contribuiria efetivamente para a solução de tais carências? Certamente não.

Uma das atribuições que também assumiu grande destaque no senso comum foi a sua caracterização como passaporte para a ascensão social. Isso se concretiza, sobretudo, no exemplo dos milhares de meninos que sonham em ser jogadores de futebol profissionais e, assim, adquirirem estabilidade financeira. Isso se dá, provavelmente, porque as ações esportivas contemporâneas se aproveitam do fato, de que para os jovens o esporte traz consigo a idéia do “igualitarismo” inerente à prática esportiva, por ser uma “ordem social fundada em regras universais aplicadas a todos” (ZALUAR, 1994, p. 88); e, além disso, a promessa de “integração social”, alimentando, assim, nas crianças e jovens das classes sociais empobrecidas, o “sonho” e a ilusão de se converterem em atletas de alto nível e, conseqüentemente, de “ascensão social” para saírem do quadro de vulnerabilidade e risco social a que são submetidas cotidianamente pela lógica destrutiva do capital. Em suma, a promessa de ascensão social através do esporte, pode criar nas crianças e jovens o mito da possibilidade ilusória de um melhor lugar no “podium” da divisão social de classe.

Essa tendência de ascensão social ou talvez profissionalização dos jovens por meio do esporte, geralmente se volta para uma abordagem dos principais problemas da juventude, sendo que a saída para tais problemas se daria por via de iniciativas individuais; o destaque de um jovem serve como exemplo a ser seguido pelos demais. Segundo Melo (2005, p.78),

temos uma individualização da questão, cabendo aos jovens, por meio de seus esforços e talentos, galgarem o seu espaço, uma vez que todos teriam condições de alcançar o sucesso esportivo, bastando dedicação. A premissa parece ser a de que aqueles que não lograram sucesso, talvez não tenham se dedicado o suficiente.

Enfim, os problemas de ordem social que afligem a juventude são transferidos do atendimento universal do Estado para iniciativas individuais, cujo motor parece ser o mérito pessoal ao invés das conquistas coletivas da juventude e da sociedade.

Uma outra perspectiva associada ao esporte que, com certeza, se aproxima em muito daquelas discutidas anteriormente, é referente à utilização do esporte como agente de combate à exploração do trabalho infantil. Em termos de Brasil, o maior exemplo de tal tendência está vinculado ao Programa de erradicação do trabalho infantil (PETI) do Governo Federal. Esse programa contempla atividades a serem desenvolvidas no contraturno escolar, dentre elas atividades esportivas, como forma de se preencher o tempo das crianças e se evitar a popularmente temida “oficina do diabo” e também a exploração da força de trabalho pueril. Acerca de tal perspectiva, caberia questionar: será que os motivos que levam as crianças a terem sua força de trabalho explorada podem ser atenuados ou mesmo superados através da prática esportiva?

Finalizando, trataremos da utilização do esporte como promotor da cidadania e da inclusão social. Parece ter se tornado um modismo incluir socialmente por meio do esporte, de se propor a cidadania através da prática esportiva.

Primeiramente, grosso modo, quando se fala de inclusão ou de incluir, parte-se do pressuposto de que algo ou alguém é carente de inclusão, ou seja, é ou está excluído. Dessa maneira, incluir socialmente está diretamente relacionado a uma necessidade de quem está excluído socialmente. Mas o que significa ser/estar excluído socialmente? Talvez causaria certa indignação e espanto afirmar que na sociedade atual não existem seres excluídos¹⁰¹ socialmente. Mas como pode isto ser verdade? E os pobres? Os miseráveis? Os famintos? Os desempregados? Os que não têm acesso à informática? Os que não têm acesso à saúde, habitação, educação, lazer? Esses não se encontram excluídos socialmente? A resposta é não.

A questão principal se volta para a atribuição da inclusão social somente aos benefícios de uma dada sociedade ou modo social de produção. Não se percebe, porém, que em se tratando de uma sociedade tão contraditória quanto a pautada pelo modo capitalista de

¹⁰¹ “A exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada como um todo. Não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos distendidas. (...) encontram-se *desfilados*, e esta qualificação lhes convém melhor do que a de excluídos: foram desligados, mas continuam dependendo do centro” (CASTEL, 2001, p. 568-569).

produção, aqueles que colhem desgraças e miséria como frutos também precisam, necessariamente, ser considerados incluídos. Quem disse que estão excluídos de tal sociedade? Dessa maneira, percebe-se como a inclusão social não supera os limites de uma expressão vazia de sentido, devido a sua fragilidade teórica e por ter se tornado um “jogo de palavras” que promete muito e nada pode cumprir.

Acerca da promoção da cidadania, contempla-se um cenário bastante próximo do que foi tratado acerca da inclusão social. Ou seja, tal termo também passa por um processo de banalização. É possível se constatar claramente o esvaziamento de seu sentido, uma vez que a cidadania engloba cada vez mais um número maior de ações de ordem social. Cidadania é sinônimo de ações que tirem as crianças e jovens da rua, de qualquer ação solidária, de filantropia empresarial, etc. De acordo com Melo (2005, p.80), “este termo se tornou auto-explicativo. Está na moda. Sua densidade conceitual, sua carga de enfrentamento à ordem desigual e o seu processo de conquista, que sempre implicou lutas por direitos de diversas ordens, foram mimetizados a um discurso sem sentido”.

O que parece esmorecer nesse processo de banalização é a desconsideração do esporte como direito social, conquistado a duras penas como dever do Estado e direito do conjunto dos cidadãos. Cidadania perde o seu caráter de conquista e passa para a esfera da assistência ou mesmo do consumo. As políticas esportivas estatais são minimizadas abrindo espaço para a atuação do chamado Terceiro setor, para, por meio do “esporte social” atender a tal prerrogativa de crianças e jovens.

Assim, podemos destacar que, por meio de tais ações na esfera da Responsabilidade social e das ONGs, o esporte chega a ser utilizado como atividade de substituição a outros direitos sociais, dos quais as populações atendidas encontram-se destituídas. De acordo com Zaluar (1994), a emergência de programas e projetos esportivos endereçados às populações de menor poder aquisitivo guarda estreita relação com os graves problemas que afetam a sociedade brasileira.

É necessário compreender que programas que utilizam o esporte como carro-chefe da questão social, por si, jamais serão capazes de resolver todos os problemas sociais. Isso porque, o mesmo não pode ser tratado como solução para problemas que requerem ações de ordem política muito mais incisivas do que realmente a criação de tais programas. E mais, tal tendência, apenas contribui para o ocultamento da real gênese desses problemas que, supostamente, se tenta enfrentar (MELO, 2005).

Portanto, a reconfiguração do papel do Estado no que tange à questão social, especificamente levando em consideração as políticas de esporte, mas de forma alguma desconsiderando as demais esferas que compõem a vida dos cidadãos, acarreta em sérias conseqüências sobre a forma como o “esporte social” é encarado na contemporaneidade. Empresas e ONGs se inserem num processo de substituição do Estado no atendimento da questão social, obscurecendo por intermédio de suas ações, a compreensão do esporte como direito social, a ser garantido pelo Estado de forma universal. Dessa maneira, muitos objetivos sociais acabam se tornando objetivos do esporte, mistificando concepções e apresentando o esporte como plataforma para a solução de problemas sociais inerentes ao próprio modo de produção vigente – uma proposta de ação social coerente com a lógica do capital.

A crítica não é realizada no intuito de se desmerecer a promoção do esporte em “comunidades carentes” e, muito menos, afirmar que os sujeitos atendidos por tais projetos sociais não precisam de opções de lazer. Em síntese, façamos nossas as palavras de Melo:

Não se trata de desconsiderar sua importância para a vida das pessoas que estão sendo atendidas, já que para elas, num contexto de poucas opções de lazer, pouco importa quem promove a possibilidade para essa prática esportiva, se é o Estado, uma Organização não-governamental (ONG), ou um candidato a cargo político ou já eleito, visando ampliar/consolidar sua base política. O desafio é compreender os aspectos políticos disso e sua vinculação/capacidade de dar conta das metas que se propõe a atender. Podemos perguntar se a prática esportiva por si é garantidora de cidadania, ou, ainda, se ela está relacionada com o processo de conquista/ampliação desta cidadania. Ou, então, se podemos resgatar a cidadania num contexto em que, apesar das novas opções de lazer, os antigos problemas continuam e se agudizam (2005, p.81).

Após discutirmos os aspectos referentes ao esporte, sua presença nas políticas públicas e nas ações do Terceiro setor, e suas atribuições sociais contemporâneas; nos dedicaremos, nesse momento, à discussão acerca das relações entre esporte e educação no âmbito do Programa “Educação pelo esporte” do Instituto Ayrton Senna.

4.3. AS RELAÇÕES ENTRE ESPORTE E EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO INSTITUTO AYRTON SENNA

Acerca dos conceitos de esporte presentes no documento aqui investigado, podemos afirmar que o Instituto enfatiza o mesmo para além da mera prática esportiva, destacando os diversos valores e atitudes que podem ser desenvolvidos por meio de ações mediadas por educadores, visando o seu objetivo principal, qual seja, o desenvolvimento humano. De acordo com o que consta no documento, “trataremos do esporte como método pedagógico, ou

seja, como via privilegiada de acesso à educação e ao desenvolvimento das potencialidades humanas”.¹⁰² Esse entendimento amplo e integrado “vai além da visão simplista e reduzida do esporte como sinônimo de aprender a jogar, passando a considera-lo em toda a sua força e valor educativos” (2004, p.163). Dessa maneira, características como a cooperação, a solidariedade, a ludicidade e o prazer se fazem presentes como elementos fundamentais no processo de ensino-aprendizagem. “Em outras palavras, utilizar o esporte como método pedagógico é ensinar mais que esportes, num ambiente de participação, de cooperação e de solidariedade” (Idem, Ibidem).

O Instituto destaca que o esporte é “um método privilegiado que contribui de forma significativa para a educação integral das novas gerações, preparando-as para enfrentar com competência os desafios presentes em sua vida pessoal, social e profissional” (2004, p.13). O esporte é concebido como um caminho para o desenvolvimento dos dons, talentos, potenciais das crianças e jovens, por meio de um ambiente estimulante, lúdico e motivador, almejando torna-las pessoas autônomas, confiantes, cidadãos solidários e empreendedores capazes (2004, p.24). Por isso, destaca-se que uma das maiores contribuições que o esporte oferece “é a formação de habilidades e atitudes permanentes, que não apenas são essenciais para que crianças e jovens possam participar do mundo do trabalho e construir um projeto de vida, como também são básicas para se exercer uma cidadania plena” (2004, p.82).

Nesse caso, a ênfase é dirigida a uma postura empreendedora por parte dos educandos. É claro que o respeito mútuo, a busca de solução para problemas comuns e a habilidade de trabalhar em grupo são objetivos ótimos a serem desenvolvidos no trato com o esporte, digamos, pedagogicamente transformado. Todavia, é necessário ressaltar que as atitudes empreendedoras visadas pelo Programa são claramente voltadas para a inserção e possível permanência futura dos educandos no mercado de trabalho. O empreendedorismo é a palavra de ordem, mesmo que não se leve em consideração os problemas contemporâneos referentes a inserção e manutenção no atual “mundo do trabalho”.

Uma das pretensões do Instituto é transformar o Programa em instrumento de oportunidade e inclusão social (2004, p.11). Para tal, o IAS considera a educação de qualidade como direito de todos, levando em conta, também, que nem todas as crianças e jovens têm acesso à mesma. Assim, o Programa “Educação pelo Esporte” deve proporcionar oportunidades, isto é, caminhos para desenvolver o potencial das mesmas e servir como

¹⁰² Este objetivo está relacionado aos princípios orientadores do Programa, que tem como fonte os pressupostos presentes no relatório da UNESCO. Segundo o próprio documento em análise, “ao definir os princípios metodológicos e de gestão, elegemos aqueles que mantêm estreita ligação com a concepção de educação permanente anunciada pelo relatório da UNESCO” (2004, p.51).

instrumento de inclusão social, uma vez que visa garantir tal direito às mesmas. Porém, a questão referente à inclusão social, como citado no tópico anterior, não pode ser tratada meramente como a garantia do acesso a um direito social – a educação de qualidade. Do contrário, serve mais a um processo de obscurantismo dos processos sociais que levam a luta pela garantia dos direitos e menos a efetivação dos mesmos, visando a citada “inclusão social”.

A alternativa de um trato pedagógico diferenciado para o esporte no processo de ensino-aprendizagem é marcante no documento.

O que distingue, portanto, a educação pelo esporte para o desenvolvimento humano de outras propostas que unem o esporte e a educação é o tratamento pedagógico dado às práticas corporais e que potencializa o valor educativo intrínseco que elas têm por meio da ação seguida da reflexão sobre o que foi vivido (2004, p.165).

Ou seja, podemos perceber aqui avanços no que tange a propostas esportivas apoiadas somente nas performances esportivas, nas quais o esporte de alto rendimento e suas características sejam determinantes. Dessa forma, os jogos, por exemplo, permitem analisar e comparar situações, interpretar dados, organizar e compartilhar idéias. Nesse processo, ao educando devem ser proporcionadas situações que permitam associar as vivências do jogo com os fatos da vida fora das quadras (2004, p.63). Por meio do esporte, os educandos podem “contextualizar de forma crítica as relações entre estes e a dinâmica social, a conquista de direitos, as questões política e racial, o desenvolvimento técnico e científico, a necessidade de regras, etc” (2004, p.64).

Também é concebido como objetivo do esporte estimular os educandos a incorporarem “as práticas corporais aos seus projetos de vida, seja como forma de promoção da saúde, como profissão ou como lazer, sempre respeitando os próprios objetivos e conscientes do impacto e do significado dessa escolha na sua vida pessoal” (2004, p.170). Portanto, estão presentes, além do desenvolvimento humano proposto, a intenção de um esporte que possa ser incorporado à vida cotidiana de crianças e jovens como alternativa de lazer, uma proposta de saúde e qualidade de vida em vista de possíveis benefícios do esporte em tal perspectiva e mesmo como saída profissional, no caso da constatação de “talentos esportivos”.

Um dos aspectos mais marcantes no que tange à caracterização de um trato diferenciado do esporte no Programa está ligado à adoção de uma perspectiva interdisciplinar em suas ações esportivas. O esporte é tido como o articulador da ação educativa, sendo preponderante em relação às atividades de saúde, arte e apoio à escolarização (áreas de

atividades). As atividades são organizadas na forma de projetos educativos interdisciplinares, que agregam e dão unidade ao trabalho pedagógico (2004, p.36). Assim, o esporte está no centro do processo, é o articulador da prática educativa, visando, para além dos “aprenderes” para o Desenvolvimento Humano, vinculados diretamente com as atividades esportivas, objetivos referentes às demais áreas de atividades.

O Instituto opta pela inclusão de outras áreas visando enriquecer as vivências ofertadas às crianças e aos jovens e ampliar seus interesses por campos do conhecimento indispensáveis a sua formação integral. Assim, o esporte não é considerado de forma isolada, mas nas inter-relações que mantém com cada área (2004, p.168).

Essa abordagem interdisciplinar parte do princípio de que os jogos e demais atividades físicas permitem a aplicação de conhecimentos adquiridos em outras áreas do conhecimento, como aquelas acima citadas. Dessa forma, o esporte é considerado “uma fonte de motivação para que competências como leitura, escrita, cálculos matemáticos, acesso a informações, análise e crítica dos meios de comunicação, dentre tantas outras, sejam desenvolvidas em ações educativas integradas” (2004, p.163).

Portanto, o esporte é tido como uma manifestação que proporciona, por meio de sua prática, a reflexão sobre ocorrências, comportamentos, valores, gestos, atitudes e sentimentos; nas dimensões relacionais, psicológicas e cognitivas, através do diálogo mediatizado pelo educador.¹⁰³ E assim, adotar a prática interdisciplinar significa considerar o esporte nas relações que o mesmo “mantém com questões políticas, econômicas, com questões sociais ligadas ao consumo, às questões de gênero, de cidadania, de saúde e outras mais de buscar nexos e pontos de intersecção entre esses aspectos da realidade” (2004, p.236). Tal prática representa uma aproximação com os conteúdos críticos manifestos em propostas pedagógicas para a Educação Física escolar no início dos anos de 1990. O que, diga-se de passagem, engrandece qualitativamente essa proposta de educação pelo esporte.

Também adquire destaque no documento uma preocupação com a questão da luta por direitos, sobretudo, os direitos vinculados ao esporte e à educação. De acordo com o Instituto, “ter consciência de seus direitos e deveres, bem como da luta que a humanidade vem travando ao longo dos séculos para instituí-los é o primeiro passo para atuar na sua defesa e manutenção. E mais: “hoje é preciso avançar na luta pelo direito a ter direitos e pelo direito a participar da sua definição” (2004, p.109). Esse aspecto é ressaltado levando em conta as leis

¹⁰³ “Essas situações (...) podem oferecer importantes elementos para promover reflexão, impulsionando o autoconhecimento, favorecendo a definição de caminhos para o autocontrole e levando à superação de padrões de conduta negativos, com a intermediação dos educadores” (2004, p.105).

nacionais e internacionais que garantem o direito ao esporte. De acordo com o Programa, “o direito das crianças e dos jovens ao esporte é amplamente reconhecido tanto no nível nacional como internacional e amparado por leis gerais e específicas que apontam o papel do esporte contra a exclusão e a discriminação social” (2004, p.159).

Bem, encontramos um paradoxo referente à questão da luta pelos direitos. As discussões realizadas no Capítulo 3, no qual as ONGs, por meio de suas ações, tendem, inevitavelmente, a implementar a substituição dos direitos sociais por serviços prestados no âmbito do Terceiro setor, acabam, nesse momento, entrando em confronto com uma proposta de consciência dos direitos como alavanca para a luta por direitos, inclusive o direito a ter direitos, na esfera de uma ONG. Esses fatos são sinalizadores de tal paradoxo.

Desse paradoxo resultam as seguintes questões: a luta por direitos pode ser considerada um discurso abstrato, esvaziado de sentido, uma vez que a proposta neoliberal de educação implícita nas ações educativas do Programa não contempla os direitos sociais (no máximo os direitos do consumidor) como prioridade? Há uma confusão teórica no âmbito da fundamentação teórica adotada pelo Programa “Educação pelo Esporte”, visando mascarar a sua base? É possível que, para além da base neoliberal que fundamenta suas ações, o Instituto Ayrton Senna tenha intuídos que subvertem a sua base, em nome de uma postura sensível à miséria humana expressa na realidade brasileira?

Podemos destacar em nossa análise a tendência do Programa “Educação pelo Esporte” classificar o “esporte educativo” de acordo com os seus pressupostos político-pedagógicos, dando margem a uma única compreensão de processo educacional por meio do esporte e, conseqüentemente, a afirmação que as demais práticas esportivas pautadas por diferentes outros pressupostos seriam consideradas não-educativas. O Programa concebe como esporte educacional um esporte desenvolvido por meio de jogos, visando a cooperação, a solidariedade, o trabalho em equipe, tendo como intuito maior “promover as quatro competências para desenvolvimento de potenciais que propiciam a formação integral de crianças e jovens” (2004, p.202). De acordo com o documento, “na vertente do esporte educacional, a tendência é valorizar o jogo como instrumento para desenvolver atitudes de cooperação, solidariedade, espírito de grupo e auto-superação” (2004, p.202). E mais, “o importante é que os educandos percebam que o esporte, em si mesmo, pode ser educativo ou não – o que determina a sua qualidade é a maneira como é praticado e os valores que orientam essa prática” (2004, p.170).

Bem, acreditamos que seja legítimo por parte do Programa enfatizar o termo “educativo” como forma de se frisar a positividade do esporte perante aspectos negativos

ligados, principalmente, ao esporte de alto rendimento e a inserção de suas características nas aulas de Educação Física escolar. Como afirmam seus idealizadores, “entendemos que toda a prática esportiva que envolva a competição pode ou não se tornar educativa, dependendo da mediação do educador e da forma como é planejada” (2004, p.204).

Porém, é necessário, de acordo com Pires (2004-b), ressaltarmos um certo paradoxo no que tange ao esporte educativo, por excelência. Isto é, o esporte alocado na esfera escolar adquire características tanto do esporte de lazer como do esporte de alto rendimento/espetáculo. Não há, portanto, uma perspectiva educativa de esporte que não esteja conectada com as demais citadas. Como Valter Bracht (2003)¹⁰⁴, pensamos que há, na verdade, uma situação dual: o esporte que visa rendimento e o que é vivenciado no tempo livre, podendo existir ainda uma sobreposição desses: um esporte de rendimento que é lazer enquanto espetáculo assistido; ou seja, uma transformação do esporte em mercadoria a ser veiculada/comercializada pelos meios de comunicação de massa à serviço da indústria cultural. O esporte educacional existe, portanto, apenas como um produto da constante tensão entre essas duas manifestações, deslocando-se ora mais para uma, ora mais para a outra e, assim, sendo construído e reconstruído cotidianamente nos ambientes educativos.¹⁰⁵

Nesse embate, se configura um conjunto de situações que envolve e, de certo modo, conforma o esporte, desde o cenário sociocultural em que acontecem essas práticas esportivas (escola, universidades, instituições socioeducativas, etc.) até as representações e valorações dos vários agentes sociais que propõem e implementam o esporte no ambiente educativo.

Em segundo lugar, devemos considerar todas as manifestações esportivas, sejam elas escolares, de lazer ou de alto rendimento/espetáculo como educativas. Todas essas manifestações carregam consigo certas concepções teóricas de mundo, de ser humano, de esporte, de movimento; certos pressupostos metodológicos a serem traçados e certos objetivos a serem alcançados que justificam o seu caráter educativo. Isso significa dizer que existe sempre um conjunto de valores, habilidades, aptidões, conhecimentos e condutas que são aprendidos, consciente ou inconscientemente, na relação que estabelecemos com o esporte, englobando suas dimensões formal ou informal, de rendimento ou de lazer, na condição de prática propriamente dita ou na de assistência ao espetáculo esportivo. Que aprendizados serão esses vai variar de acordo com os interesses, objetivos, valores, conhecimentos que estão presentes na relação que se trava com as manifestações da cultura esportiva, inclusive

¹⁰⁴ “Não adjetivamos uma forma específica de esporte educacional (no sentido lato toda prática esportiva é educacional, mesmo que num sentido diverso de nossa concepção de educação)” (BRACHT, 2003, p.16).

¹⁰⁵ Cf Pires (2004-b).

com os seus agentes.¹⁰⁶ O mais interessante é que no próprio documento admite-se a pluralidade dos processos educacionais. De acordo com esse,

é necessário pensar as estratégias educativas com a consciência de que por trás de cada decisão e de cada opção metodológica estão presentes, de forma implícita ou explícita, determinados conceitos de educação e de humanidade bem como os valores que devem nortear a vida em sociedade (2004, p.161).

Dessa maneira podemos dizer que o Instituto Ayrton Senna comete um certo equívoco ao desconsiderar os processos educativos presentes nas demais manifestações esportivas, sobretudo, aquelas alocadas na esfera do alto rendimento. Não somente é possível se educar para a solidariedade, como também se educa através e para a competição. Por isso, a proposta do Programa não pode ser considerada como “a” vertente educacional do esporte, mas como “uma” vertente educacional do esporte. Ao sinalizar a existência de uma vertente educacional, acaba inevitavelmente desconsiderando quaisquer outras vertentes que também o são.

Podemos perceber no trato teórico-metodológico apresentado pelo programa no que tange a forma como o esporte é utilizado, uma preocupação em se explicitar a necessidade de ruptura com o chamado esporte de alto rendimento. A perspectiva de educação pelo esporte, que tem como alicerce a oferta de oportunidades para a transformação de potenciais em competências pessoais, relacionais, produtivas e cognitivas, claramente nega o rendimento de alto nível como processo educativo que adota o esporte como conteúdo.

Inclusive, o papel atribuído ao esporte de alto rendimento está localizado na possibilidade de reflexão acerca de suas características. Conforme afirmado no documento,

a aproximação dos educandos com os esportes é realizada por meio de jogos pré-desportivos ou adaptados, que permitem a inclusão de todos e aprendizagens gradativas, de acordo com o ritmo de cada um. As atividades são programadas para que os educandos possam experimentar situações de cooperação e de competição. Só que a competição não é vista como um fim em si mesma, mas como uma oportunidade de deflagrar diversas ações educativas que permitam aos educandos refletir sobre esse tema (2004, p.170).

Sendo assim, é afirmada com veemência a necessidade de se utilizar a dimensão educativa do esporte em detrimento da lógica do alto rendimento (exclusão, seleção, competição) em nome de outros valores e comportamentos que o “fazer esportivo” pode proporcionar. Características como inclusão, participação, cooperação, adaptação de regras e espaços, crítica e reinvenção do esporte são peças-chaves para se compreender como o esporte deverá ser abordado nas ações do Programa.

¹⁰⁶ Cf Pires (2004-b).

É interessante notar o quão próxima está tal proposta, daquelas formuladas desde o final dos anos de 1980, com grande presença nos anos de 1990 e discutidas até os nossos dias. O Instituto considera, até mesmo, o esporte como “um produto social, fruto de uma construção histórica erguida por muitas mãos e capaz de incorporar as contribuições que lhe são trazidas por aqueles que vivem seus princípios, sejam eles adultos ou crianças” (2004, p.166). Isso nos remete à necessidade de um esporte diferente daquele de cunho institucionalizado, sendo essa ressaltada no documento, fazendo eco junto à conhecida produção crítica da Educação Física.

Parece lógico que o Instituto Ayrton Senna advogue em nome de um “outro esporte” em seu projeto sócio-educativo, uma vez que se pautar exclusivamente no esporte de alto rendimento colocaria em xeque todo o aparato político-pedagógico que sustenta suas ações. No entanto, é importante frisar que o “Programa Educação pelo Esporte”, embora tenha seus princípios teórico-metodológicos referentes ao esporte, muito bem fundamentados, acaba por apropriar-se de pressupostos presentes nas teorias críticas da Educação Física para dar cabo de objetivos, talvez, não tão críticos ou mesmo contra-hegemônicos.

Em outras palavras, os pressupostos adotados pelo Instituto que, em suas matrizes, estavam voltados para a crítica da sociedade e, quem sabe, à superação de um determinado modelo de sociedade; a emancipação do ser humano e seu mundo de movimentos; a reinvenção do esporte¹⁰⁷ como caminho para o consumo crítico do lazer e, permanentemente, brincar de esportes acabam encobertas, dando lugar a objetivos concernentes com a lógica neoliberal de educação apresentada e discutida no segundo capítulo. Isto evidencia uma grande contradição entre a concepção de educação que permeia todas as ações desenvolvidas pelo Instituto e as bases de sustentação do esporte no Programa. Seria possível conciliar no âmbito de uma proposta de Educação pelo esporte, um conceito de educação com raízes neoliberais e um conceito de esporte, talvez, humanista? Esse processo, caracterizamos como a “subversão da crítica” em nome do projeto neoliberal.

Não perdemos de vista, em momento algum, que tratamos aqui de uma análise de documentos, e que o cotidiano das atividades desenvolvidas nas universidades parceiras do Instituto, pode, talvez, nos desmentir com relação a essa afirmação. Todavia, estamos analisando os pilares de sustentação da proposta de “Educação pelo Esporte”, ou seja, seus pressupostos político-pedagógicos, e isso não pode ser desconsiderado. Como apresentado no

¹⁰⁷ Para tanto, “é necessário ultrapassar o limite das atividades esportivas em si olhando o esporte como fenômeno sociocultural, que, além de ser praticado, pode e deve ser investigado, criticado e reinventado” (2004, p.163).

segundo capítulo, os objetivos do programa, em ênfase o desenvolvimento humano, são referentes à proposta neoliberal de educação; proposta essa, que está distante de ser considerada superadora, emancipatória, ou mesmo crítica. Portanto, a constatação da citada subversão da crítica deve ser considerada latente. Afinal, nem sempre os caminhos floridos levam ao paraíso.

Com base nas discussões realizadas anteriormente, apresentamos nossa leitura crítica acerca dos pressupostos político-pedagógicos que embasam as ações esportivas no âmbito do Instituto Ayrton Senna. Uma vez finalizado tal processo, passaremos à síntese da pesquisa e à apresentação de nossas considerações finais acerca do estudo.

5 CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

No início desta pesquisa, nos deparamos com um grande desafio, ou seja, o desafio do esclarecimento acerca de questões de cunho político-pedagógico no âmbito de uma Organização não-governamental que desenvolve ações sócio-educativas, adotando o esporte como conteúdo preponderante em tais ações. Esse desafio estava expresso na ótima repercussão que a Instituição analisada possui perante a sociedade brasileira e na força que, cotidianamente, vêm adquirindo os projetos esportivos desenvolvidos por ONGs que carregam consigo bandeiras como a cidadania, a inclusão social e, sobretudo, a transformação social. Romper com tal discurso e compreender as entrelinhas do surgimento e proliferação das citadas ações esportivas na vida cotidiana de crianças e jovens chamados “carentes” foi o que nos mobilizou a seguir em frente e buscar os possíveis caminhos rumo à desmistificação desse processo.

Ao enveredarmos pelos caminhos empíricos “documentais” do Instituto Ayrton Senna, encontramos uma proposta de “educação pelo esporte” muito bem alicerçada teoricamente, regida por princípios legitimados no âmbito da Organização das Nações Unidas, com uma postura pautada na ética e no compromisso para com a transformação da realidade brasileira. No entanto, não poderíamos perder de vista nossos objetivos e as questões de pesquisa que nos instigavam a prosseguir com a investigação. No decorrer da análise localizamos algumas brechas e discursos implícitos na proposta de “Educação pelo Esporte para o Desenvolvimento Humano”. Assim pudemos proporcionar uma outra leitura crítica acerca do Programa analisado.

Para a síntese de nossa investigação, é necessário retomarmos a pergunta de partida, formulada na introdução deste trabalho, cujo teor versa da seguinte forma: quais os pressupostos político-pedagógicos que permeiam o Programa Educação pelo Esporte do Instituto Ayrton Senna? Para responder, provisoriamente, a essa ampla questão, mais uma vez, caminharemos por partes, contemplando cada uma das “questões de pesquisa” (hipóteses) originárias de nosso ponto de partida, visando recuperar os objetivos subjacentes às perguntas/hipóteses e, finalmente, apresentar o cerne da construção do objeto de estudo, trazendo à tona os possíveis destaques, achados e resultados provisórios da investigação.

Primeiramente, nos propusemos a pesquisar quais os conceitos de esporte, infância e juventude presentes no Programa Educação pelo Esporte.

No Programa “Educação pelo Esporte”, nos deparamos com um esporte concebido como um método privilegiado para a educação integral de crianças e jovens. Conforme seus idealizadores, a proposta “vai além da visão simplista e reduzida do esporte como sinônimo

de aprender a jogar, passando a considerá-lo em toda a sua força e valor educativos” (IAS, 2004, p.163). Para tal, o Instituto Ayrton Senna nos apresenta um esporte com características, poderíamos dizer, alternativas, uma vez que vão de encontro com a lógica do alto-rendimento e visam o desenvolvimento humano por meio da transformação de potenciais em competências. Muitas das características do esporte, na presente perspectiva, assemelham-se àquelas discutidas e apresentadas pela vertente crítica da Educação Física escolar no início dos anos de 1990, o que merece destaque em termos de arcabouço teórico do Programa. A perspectiva interdisciplinar no trato com o esporte também atribui qualidade às ações esportivas desenvolvidas pelo Instituto. No entanto, percebemos que, por mais bem fundamentado que seja o esporte na proposta analisada, suas bases nos revelam objetivos contrários à emancipação, transformação, superação e reinvenção do esporte, anunciados pelo Programa. Foi possível constatar uma grande contradição entre a concepção de educação que permeia todas as ações desenvolvidas pelo Instituto e as bases de sustentação do esporte no Programa. Apontando assim, para um paradoxo entre uma educação neoliberal e um esporte humanista no âmbito de uma mesma proposta de “educação pelo esporte”, caracterizando o que denominamos “subversão da crítica”¹⁰⁸ em nome dos pressupostos implícitos na proposta de desenvolvimento humano do Instituto - como apresentamos no segundo capítulo.

No que tange aos conceitos de infância e juventude, o Programa apresenta uma noção de infância como um “vir a ser”, isto é, sempre levando em consideração uma preparação para o futuro. Tomando como base o Estatuto da criança e do adolescente, assim como leis internacionais, o Programa compreende as crianças e jovens como sujeitos de direitos. Destacando, nessa perspectiva, principalmente os direitos à educação e ao esporte.

Em segundo lugar, voltamos nossos esforços para investigar quais os pressupostos político-pedagógicos presentes nas ações esportivas do Programa Educação pelo Esporte.

A esse respeito, no âmbito da proposta sócio-educacional investigada, dois principais pressupostos se destacaram: o desenvolvimento humano e a co-responsabilidade social. Com relação ao primeiro, suas raízes estão ligadas ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que tem como meta investir no desenvolvimento humano dos países, almejando um ótimo desempenho em indicadores como educação, poder de compra e expectativa de vida. Assim, podemos inferir que a concepção de educação presente no Instituto Ayrton Senna é referente à proposta da UNESCO, juntamente com os quatro pilares

¹⁰⁸ No capítulo 4, caracterizamos como “subversão da crítica” o processo de apropriação dos pressupostos teórico-metodológicos oriundos da produção acadêmica crítica na área de Educação Física/Ciências do Esporte, visando objetivos inerentes à lógica neoliberal de Educação. Objetivos esses que, é importante frisar, são contraditórios em relação a citada produção acadêmica.

da educação para o século XXI (aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a conhecer). De acordo com o Programa, foi identificado nos “quatro pilares da educação do relatório da UNESCO um referencial teórico fundamental para orientar a elaboração de caminhos e propostas com base no desenvolvimento de competências indispensáveis à vida pessoal, social e produtiva” (IAS, 2004, p.47). O trabalho com essas competências pode ser tido como o caminho para o proposto desenvolvimento humano.

Sobre a “co-responsabilidade social”, é clara a tendência do Instituto defender a ação conjunta do Estado, de empresas privadas e de organizações da sociedade civil, no enfrentamento da desigualdade social expressa na realidade brasileira. Sua parceria estratégica com a AUDI é um exemplo de tal ação co-responsável. Vemos, então, um quadro no qual uma empresa privada, simpatizando com os serviços sociais prestados por uma ONG, estabelece uma aliança com repasse de recursos, visando uma suposta “transformação” de uma dada realidade, ou quem sabe, a construção de “um mundo melhor” para todos.

Nossa terceira questão tinha por intuito analisar quais as finalidades do esporte no Programa Educação pelo Esporte.

No Programa “Educação pelo Esporte”, o objetivo primordial é o desenvolvimento humano. Dentro desse objetivo encontramos, por exemplo, o intuito de preparar crianças e jovens “para enfrentar com competência os desafios presentes em sua vida pessoal, social e profissional” (2004, p.13). Para além de tal objetivo, podemos destacar pretensões subliminares referentes à saúde, ao lazer, à profissionalização, à cidadania, à inclusão social e à apropriação crítica do esporte na vida de crianças e jovens.

Dando prosseguimento, nos propusemos investigar quais as implicações dos pressupostos político-pedagógicos que embasam as ações esportivas do Programa Educação pelo Esporte para o real cumprimento de seus objetivos.

No que diz respeito ao desenvolvimento humano, pudemos verificar que esse pressuposto é inerente a uma proposta de educação que finca raízes na lógica neoliberal. Dessa maneira, ao voltarmos nosso olhar para os quatro pilares da educação para o século XXI, nos deparamos com uma proposta que visa adequar os sujeitos ao projeto neoliberal de sociabilidade, ou talvez, moldar as consciências de acordo com a lógica do capital e sua perpetuação. Individualismo, autoresponsabilização, pluralismo indiferente às diferenças de classe, insensibilidade para com as questões sociais inerentes ao atual mundo do trabalho, são características latentes na proposta de desenvolvimento humano adotada pelo Instituto. Sendo assim, a proposta de desenvolvimento humano defendida pelo Instituto carrega consigo elementos que nos proporcionam uma leitura mais crítica, como apresentamos no segundo

capítulo, destacando que esse tipo de desenvolvimento humano, inerente à lógica do capital, está longe de ser considerado o “desenvolvimento do gênero humano” (HELLER, 1994). Ou seja, a proposta do Instituto Ayrton Senna, que parte do desenvolvimento humano como um processo individual, que se dá por meio das conquistas individuais, resultantes dos esforços individuais, está muito aquém de ser concebida como o desenvolvimento do gênero humano, isto é, de todos os indivíduos, ou da humanidade. Desenvolvimento esse que, em nossa leitura, não é compatível com o atual modo de produção, apontando, portanto, para a necessidade de uma realidade “para além do capital”.

Sobre a “co-responsabilidade social”, é possível afirmar que essa assertiva, aparentemente com ares de inocência, carrega consigo um projeto que, concomitantemente, justifica o descaso estatal no que tange às políticas sociais e corrobora para que, gradativamente, as questões sociais¹⁰⁹ pertençam mais ao campo das empresas privadas e organizações da sociedade civil. Isso nos leva a compreender de que, cada vez mais, os direitos sociais a serem assegurados pelo Estado, passam a ser serviços prestados no âmbito da sociedade civil organizada ou talvez, mercadorias a serem consumidas. Dessa maneira, a cidadania acaba banalizada, os direitos deixam de ser conquistas dos cidadãos frente ao Estado, e o discurso da cidadania pregado por ONGs e “empresas cidadãs” não passa de um discurso vazio.

Na esfera das questões mais amplas, visamos pesquisar que tipo de relações estabelecem as ONGs com o esporte no âmbito da sociedade capitalista.

Tomando como base o exemplo do Instituto Ayrton Senna, entre outras Organizações não-governamentais, podemos dizer que as relações entre ONGs e esporte se constituem em um fenômeno em ascensão, sobretudo, ao levarmos em conta o chamado “papel social do esporte”. Como acompanhamos no capítulo quarto, os objetivos sociais do esporte alocados nas mãos das organizações não-governamentais e mesmo no Estado, estabelecem relações de causa e efeito de uma maneira linear, deixando de considerar uma série de questões pertinentes no que se refere à cidadania, saúde, profilaxia ao uso de drogas, inclusão social, entre outros. Tais discursos, na maioria das vezes, acabam encobrendo fatores de suma importância para a compreensão de como, efetivamente, crianças que praticam o esporte, passam a ser incluídas socialmente, passam a ser cidadãs, a ser saudáveis, a abandonar o

¹⁰⁹ De acordo com Castel, “a questão social deve ser tratada pelo filtro de sua historicidade, como dimensão que se constrói a partir de um equilíbrio frágil entre coesão e conflito, não pode ser vista como puro efeito mecânico, quer do ponto de vista de sua longa constituição, quer do ponto de vista de suas configurações contemporâneas” (2001, p.13). No entanto, quando alocadas na esfera do Terceiro setor ou mesmo da “caridade privada”, tais características da questão social parecem ser, em muitos momentos, desconsideradas.

crime e o mundo das drogas, etc. Nossa hipótese é de que tais projetos acabam, mais, mistificando os processos sociais e banalizando os mesmos, e menos contribuindo efetivamente para seus objetivos propostos. A questão não é desconsiderar a importância de tais projetos na vida das pessoas, mas sim, compreender os aspectos político-pedagógicos dessas ações esportivas e a real capacidade de se cumprir com as metas propostas. Não se trata de afirmar incondicionalmente se os projetos esportivos são bons ou ruins, mas sim, considera-los passíveis de análise crítica, expondo, assim, suas limitações, implícitas em discursos que, gradativamente, tendem a se consolidar no âmbito do senso comum.

E, finalizando nosso arrazoado de questões de pesquisa, instigava-nos saber qual o real papel do desenvolvimento de projetos esportivos/sociais pelas ONGs face às destruições implementadas pelo capitalismo.

Tomando como base as discussões realizadas ao longo de nossa investigação, podemos dizer que as contradições inerentes à lógica do capital têm produzido a miséria humana pelos quatro cantos do mundo. Ao enfatizarmos contextos como a África, a Ásia e a América Latina, compreenderemos em que nível ocorre essa destruição. Aspectos como a desigualdade social, a falta de oportunidades, o não acesso a direitos como a educação, a saúde, o lazer, o esporte, apontam deficiências na condução das políticas públicas – de responsabilidade do Estado. Sendo assim, as Organizações não-governamentais assumem destaque em tal panorama, propondo ações que visam, ao menos, amenizar os problemas de ordem social que afligem a sociedade. Nessa perspectiva, adotar o esporte como ferramenta para se propor respostas para os problemas sociais parece se constituir numa tendência em permanente expansão. Porém, como acima frisamos, muitas das responsabilidades atribuídas ao esporte de maneira alguma podem ser cumpridas pelo mesmo, a menos que as questões de ordem social que o envolvem sejam desconsideradas e os objetivos propostos, banalizados. Resumir a questão da saúde, da cidadania, da inclusão social, do combate ao crime, do desenvolvimento humano ao esporte, apenas contribui para que os processos mais amplos que levariam a conquista dos mesmos sejam obscurecidos, percam o foco das lutas sociais. Portanto, as saídas para problemas sociais, estritamente vinculadas ao esporte, são funcionais ao capitalismo e somente encobrem a miséria com ares de esperança, uma vez que mantém afastada qualquer perspectiva de luta por uma educação e por uma sociedade, como nos ensina Mézaros, “para além do capital”.

A educação pelo esporte investigada, por mais bem alicerçada e fundamentada que se constitua, ainda deve ser considerada como uma alternativa de cunho reformista, ou seja, que pretende, no máximo, mudanças que não afetam em nada a lógica da educação capitalista.

Como afirma Mészáros (2005, p.26), “mesmo as mais nobres utopias educacionais, anteriormente formuladas do ponto de vista do capital, permaneciam estritamente dentro dos limites da perpetuação do domínio do capital como modo de reprodução social metabólica”. Dessa maneira, as mudanças visando o desenvolvimento do gênero humano devem ocorrer sim na educação, mas sem abrir mão de mudanças no modo social de produção do qual, geralmente, as propostas educacionais não podem se desvincular. De acordo com Mészáros (2005, p.27),

limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. (...) É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente.

Embora não tenhamos o intuito de amenizar a crítica realizada ao Programa “Educação pelo Esporte”, é importante ressaltarmos que não somos contrários a realização de projetos esportivos junto à crianças e jovens ou mesmo contrários ao esporte. Reconhecemos a possibilidade de que para as comunidades atendidas por esses projetos, pouco importa se é o Estado, uma empresa ou mesmo uma ONG que está proporcionando a prática esportiva ou o projeto sócio-educacional. Logicamente, entendemos que a promoção dos mesmos deveria estar alocada na esfera estatal, concebendo o esporte e o lazer como direitos sociais a serem garantidos numa perspectiva universal pela ação do Estado. A tendência contrária a essa assertiva apenas demonstra o quão distante estão as nossas políticas de uma efetiva garantia do esporte como direito social. Nesse sentido, o Instituto Ayrton Senna, de acordo com os seus documentos, objetiva colaborar para a diminuição da desigualdade social, por meio de uma proposta com raízes neoliberais; o que nos leva a um grande paradoxo, uma vez que o neoliberalismo não tem qualquer autoridade no que tange à promoção da igualdade social. Todavia, isso não inviabiliza a compreensão de que as pessoas envolvidas cotidianamente com as crianças e jovens tenham como horizonte a transformação social da vida das mesmas, estando alheios aos processos aqui revelados.

Nessa pesquisa, foram implementados os esforços da consciência crítica construída ao longo da graduação e aperfeiçoada no decorrer desses breves dois anos de mestrado. É necessário admitir que não é uma tarefa fácil realizar pesquisas que adotem um viés crítico na área de Educação Física/Ciências do Esporte, sobretudo, se levamos em conta as tensões estabelecidas junto a correntes de pensamento hegemônicas na área. Todavia, se por um lado

é difícil, por outro, essa é uma tarefa que nos engrandece e que nos torna cada vez mais fortes na luta por uma outra sociedade – pós-capitalista.

É importante ressaltar que, por mais empenho e dedicação que tenham sido implementados na realização da presente pesquisa, ainda existem lacunas a serem cobertas, isto é, existem limitações como em qualquer pesquisa. Limitações essas, principalmente de ordem teórico-metodológica, sobretudo, no que tange à promessa do método dialético e a conseqüente materialização desse enquanto método de exposição e análise. Assim, reconhecemos os limites – mas também as possibilidades desse construto investigativo.

Além do exposto, acreditamos que a fusão da hermenêutica com a dialética (MINAYO, 2006), anunciada no primeiro capítulo, é de extrema complexidade para aqueles que iniciam as trilhas da investigação acadêmica. Portanto, em alguns momentos do texto é necessário admitir que ficamos em débito com nossos pressupostos teórico-metodológicos. Entretanto, se há limitações no trabalho, essas carregam consigo possibilidades para as nossas investigações, assim como de outros investigadores.

Também consideramos as limitações da pesquisa documental, de um lado, pois, comumente, para descobrir novos dados seria necessário recorrer a outros “modos de abordar a realidade” (entrevistas, observações, questionários, etc.). De outro lado, quando se “trabalha com o que já existe” (documentos do Instituto Ayrton Senna), é possível coletar dados sobre o real com procedimentos metódicos de análise documental que permitam a detecção, coleta e análise crítica da documentação investigada, visando, com isso, cumprir com os preceitos do caráter exploratório da pesquisa, quais sejam, detonar processos de reflexão, visando contribuir para novos estudos e, conseqüentemente, para um redimensionamento crítico das políticas públicas, tanto governamentais quanto do Terceiro Setor. Nesse sentido, fica explícita a relevância social e acadêmica da pesquisa em curso (SAINT-GEORGE, 1997).

Em suma, a possibilidade de uma pesquisa de campo que vise analisar como se dá a aplicação dos pressupostos aqui investigados no cotidiano das atividades desenvolvidas pelo Instituto poderiam proporcionar dados a serem confrontados com os resultados dessa investigação. Também a possibilidade de análise dos pressupostos e práticas cotidianas de outras Organizações não-governamentais que fazem uso do esporte em suas intervenções sociais, seria de grande valia para o diálogo acadêmico, visando qualificar ainda mais a crítica. Enfim, essa pesquisa se constituiu apenas em um “pontapé inicial”, abrindo possibilidades para diversas outras investigações acerca das relações entre Organizações não-governamentais e esporte na sociedade contemporânea.

Almejamos que essa produção possa extrapolar os limites das estantes das bibliotecas, não sendo entregue, assim, à crítica feroz da poeira e das traças. Uma vez concebendo todos os conhecimentos como provisórios, esperamos que essa dissertação possa ser lida, discutida, criticada e mesmo superada, objetivando o aperfeiçoamento da crítica aqui implementada. Mesmo não tendo sido abarcada em nossa lista de objetivos, pretendemos, com essa dissertação, contribuir para os debates acerca do papel social do esporte e, assim, também contribuir para a formação de professores de Educação Física e de outras áreas, críticos e comprometidos com o desconforto e a indignação perante a miséria humana, visando a superação do capital.

Para concluir, sem perder de vista o “continuum” da pesquisa como processo de formação humana – encerramos, reiterando um trecho do poema “Aula de Vôo” de Mauro Iasi presente nas páginas iniciais dessa dissertação de mestrado:

(...) O conhecimento é assim:

Ri de si mesmo

E de suas certezas.

É meta da forma

Metamorfose

Movimento

Fluir do tempo

Que tanto cria como arrasa.

REFERÊNCIAS

ABONG. **Associação brasileira de Organizações não-governamentais**. Disponível em: <www.abong.org.br>. Acesso em 12/dez/2005.

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: **Revista brasileira de educação**. Maio-Junho, nº 5, 1997.

ABREU, A. C. D. **As ONGs como complemento de gestão à administração pública**. Dissertação (Mestrado em administração). Florianópolis: Centro Sócio econômico /Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo I: as políticas sociais e o Estado democrático**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 4ª ed. São Paulo: Cortez. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BERRWIG, A. **Cidadania e direitos humanos na mediação da escola**. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C.; BELFIORE-WANDERLEY, M. (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997.

BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 2ª Edição. Ijuí: UNIJUI, 2003.

BRENNER, A. K.; DAYRREL, J.; CARRANO, P. C. Cultura do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. (Orgs.) **Retratos da juventude brasileira**. São Paulo: Fundação Alencar, 2005.

CAPELLA, J. R. **Os cidadãos servos**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabriz, 1998.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CAVALCANTI, K. B. **Esporte para todos: um discurso ideológico**. São Paulo: IBRASA, 1984.

CHAVES, R. B. **Ação “Descoberta do Talento Esportivo”**: o que está por trás disso? Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Educação Física). Florianópolis: Centro de Desportos/UFSC, 2005.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

CORREIA, A.; ASSIS, M. Dança em projetos sociais: análise da construção de sentidos no discurso jornalístico. In: XIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. **Anais**. Caxambu-MG, 2003. 1 CD ROM.

COSTA, B. L. D. As mudanças na agenda das políticas sociais no Brasil e os desafios da inovação o caso das políticas de assistência social à infância e à adolescência. In: CARVALHO, A.; SALLES, F. et alii. **Políticas públicas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; PROEX, 2002.

CRUZ, J. A.da. ONGs, terceiro setor e estado: as possíveis perversidades de uma relação complicada. In: PESSOA, J. de M. (Org.) **Saberes do nós**: ensaios de educação e movimentos sociais. Goiânia: Editora da UCG, 2004. p. 147-162.

DARIDO, S. C. As olimpíadas de Sydney, o desempenho do Brasil e algumas implicações pedagógicas. In: **Motriz**, vol. 6, n. 2, p. 101-105, Jul-Dez 2000.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEMO, P. **Combate à pobreza**: desenvolvimento como oportunidade. Campinas –SP: Autores associados, 1996.

FIORI, J. L. A governabilidade na nova ordem democrática. São Paulo: **Novos estudos CEBRAP**, nº 43, 1995.

FREITAS, M. C. de. Introdução: observatórios da infância e da juventude. In: FREITAS, M. C. de. (org.) **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude**. São Paulo: Cortez, 2006. p.07-14.

GALEANO, E. **A infância como perigo**. [s.l.:s.n.], 2000.

GAMBOA, Silvio S. Pesquisa em Educação Física: as inter-relações necessárias. **Revista Motrivivência**, Ano V – no. 5, 6, e 7, Dez. 1994.

GARCIA, M. Renúncia fiscal não é filantropia. In: **Folha de São Paulo**, Seção Tendências e debates. 12 jan, 2007.

GENTILI, P.; ALENCAR, C. **Educar na esperança em tempo de desencanto**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GIANINI, T.; SEIBEL, F. ONGs: os novos inimigos do capitalismo. In: **Revista Exame**. Ano 40, nº 21, outubro, 2006. p.24-29.

GOHN, M. da G. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**: a sociedade civil brasileira na era da globalização. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GROPPO, L. A. A emergência da juventude e do lazer como categorias sociais da modernidade. In: **Licere**. Belo Horizonte, v.5, nº1, Setembro, p.73-82, 2002.

_____. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas.** São Paulo: DIFEL, 2000.

HELLER, A. **Sociologia de la vida cotidiana.** 4ª ed. Barcelona: Península, 1994.

IASI, M. L. **O dilema de Hamlet.** São Paulo: Viramundo, 2002.

_____. **Aula de vôo e outros poemas.** São Paulo: CPV, 2000.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Educação pelo esporte.** Disponível em: <www.ias.org.br>. Acesso em 21/nov/2005.

_____. **Educação pelo esporte:** educação para o desenvolvimento humano pelo esporte. São Paulo: Saraiva: Instituto Ayrton Senna, 2004.

KENNEDY, D. As raízes do estudo da infância: história social, arte e religião. In: KOHAN, W. O.; KENNEDY, D. (Orgs.). **Filosofia da infância:** possibilidades de um encontro. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p.129-159.

KRAMER, S. Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. In BAZILC; KRAMER, S. **Infância, educação e direitos humanos.** Petrópolis: Vozes, 2003.

KOSIK, K. **A dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUNZ, E. O Esporte enquanto fator determinante da Educação Física. In: **Revista Contexto & Educação.** Ijuí: UNIJUI, ano 4, nº 15, p. 63–73, 1989.

_____. **Ensino & mudanças.** 2ª Ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2001.

LANDIN, L. **Sem fins lucrativos:** organizações não-governamentais no Brasil. Rio de Janeiro: ISER, 1988.

_____. **Para além do mercado e do Estado?** Rio de Janeiro: ISER, 1993.

LAVILLE, C.; DIONE, J. **A construção do saber:** manual de metodologia de pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Artes médicas; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LINHALES, M. A. Políticas públicas para o esporte no Brasil: interesses e necessidades. In: SOUSA, E. S. de; VAGO, T. M. (Orgs.) **Trilhas e partilhas:** Educação Física na cultura escolar e nas práticas sociais. Belo Horizonte: Cultura, 1997.

MAGNANE, G. **Sociologia do esporte.** São Paulo: Perspectiva, 1969.

MARGULIS, M. **La juventud es más que una palabra.** 2ª Ed. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2000.

MARX, K. O trabalho alienado. In: OLIVEIRA, P. de S. (Org.). **Metodologia das ciências humanas.** 2ª ed. São Paulo: HUCITEC/ UNESP, 2001. p. 151-164.

_____. **O capital: crítica da economia política. Vol. 1.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo. In: ANTUNES, R. (Org.) **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão popular, 2004. p.155 –172.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. V.1. São Paulo: Editora Moraes, 1984.

MEKSENAS, P. **Pesquisa social e ação pedagógica**. São Paulo: Loyola, 2002.

MELO, V. A. de. Esporte. In: GOMES, C. L. (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.80-84.

MELO, M. de P. **Esporte e juventude pobre**: políticas públicas de lazer na vila olímpica da Maré. Campinas: Autores Associados, 2005.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, M.C.S. et aii. **Qualidade de Vida: um debate necessário**. In: Revista Ciência e saúde coletiva. Rio de Janeiro: ABRASCO, v. 5, no. 1, 2000.

_____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

_____. _____. 9ª. ed. revista e aprimorada – São Paulo: HUCITEC, 2006.

NOZAKI, H. T. **Educação Física e reordenamento no mundo do trabalho**: mediações da regulamentação da profissão. Tese (doutorado em educação). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.

OLIVEIRA, S. A. de. **Reinventando o esporte**: possibilidades da prática pedagógica. Campinas: Autores Associados, 2001.

PADILHA, V. Apontamentos para um estudo crítico sobre políticas públicas de lazer. In: **Licere**, v.7. nº1. Belo Horizonte: UFMG, 2004. p.65-82.

PAIS, J. M. **Culturas juvenis**. Lisboa Casa da Moeda, 1993.

PAOLI, M. C. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (Org.) **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. p.373-418.

PEREIRA, C. A. S. Terceiro setor. In: GOMES, C. L. (Org.) **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PETRAS, J. ONGs ao serviço do imperialismo. In: PETRAS, J.; VELTMEYER, H. **Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio**. Petrópolis, Vozes, 2000. p. 176-196.

PFEIFER, M. **Responsabilidade social das empresas**: instrumento de consolidação hegemônica do projeto neoliberal? Florianópolis, 2006. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

PINTO, M.; SARMENTO, M. J. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: PINTO, M.; SARMENTO, M. J. **As crianças**. Contextos e identidades. Portugal: Bezerra editora, 1997. p.09-28.

PIRES, G. de L. Breve introdução ao estudo dos processos de apropriação social do fenômeno esporte. In: **Revista da Educação Física**. Maringá: nº 9, p. 25 – 34, 1998.

_____. **Educação física e o discurso midiático**: abordagem crítico-emancipatória. Ijuí: UNIJUI, 2002.

_____. A Escola, a Educação Física e as Políticas Públicas: quais são os projetos para o esporte escolar? In: **Revista metropolitana de ciências do movimento humano**. São Paulo, ano 5, nº 1, 2004-a. p.09-15.

_____. **Esporte educacional existe?** Tarefa e compromisso do esporte. Belo horizonte, 2004-b. (mimeo)

SAES, D. A. M. de. Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania. In: **Crítica marxista**. Nº 16. São Paulo: Boitempo, 2003. p.09-38.

SAFIOTTI, H. I. B. Prefácio. In: SILVA, M. A. de M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SAINT-GEORGE, P. Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios econômico, social e político. In: ALBARELLO, L. et alii. **Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa, Gradiva, 1997.

SANTIN, S. **Educação Física**: da alegria do lúdico à opressão do rendimento. 3ª ed. Porto Alegre: EST edições, 2001.

SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. _____. São Paulo: Cortez, Autores associados, 2004.

SCHERER-WARREN, I. As ONGs na América Latina: trajetória e perfil. In: **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1995. p.161-180.

SELL, C. E. **ONGs**: trabalho de base ou formação de redes?Um olhar sobre o CEDEP. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas /Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

SILVA, M. R. da. Notas introdutórias sobre o GTT Educação Física/ Esporte e Grupos/ Movimentos sociais. In: GOELLNER, S. V. (Org.) **Educação Física/ Ciências do Esporte**: Intervenção e conhecimento. Florianópolis: CBCE, 1999.

_____. Entre a visibilidade e a banalização: a celebração da infância no mundo ou um festival mercadológico do the united collors of Benetton. In: LEITE, I. **Ata e desata**: partilhando uma experiência de formação continuada. Rio de Janeiro: Brasil, 2002.

_____. **Trama doce-amarga**: exploração do trabalho infantil e cultura lúdica. São Paulo: HUCITEC, 2003.

SILVA, M. R. da; SILVEIRA, J.; AVILA A. B. Políticas públicas para o esporte: cidadania e inclusão social. In: SILVA, M. R. da. **Políticas públicas para o esporte**. Chapecó: ARGUS, 2007. (no prelo)

SILVEIRA, J. **Dos documentos sobre o Esporte da/na Escola: um diálogo entre a Proposta Curricular de Santa Catarina e o Programa Estadual Esporte Escolar**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Educação Física). Florianópolis: Centro de Desportos/Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

_____. Reflexões preliminares acerca das finalidades atribuídas ao “esporte social”. In: III Congresso sul brasileiro de Ciências do Esporte. **Anais**, Santa Maria –RS, 2006.

SOUZA, S. J. e. Re-significando a psicologia do desenvolvimento: uma contribuição crítica à pesquisa da infância. In: KRAMER, S.; LEITE, M. I. (Orgs.). **Infância**: fios e desafios da pesquisa. São Paulo/Campinas: Papyrus, 1996. p.39-55.

SPOSITO, M. P. **Os jovens do Brasil**: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Ação educativa, 2003.

TEIXEIRA, A. C. C. A atuação das Organizações não-governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade. In: DAGNINO, E. (Org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 105-142.

TUMOLO, P. S. Trabalho: categoria sociológica chave e/ou princípio educativo? O trabalho como princípio educativo diante da crise da sociedade do trabalho. In: **Perspectiva**. V.14. n.26. jul/dez, 1996. p.39-70.

_____. Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação. **Educação & Sociedade**, Campinas – SP, v. 24, n. 82, p. 159-178, 2003.

VAGO, T. M. O “esporte da escola” e o “esporte na escola”: da negação radical para uma relação de tensão permanente – um diálogo com Valter Bracht. In: **Revista Movimento**. Ano 3. n° 5. Porto Alegre, 1996, pp 04 -17.

VANZIN, O. **As organizações não governamentais e as perspectivas de sua atuação na formulação e contestação das políticas públicas relativas à dívida externa brasileira**. Dissertação (Mestrado em Direito). Florianópolis: Centro de Ciências Jurídicas /Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

VIEIRA, L. Cidadania global e estado nacional. In: **Revista de ciências sociais**. V.42, N°3, Rio de Janeiro, 1999. p.395-419.

ZALUAR, A. **Cidadãos não vão ao paraíso**. São Paulo: Escuta. Campinas – SP: UNICAMP, 1994.

ANEXOS

Página na Internet do Programa Educação pelo Esporte do Instituto Ayrton Senna



Programa
Educação pelo Esporte

Instituto
Ayrton Senna
DESENVOLVENDO O POTENCIAL DAS NOVAS GERAÇÕES



BATE BOLA

CONQUISTAS

BANCO DE IDÉIAS

NOTÍCIAS

CONTATO

BUSCA



PROGRAMA

- O QUE É?
- ONDE ACONTECE?
- COMO FUNCIONA?
- OBJETIVOS
- ALIADOS
- TECNOLOGIA SOCIAL

O que é?

O Programa Educação pelo Esporte - PEE é uma ação complementar a escola. Nele, trabalha-se com o Esporte como o motivador da ação educativa. Isso ocorre graças ao potencial que as atividades esportivas, os jogos e as brincadeiras têm de educar promovendo, ao mesmo tempo, prazer e alegria.

Onde acontece?

O PEE acontece em 14 Projetos que estão espalhados por todo o país. Esses Projetos funcionam dentro de Universidades. Elas abrem suas portas a todos seus alunos.





funcionam dentro de Universidades. Elas abrem suas portas e sedem seus espaços para receber as comunidades que geralmente circundam o campus.

Como funciona?

Professores universitários da área de Educação Física coordenam o trabalho apoiados por uma equipe de sub-coordenadores de outras áreas, tais como a Pedagogia (responsável pelo **apoio à escolarização** das crianças e jovens), a **Arte** e a **Saúde**. Essas áreas se integram à área de **Esporte** por meio de projetos interdisciplinares, que pautam o trabalho de todos os educadores e dão sentido e dinamismo às atividades oferecidas.

Trabalham como monitores das crianças e jovens estudantes universitários dessas mesmas áreas do conhecimento, que fazem estágios nos projetos em busca de uma experiência que acaba influenciando para sempre a sua formação profissional.

Objetivo

Criar oportunidades para que as crianças e jovens desenvolvam competências **Cognitivas, Pessoais, Sociais e Produtivas**. Dessa forma, o Programa presta a sua contribuição em busca da promoção do desenvolvimento humano em nosso país. Além disso, é grande objetivo do Programa, que se caracteriza por uma Tecnologia Social, servir de exemplo e de inspiração para outras instituições que apostem nessa estratégia para enfrentar os desafios sociais de sua região.

Aliados

Nosso país convive com duas realidades distintas: somos a 8ª potência econômica mundial e ocupamos a 63ª posição no ranking de desenvolvimento humano (dados do Relatório do PNUD 2005). Essa distância nos dá a grandeza do desafio social que temos pela frente. E é para lutar por essa conquista que o Instituto Ayrton Senna (IAS) vem desenvolvendo o seu trabalho.

Por meio dos seus programas, o IAS investe e acredita na **Educação** como a melhor forma para o enfrentamento desse desafio. Seja construindo ou disseminando **Tecnologias Sociais**, seja dentro do espaço da escola ou em ações complementares ao ensino formal, e somando as forças com o setor público e privado, o IAS quer mostrar caminhos e contribuir para que o Brasil realize todo o seu potencial. Assim, cada criança e cada jovem brasileiro poderá ter a oportunidade de ser autor do Brasil do futuro. Do Brasil que queremos! Para conhecer outros Programas e saber mais sobre o trabalho do IAS, visite o site: <http://www.senna.com.br/>

O Programa Educação pelo Esporte é fruto da aliança social estratégica entre o Instituto Ayrton Senna e a Audi. Ambos têm como meta a criação de oportunidades de desenvolvimento humano por meio da educação integral que se pauta no esporte como via privilegiada de geração de mudanças e transformações sociais. A educação pelo esporte é uma solução para os problemas sociais que afligem a sociedade e comprometem o futuro de nossa nação.

A Audi AG é uma empresa automobilística de tecnologia avançada, com sede na cidade de Ingolstadt, na Alemanha e com uma Fábrica em Curitiba, no Brasil. Ela é aliada do Instituto Ayrton Senna desde a implementação do Programa Educação pelo Esporte e aposta na união de forças para gerar mudanças radicais na realidade do país.

"Alianças estratégicas entre diferentes instituições podem equacionar e superar questões sociais que nos desafiam. A AUDI orgulha-se de ser uma empresa-cidadã, contribuindo para o desenvolvimento integral de crianças e jovens brasileiros".

Bernd Quinzler
AUDI A

Tecnologia Social

Criar soluções em educação para contribuir no enfrentamento dos desafios sociais de nosso país. Esse é o objetivo do Instituto Ayrton Senna.

As tecnologias sociais são as ações que, uma vez implementadas, avaliadas e



Programa
Educação pelo Esporte



BATE BOLA

CONQUISTAS

BANCO DE IDÉIAS

NOTÍCIAS

CONTATO

BUSCA



PARCEIROS

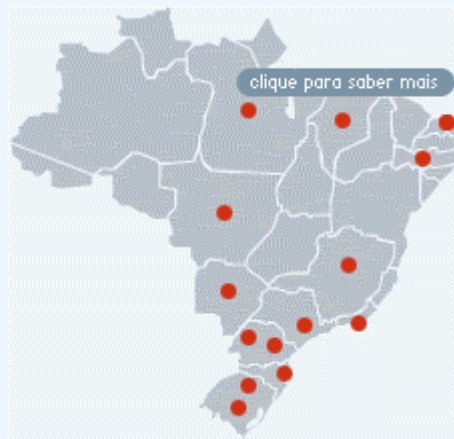
+

+

+

Universidades

As universidades parceiras do Programa Educação pelo Esporte estão espalhadas por todo o território brasileiro. Essa parceria com as universidades é um dos grandes diferenciais do Programa dentro das iniciativas do Instituto Ayrton Senna. Conheça, então, nossos parceiros, e descubra um pouco mais sobre o detalhe de cada localidade e o que enriquece e dá a cara do Programa!



Mapa do site . Acesso Restrito

créditos